LUCIANNE SANT'ANNA DE MENEZES

**UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
DESAMPARO, PULSÃO DE DOMÍNIO E SERVIDÃO**

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Menezes, Lucianne Sant'Anna de.

Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: desamparo, pulsão de domínio e servidão / Lucianne Sant'Anna de Menezes; orientador Ana Maria Loffredo. --São Paulo, 2010.

233 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise e cultura 2. Desamparo 3. Servidão 4. Condições de trabalho 5. Saúde ocupacional 6. Freud, Sigmund, 1856-1939 I. Título.

BF175.4.C84

Nome: MENEZES, Lucianne Sant'Anna de

Título: Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: Desamparo, pulsão de domínio e servidão.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Psicologia

Aprovado em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

à minha mãe (Lucy Mary) por seu amor e
amparo

a Marcia por sua cumplicidade, amor e
presença sublime

a Camila (*in memoriam*) pela grandeza de
um trabalho analítico

a todos os trabalhadores pela
generosidade na abertura de seu mundo
para mim

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para que eu pudesse realizar este trabalho.

A professora Ana Maria Loffredo que acolheu minhas idéias e estimulando-me a novos vãos, corajosamente, mergulhou comigo no desconhecido, pegando na minha mão nos momentos em que tive medo, e que com rigor, incentivo, amor e confiança, orientou-me neste trabalho. Sou profundamente grata a mais essa experiência impar, a troca constante, aos seus ensinamentos e as nossas descobertas.

As professoras Leny Sato e Miriam Debieux Rosa pela colaboração, pela leitura detalhada e cuidadosa, pelo acolhimento e sugestões fundamentais apresentadas no exame de qualificação.

A Dr^a Magda Andreotti que me apresentou um mundo do trabalho que eu não imaginava, pelo estímulo, confiança e respeito ao meu trabalho, agradeço sinceramente a esse encontro, a disponibilidade para compartilhar seu conhecimento, a leitura atenta e rigorosa sobre o tema da Saúde do Trabalhador que funcionou como uma espécie de co-orientação de grande valia para esta pesquisa.

A professora Edith Seligmann-Silva pelo incentivo a um estudo psicanalítico sobre o tema da precarização do trabalho, pelo interesse na leitura do primeiro esboço e pela interlocução em alguns momentos que foi de suma importância para este trabalho. Agradeço a este encontro frutífero.

Ao professor Ricardo Antunes pela disponibilidade em responder a uma pergunta fundamental para esta pesquisa.

Aos psicanalistas Durval Mazzei Nogueira Filho e Regina Volpe pelo amparo durante o período em que estive envolvida com este trabalho.

As psicanalistas Cláudia Beltran do Valle e Taeco Toma Carignato, minhas amigas e colegas de consultório, pela expectativa sempre confiante, interesse, apoio e interlocuções.

A Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental – COVISA, em especial a todos os colegas da Vigilância em Saúde do trabalhador pelo acolhimento, interlocução e aprendizado diários, pelo interesse e torcida, por reacender em

mim a crença na luta por um ideal coletivo e, principalmente, as ‘companheiras’ Regina Pinter, Silvia Fiume e Vera Vilella pelo incentivo, apoio e trocas constantes.

Aos companheiros da Comissão Editorial da Revista *Boletim* (Depto Formação em Psicanálise do Instituto Sedes *Sapientiae*) pelo interesse e expectativa confiante.

Aos companheiros do Fórum Permanente de Saúde Mental e Trabalho pela experiência vivida no ano de 2009.

A minha família: Vô Orozimbo (*in memorian*) e Vó Luiza (*in memorian*) pela eterna presença; a meu pai (tio Zé) pelo amor e incentivo em todos os momentos; a querida tia Ofélia pelo carinho maternal; a meu irmão Zé Renato (‘maminho’) e a minha cunhada Mara pela expectativa confiante e carinhosa; as primas Angela, Maria Helena, Rosa, Suzana e Valéria pelo carinho, incentivo e por cuidarem de minha mãe nos momentos em que estive ausente por conta deste trabalho; e a meus sobrinhos Luciana e José Renato pela alegria de viver e, em especial, a você Renatinho, agradeço a versão para a língua inglesa tão bem realizada, do resumo desta pesquisa.

Aos queridos amigos Adriana Godoy, Betina Matarazzo, Bia Machado, Denis Silva e Tânia Canada, Eduardo Aragon, Lucia Helena Tapajós, Marta Tornavoi e Bruno Belini, Marcia Menezes, Margarete Marques, Renata Bittencourt, Renata Ribeiro, Ruberval e Rosana Gozzo, pelo interesse, torcida, amizade e carinho.

A querida Lulu (Lourdes) pelo carinho e por cuidar de mim e da minha casa e pela paciência.

Aos meus analisantes, agradeço a inspiração constante na busca de novos modos de viver.

RESUMO

MENEZES, L. S. **Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: Desamparo, pulsão de domínio e servidão.** 2010, 233p. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A proposta geral deste estudo é examinar como o referencial psicanalítico freudiano poderia colaborar na abordagem do fenômeno da precarização do trabalho, investigando os modos de subjetivação presentes na contemporaneidade. Procuramos estabelecer um diálogo na interface psicanálise, saúde e trabalho, a partir da observação psicanalítica de um caso investigado na Vigilância em Saúde do Trabalhador do Município de São Paulo, dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade e recuperando o fundamento do método psicanalítico na sua dimensão de extensão. A análise da organização do processo produtivo, no caso estudado, demonstrou que o trabalhador é submetido a uma condição de trabalho precarizada com exposições múltiplas que podem levá-lo a perda da saúde e morte precoce. A situação encontrada na empresa foi remetida ao conceito de 'cadeia produtiva' que, sob a lente psicanalítica, revelaria uma 'montagem perversa', marcada pelo viés da servidão e sustentada por uma modalidade de manipulação do poder na contemporaneidade. A partir da idéia freudiana desenvolvida em *O mal-estar na civilização* (1930), segundo a qual o trabalho é um dos instrumentos que o homem criou para lidar com o seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e viver em sociedade, foi possível articular precarização do trabalho, desamparo e servidão.

Palavras-chave: 1. Psicanálise e cultura 2. Desamparo 3. Servidão 4. Condições de trabalho 5. Saúde ocupacional 6. Freud, Sigmund.

ABSTRACT

MENEZES, L. S.. A psychoanalytical study of precariousness of work: Helplessness, instinct to domain and servitude. 2010, 233p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

The general propose of this study is to examine how the Freudian psychoanalytical approach could collaborate in the addressing the phenomenon of precariousness of the labor, investigating the contemporary ways of subjectivity construction. We seek a dialogue in psychoanalysis interface, health and work, from a psychoanalytic observation of a case investigated in the Workers' Health Surveillance (VST-COVISA) of the city São Paulo, devices featuring analysis of the joint subject and society, and recovering the foundation of the psychoanalytic in dimension extension. The analysis of the organization of the production process, in the case studied, showed that the worker subjected to a precarious working condition with multiple exposures can have a loss in health and an early death. The situation faced in the company was referred to the concept of "supply chain" that, under the psychoanalytical lens, would reveal a "perverse assembly", marked by the bias of bondage and sustained by a kind of manipulation of power in the contemporary society. From the Freudian idea developed in "The civilization and its discontents" (1930) whereby the work is one of the tools that the man has created to deal with his helplessness (Hilflosigkeit), it was possible to articulate precariousness of the labor, servitude and helplessness.

Keywords: 1. Psychoanalysis and Culture 2. Helplessness 3.Servitude 4.Precariousness of work 5. Workers' Health Surveillance 6. Freud, Sigmund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Psicanálise extensa	1
1. NOTAS SOBRE O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	29
Um breve panorama	29
Aspectos da Vigilância em Saúde do Trabalhador	44
2. A PEQUENA FÁBRICA DE MANEQUINS	55
Considerações iniciais	55
A fábrica	58
Caracterização da mão-de-obra	69
O processo produtivo: espaço concreto de exploração	70
A Inspeção: encaminhamentos e desdobramentos	99
‘Trabalhadores manequinizados’ e a marca da servidão	102
3. DESAMPARO, CIVILIZAÇÃO E TRABALHO	113
Parte I – PROPOSTAS FREUDIANAS	
A dimensão do desamparo (<i>Hilflosigkeit</i>) no pensamento freudiano	113
Por uma noção freudiana de ‘trabalho’ (<i>Arbeit</i>)	131
Força pulsional, <i>mal-estar</i> (<i>Unbehagen</i>) e agressividade originária: poder, política e sujeito	140
Parte II – CAMINHANDO PARA QUESTÕES DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Trabalho... De que se trata?</i>	149
Sobre as mudanças no mundo do trabalho e o complexo processo da precarização do trabalho	161
A respeito do mal-estar atual e a montagem perversa no campo do trabalho	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	208
ANEXO A	222

INTRODUÇÃO

Psicanálise extensa.

Em março de 2006 iniciei o processo de doutoramento motivado por novos interesses de pesquisa que surgiram a partir dos trabalhos desenvolvidos no mestrado, fruto de reflexões teóricas associadas ao meu exercício clínico e à prática psicanalítica contemporânea¹. Tendo como pano de fundo a temática relativa à produção de subjetividade na atualidade e de seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais, a proposta geral do projeto de pesquisa era articular a dupla modalidade de enfrentamento do desamparo (o evitamento e a aceitação) com os temas masoquismo e feminilidade, sob o referencial psicanalítico freudiano. O que me instigava, em indagações ainda hoje perturbadoras, eram os desafios que as subjetividades emergentes impõem à nossa clínica.

Desde que me interessei pelo ofício de psicanalisar, há vinte anos, o tema do desamparo percorre minhas questões. Em ensaio recente, *Desamparo* (2008), problematizei a noção metapsicológica do desamparo (*Hilflosigkeit*) na obra freudiana, a fim de obter subsídios para uma melhor compreensão das suas manifestações clínicas atuais, bem como dos efeitos do *mal-estar* que marca, na contemporaneidade, a relação do sujeito com a cultura.

¹ Pesquisa desenvolvida entre 2001 e 2004, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – IP / USP, que culminou no livro *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico*, publicado pela Casa do Psicólogo em coedição FAPESP, em 2006.

Fiz referência ao *desamparo terrífico*, uma situação emocional marcante em vários analisantes, compreendida como um efeito da experiência de impotência/desamparo elevada a um nível radical e que tem como ponto de âncora a cena social atual. Essa idéia é fruto do estudo psicanalítico sobre o pânico, desenvolvido no mestrado que teve como proposta geral contextualizar o pânico, na atualidade, a partir do referencial psicanalítico freudiano. O objetivo principal era articular o que Freud denominou de “mal-estar na civilização” às psicopatologias contemporâneas, examinando a relação da incidência da sintomatologia do pânico com os modos de subjetivação na atualidade.

A pesquisa configurou o pânico como um dos efeitos do desamparo do sujeito contemporâneo. Mostrou que esse fenômeno é uma evidência clínica do desamparo e também efeito de um processo de produção social pela via do espectro de valores que sustenta a sociedade atual. É um modo de padecimento que expressa o mal-estar na contemporaneidade, que diz respeito ao vazio existencial produzido pela destruição das visões de mundo²: o sujeito contemporâneo está à mercê da solidão e do vazio. No cume desse quadro, o desamparo do sujeito tornou-se agudo, assumindo formas radicais como o pânico, por exemplo, que irrompe quando o sujeito se depara com o abismo terrífico da experiência do vazio. Foi este tipo de situação emocional que denominei de *desamparo terrífico* no ensaio já citado de 2008.

Um dos temas dos debates atuais, a respeito das novas formas de mal-estar nas subjetividades contemporâneas, é que diante da impossibilidade do confronto com o desamparo o sujeito pode fazer uso de modalidades subjetivas

² Conforme trabalhado por Giddens em *As consequências da modernidade* (1991); Bauman em *O mal-estar da pós-modernidade* (1998); e Birman em *Mal-estar na atualidade* (2001).

que privilegiam o masoquismo, a servidão e a violência, conforme desenvolvi no estudo anterior. Esse novo ângulo para abordar as questões da pesquisa do mestrado gerou novas linhas de investigação a respeito do quadro psicopatológico do pânico, com desdobramentos fundamentais relativos à sua metapsicologia. O estudo culminou em duas articulações metapsicológicas que se complementam: 1) *o pânico como efeito de um aumento do sentimento de culpa que o sujeito não pode tolerar*, e 2) *o masoquismo como figura de servidão está em jogo no pânico*.

A partir do estudo sobre o pânico, abriu-se um novo recorte nas minhas reflexões a respeito dos desafios impostos pelas subjetividades emergentes à clínica psicanalítica contemporânea: *qual o lugar do masoquismo no processo de subjetivação do sujeito?* E, tendo em vista que o desamparo é a base da condição subjetiva do humano, *quais as articulações entre desamparo e masoquismo?* Essas foram as questões geradoras do projeto inicial do doutorado.

Em agosto de 2006, assumi um cargo de psicólogo na Prefeitura de São Paulo, decorrente de concurso público. Desenvolver algum trabalho no campo das práticas em políticas públicas sempre foi um objetivo tão importante que, em 2002, prestei concurso para a SMS. Imaginava que seria um trabalho na área de assistência como, por exemplo, atendimento psicológico em posto de saúde ou ambulatório de especialidades. Fui bem classificada, mas não era chamada a assumir vaga alguma. Entretanto, quatro anos mais tarde, para minha surpresa fui destinada a exercer meu ofício na Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST) da

‘Coordenação de Vigilância da Saúde’ (COVISA). Essa situação foi um “ponto de virada” (*plot point*)³ no meu processo de doutoramento.

Há três anos, portanto, fui inserida numa prática que eu não esperava. No início pensei até em desistir do trabalho, tendo em vista a aparente impossibilidade de manter a situação que se configurou. Assumir um trabalho em período integral, do qual eu não conhecia as especificidades, no serviço público, no início de um doutorado, cursando disciplina, exercendo a prática de consultório e lecionando em faculdade, parecia realmente impossível. Findado o semestre letivo decidi não lecionar mais até terminar o doutorado. A cada dia a experiência com aquele trabalho “estranho”, o da vigilância em saúde do trabalhador, era surpreendente. Tanta coisa nova e diferente... Poder trabalhar com a psicanálise *fora-do-consultório*. Mas, na “vigilância” isso seria possível? Como sou psicóloga e psicanalista surgiu a pergunta: *O que pode um psicanalista na Vigilância em Saúde do Trabalhador?*

Desde então, passei a me relacionar com um meio em que as categorias “trabalho” e “saúde” são assuntos privilegiados.

A Coordenação de Vigilância em Saúde é um Órgão Municipal da Secretaria da Saúde da Cidade de São Paulo (SMS), ‘nível central’, responsável pelo Sistema Municipal de Vigilância em Saúde – SMVS. Foi criada em 2003, fruto

³ Na construção de um enredo, principalmente, um roteiro de cinema, o “ponto de virada” (*plot point*) é fundamental. Diz respeito a um evento que “engancha” na ação e a reverte noutra direção. São os “pontos de virada” que movem a história na direção do fim, no sentido da resolução. Um roteiro é estruturado por Ato I - início/apresentação; Ato II - meio/confrontação; e Ato III - fim/resolução. Cada ato é separado por um ponto de virada fundamental, pois são eles, os pontos de virada um e o dois, que sustentam o paradigma do filme (FIELD, 1995).

da plena responsabilidade do SUS – Sistema Único de Saúde, que preconiza a municipalização das ações de vigilância em saúde⁴.

A COVISA é composta pelas Gerências de: Administração e Finanças; Apoio Técnico; Centro de Controle de Doenças; Centro de Controle de Zoonoses; Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde; e pela Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador, em que se encontra a subgerência de VST. Estas gerências coordenam, planejam e desenvolvem projetos, programas e ações de orientação, educação e intervenção (inspeção/fiscalização) relativas às suas áreas de atuação. Investigam casos e, quando necessário, assumem a operação de situações epidemiológicas de doenças ou agravos à saúde. Além disso, elaboram Normas Técnicas e discriminam padrões que possam garantir a qualidade de saúde da população⁵.

Na VST-COVISA, faço parte de uma equipe multidisciplinar de técnicos da Vigilância em Saúde do Trabalhador (autoridades sanitárias⁶), juntamente com médicos do trabalho, sanitaristas, psiquiatras, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, dentistas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas e engenheiros. Uma das atividades na VST é investigar denúncias de riscos e/ou agravos à saúde do trabalhador. Quando chega uma denúncia, a gerência e/ou

⁴ Bases Legais: Constituição Federal de 1988 (Arts. 196-200); Lei Federal 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – implantação do SUS); Portaria GM/MS 3.120/1998 (Instrução Normativa da VISAT no SUS); Lei Municipal 13.725/2004 (Código Sanitário Municipal); Portaria 1.679/2002 (RENAST – Rede regionalizada de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CRST's); Portaria 481/07 (Organização da COVISA e do SMVS); Portaria SMS-COVISA 685/2007; Portaria 2.335/2008 (Atribuições e Competências COVISA).

⁵ Cf. site da Secretaria Municipal de Saúde / COVISA, da Cidade de São Paulo (www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/vigilancia_saude/organizacao/0001).

⁶ Autoridade Sanitária se refere a cada profissional (técnico especializado) das equipes de Vigilância em Saúde que é investido da função fiscalizadora, competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos, autos de infração, autos de imposição de penalidades, inclusive com poder de interdição de produtos, equipamentos e/ou do estabelecimento, referentes à prevenção e controle de tudo quanto possa comprometer a saúde. A palavra da autoridade sanitária tem fé pública.

subgerência avalia(m) se a demanda para inspeção em ambiente de trabalho é de sua competência ou se deve ser encaminhada para outro órgão. Se a chefia entender que a denúncia é pertinente, forma-se uma equipe multidisciplinar de técnicos da VST para investigar o caso.

No processo de investigação, a “inspeção” é parte fundamental. Trata-se de um procedimento técnico que tem o objetivo de investigar, avaliar e intervir nos ambientes, processos e condições de trabalho, que causem riscos à saúde dos trabalhadores. É o contato com o trabalhador, com a empresa, com aquele modo específico de organização do trabalho e também com o *locus* da conformação produtiva atual em São Paulo, aspecto representativo, tendo em vista que a cidade de São Paulo faz parte das grandes metrópoles mundiais.

Nessas inspeções fui impactada pelo contato com alguns aspectos que me capturaram e sensibilizaram. A primeira inspeção da qual participei foi numa empresa de teleatendimento (ou *telemarketing*) que contava com mais de 2.500 trabalhadores. Vou chamá-la de “3X”. O motivo foi uma denúncia de que as condições de higiene do ambulatório médico eram inadequadas. Parte do grupo foi inspecionar o ambulatório e a outra parte, em que eu estava, foi “conhecer” a empresa.

Era um prédio de onze andares, na verdade, dois blocos independentes que se comunicavam por uma passarela de vidro. Os trabalhadores – 100, 200 deles, às vezes mais –, ficavam dispostos lado a lado em baias, sentados na frente de um computador, com seu *headset* (fone de ouvido): eram os “teleatendentes” ou “operadores de *telemarketing*”, na sua maioria mulheres jovens, entre 20 e 25 anos. Essa disposição dos postos de trabalho tem o objetivo

principal de não permitir a conversa entre os trabalhadores para que não diminuam o ritmo extenuante de trabalho, rigorosamente cronometrado.

Os trabalhadores estão o tempo todo sob rigorosa vigilância de supervisores que exigem deles, cada vez mais uma maior produtividade, controlando o TMA (tempo médio de atendimento) de cada um. Os supervisores utilizam mecanismos de monitoramento de produtividade por escuta com o “consentimento” dos operadores, mas sem que os mesmos saibam o momento exato dessa ação. São assim, vigiados e controlados constantemente.

Fiquei impressionada com a operacionalização das tarefas, assim como com o treinamento e os mecanismos de recompensas utilizados. Os teleatendentes estavam submetidos a uma “alienação”, por meio de métodos de trabalho que produzem o envolvimento com os objetivos da empresa, potencializando no final a exploração do trabalhador. Há mecanismos de controle da atividade de trabalho como: controle do tempo, do conteúdo das tarefas, do volume de serviços realizados, dos resultados e, principalmente, do comportamento dos trabalhadores⁷. O relato abaixo, obtido em conversa com um ‘teleatendente’ durante a inspeção, ilustra esse quadro:

“(...) o trabalho é sempre vigiado... o computador marca a hora que a gente chega, a hora que a gente sai, as pausas que a gente faz e o tempo que ficamos com o cliente. E tem também as gravações de nossos trabalhos.” (teleatendente)

⁷ Lembrei-me prontamente da época da graduação, do ‘treinamento operante’ dos ratos albinos na ‘Caixa de Skinner’! Quando nos deparamos com modos de tratar o humano que desconsideram a subjetividade, é importante lutar contra isso.

Em cada andar da edificação havia outra empresa que terceirizava seus serviços de teleatendimento para “3X” como, por exemplo, *Claro*, *Telefonica*, *Itaú* e *Motorolla*, dentre outras. Desse modo, os trabalhadores são da “3X”, mas também são “da” *Vivo* hoje, amanhã da *TIM*, depois de amanhã “do” *Unibanco*... Pensei: *como fica a identidade desse trabalhador na sua articulação com papéis/funções que ele desempenha no trabalho?*

Outra experiência que me tocou profundamente foi uma inspeção que teve como objetivo investigar uma denúncia relativa à falta de uso de equipamento de proteção individual (EPI), adequado para as atividades desenvolvidas em uma das obras de reforma do calçamento da cidade de São Paulo. Esses serviços da prefeitura são terceirizados para empresas particulares, sob a forma de licitação. Ao chegarmos à obra constatamos que além de não usar os EPI's adequados, os trabalhadores não possuíam canteiro de obras. Isso quer dizer que não havia banheiro, vestiário e tampouco uma cozinha para essas pessoas. Será que comer, defecar e urinar se tornaram “supérfluos”? Essas pessoas não tinham condições de conforto, fazendo de pequenas árvores da rua o “armário” para guarda de objetos pessoais em que penduravam suas bolsas (fotografia 1).

Fotografia 1:
Árvore com as bolsas
dos trabalhadores

Por “generosidade” de alguns lojistas, os trabalhadores utilizavam suas instalações sanitárias e recebiam garrafas de água⁸. Os que traziam marmitta de casa, na hora do almoço, comiam no meio da obra, portanto, no meio de poeira e de todo tipo de sujeira, fazendo das pilhas de pedras (pisos), que seriam colocadas nas calçadas, uma cadeira e de seus próprios joelhos uma mesa e sem nenhuma privacidade. No mínimo estamos diante da humilhação e desrespeito à condição humana. Segue abaixo a fala de um dos trabalhadores sobre sua condição:

“(...) Me sinto como um cachorro. Logo vou embora porque a obra vai acabar. Só Deus sabe o que eu passo aqui. É por meus filhos, para eles não morrerem de fome.” (ajudante geral)

Quais as implicações desta situação? De um tipo de trabalho reduzido ao sentido da sobrevivência, à questão primária da própria subsistência do sujeito?

O encarregado da obra subia e descia a rua, vigiando os trabalhadores e dizendo o que deveriam ou não fazer e como fazer. Essa era a única preocupação: *a calçada*. Qualquer semelhança com capataz de escravos em fazendas, no século XIX, não terá sido mera coincidência, tendo em vista a marca de país escravocrata que carregamos e repetimos. Escravidão travestida na metrópole de São Paulo e pior, com o seu consentimento, o meu e o da prefeitura, porque é uma obra pública, apesar de ter sido terceirizada, sob licitação, para uma empreiteira particular. E as pessoas que passam na rua...? Ninguém se dá conta

⁸ A obra ficava em uma rua de comércio na zona Oeste da cidade de São Paulo.

de nada (o rapaz de camiseta branca, na fotografia 1, passa por ali sem ver o que está acontecendo).

Esses trabalhadores são, nas palavras de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969/1997, p.9-16), *homens livres e pobres*, expropriados, uma formação *sui generis*, oriunda das implicações da escravidão no Brasil, onde o “sistema mercantil se expandiu condicionado a uma fonte externa de suprimento de trabalho”. Uma das consequências dessa situação foi a constituição de um tipo humano que traz como “presença ausente” o escravo, assim como a peculiaridade das relações de dominação e produção características da sociedade brasileira.

Trata-se de lugares sociais perpassados por uma lógica de submissão e humilhação que não está posta de maneira explícita, pois se encontra embutida num sistema de relações interpessoais, aparentemente, harmônico: pessoas trabalhando na reforma do calçamento de uma cidade. E mais grave, acaba sendo legitimado pela também aparente função social do empresariado e do serviço público, ao propiciar empregos em tempos de alta taxa de desemprego no país. Parece que aqui está em jogo certo tipo de *manipulação do poder*, em que a astúcia de um discurso ordenado sob a lógica perversa, propõe uma política que traz questões no campo da ética e, igualado à própria verdade do sujeito, gera *mal-estar*, violência, submissão e servidão⁹.

A cada caso novo de investigação na VST, a cada inspeção, comecei a perceber *algo que se repetia em relação às condições de trabalho das pessoas: a precariedade*. Nas empresas mais diversas havia um “estado de precário” fosse em relação ao ambiente físico, aos equipamentos de proteção (coletivo e

⁹ A lógica perversa será tratada no decorrer deste estudo.

individuais), a tecnologia disponível para operacionalização das tarefas, aos relacionamentos interpessoais ou a condição do humano. Essa situação foi outro “ponto de virada” (*plot point*) no meu processo de doutoramento.

Comecei a pensar *como a psicanálise podia ser útil nesse novo contexto de trabalho que passei a experienciar*. Parecia que aquelas situações se articulavam de alguma maneira com o desamparo terrífico e o masoquismo como figura da servidão. Resolvi deslocar minha pesquisa do doutorado do *setting analítico habitual*, a clínica do consultório, para *fora-do-consultório*.

Quando Freud inventou a psicanálise, criou ao mesmo tempo um método de investigação da psique e um exemplo da utilização desse método, isto é, o tratamento psicanalítico. A psicanálise começou de fato como um tratamento, na pesquisa clínica com as histéricas, mas superou as expectativas iniciais de seu criador a ponto de se tornar uma teoria da cultura.

O trabalho com alguns textos de Freud, voltados a questões culturais, foi um dos pilares da pesquisa que desenvolvi sobre o pânico e, no presente estudo, destaco mais uma vez o aspecto da abordagem psicanalítica dos fenômenos culturais¹⁰.

Em uma conhecida passagem de *Dois verbetes de enciclopédia* (1923a/1980, p.287), Freud define ‘psicanálise’ de modo a abarcar três aspectos

¹⁰ Sobre os textos de Freud voltados para questões da cultura, trabalhei, principalmente, com *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930). Vale lembrar que, ao longo de sua obra, o autor foi mostrando a utilização do método psicanalítico na antropologia e na sociologia, como em *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (1908), *Totem e tabu* (1913), *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930); ou como na arte e na literatura, em *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1910), *O Caso de Schreber* (1911) e *O Moisés de Michelangelo* (1914); ou mesmo na religião como em *O futuro de uma ilusão* (1927) e *Moisés e o monoteísmo* (1939).

indissociáveis: um método de investigação; uma forma de tratamento, baseada neste método e uma teoria resultante do conhecimento que esse método produz:

Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.

Note-se que Freud aponta primeiro, para o aspecto da *investigação*, marcando o que é essencial no termo psicanálise, ou seja, um *método de pesquisa*, o que nos remete a *24ª Conferência – Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1917/1980, p.453), quando o autor enfatiza que:

(...) o que caracteriza a psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência, da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses.

Com isso, Freud mostra sua ousada proposta de que a teoria psicanalítica não se reduz à prática terapêutica e tampouco à psicologia individual. Pelo contrário, o fundador da psicanálise enfatiza que sua nova ciência ocupa uma área muito maior que a prática de consultório e as teorias psicológicas, sendo extensiva à cultura, à literatura, aos mitos, à arte e à religião, dentre outras áreas do conhecimento. Extensiva, portanto, a tudo o que é relativo ao humano nas diferentes manifestações da *psique*.

Ambas as passagens freudianas nos reportam a um campo semântico em que há três termos que merecem ser esclarecidos: *aplicação*, *método* e *técnica*.

Na atualidade, há autores, como Jean Laplanche e Fábio Hermann, que comentam sobre estes termos. Apesar de Freud usá-los, indiscriminadamente, é interessante mostrar essa diferenciação.

Na 24ª Conferência (1917), a palavra técnica se refere ao método em operação. Em ‘Dois verbetes’ (1923a) “procedimento para investigação” traz a noção freudiana de *método psicanalítico*, enquanto que “método para o tratamento”, refere-se à noção de *técnica*, noções essas que o conjunto da citação esclarece e clarifica. Um ano mais tarde, ao tratar das formas e motivos de resistência a sua ciência, Freud mais uma vez mostra as noções de *método psicanalítico* e *técnica de tratamento*, marcando a psicanálise:

(...) como um procedimento para o tratamento das doenças nervosas, como um método de pesquisa psicológica e como um instrumento auxiliar para o trabalho científico nos mais variados setores da vida intelectual. (FREUD, 1925[1924], p.266)

Técnica diz respeito a um conjunto de procedimentos que cria condições para que o *método* possa se concretizar como: a associação livre e a atenção flutuante. O divã não é uma regra técnica, mas um instrumento que facilita o manejo da técnica. Já o *método* se refere ao caminho (direção) para investigação do inconsciente. Portanto, *método psicanalítico é diferente de técnica de tratamento*. A técnica pode variar, mas o método não. O que caracteriza a psicanálise como ciência é o *método* com o qual trabalha: a interpretação psicanalítica.

Hermann (1991, p.14-21) esclarece que método significa caminho para um fim, enquanto que técnica é referente aos princípios de como encaminhar o processo analítico em adequação ao método:

Em conjunto, processo e técnica formam um todo solidário de adequação ao método. Processo: encarnação do método em fato clínico. Técnica: arte de bem conduzi-lo em relação ao método. (...) Do método deriva o critério geral de validade teórica, a exigência de adequação à origem e função. (...) *O sentido geral do processo, a forma da técnica, a origem e finalidade da teoria dependem precisamente dessa noção [de método].* (Grifos nossos)

O *método psicanalítico* é recortado do trabalho clínico, tendo em vista ser a clínica o lugar privilegiado na recuperação dos significados das formações psíquicas, na investigação do inconsciente, não como uma unidade universal, mas operando na relação com o outro.

A clínica é o lugar por excelência de investigação do psiquismo. O coração da pesquisa freudiana era a clínica. Freud só pode construir uma teoria geral sobre a *psique* porque a patologia lhe abria brechas para pensar sobre o funcionamento psíquico. Foi a partir da investigação clínica que Freud pode fazer desdobramentos para uma teoria da cultura.

Assim como Freud partia do coração de sua clínica para refletir sobre a cultura, o presente estudo caminha na mesma direção, do exercício de um patrimônio clínico compartilhado por todo psicanalista, em que seja possível, a partir de sua trajetória (do referencial psicanalítico que foi banhado por sua própria experiência clínica e transmissão da psicanálise), recortar uma abordagem do fenômeno psíquico, portanto, um lugar de observação psicanalítica.

A Psicanálise com “P maiúsculo”, como mostra Hermann (2005), é uma ciência que se debruça sobre o mundo, sobre as vivências do cotidiano, desvelando sentidos outros, sob os quais estamos submetidos, determinados pelas regras do inconsciente. O inconsciente está presente em toda manifestação

humana, na cultura, na arte, no social, nos acontecimentos do dia-a-dia, nas relações entre as pessoas e delas com as instituições. As manifestações do inconsciente não estão restritas ao espaço do tratamento analítico como Freud mostrou em *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), ao marcar a presença do inconsciente nos esquecimentos, nos *actos-falhos* e no tipo de humor.

Enfim, a possibilidade da ‘escuta analítica’ fora do *setting* habitual é operação do método, o que torna o uso da palavra *aplicada* inadequado.

Na introdução de *Novos fundamentos para a psicanálise* (1992), Laplanche nos adverte sobre o uso inadequado do termo “psicanálise aplicada”. Ao abordar a questão de que a experiência psicanalítica não se restringe ao tratamento, mostra quatro aspectos segundo o agrupamento de seus lugares e objetos: a clínica, a psicanálise exportada, a teoria e a história, constituintes, na verdade, da definição freudiana de psicanálise¹¹. Aqui nos interessa o aspecto da *psicanálise exportada* ou *extramuros*. O autor diz utilizar essa expressão para se distinguir da de ‘psicanálise aplicada’, que certamente é a mais comum e conhecida, tendo sua origem em Freud, mas traz consigo uma noção sujeita a críticas:

“Aplicação” suporia que, a partir de um domínio privilegiado, que, com efeito, é o tratamento, uma metodologia e uma teoria seriam abstraídas, para, em seguida, serem transferidas, sem mais – como numa engenharia – para outro domínio, assim como a ciência aplicada de um engenheiro, para construir uma ponte, nada mais é do que uma engenhosa derivação a partir dos conceitos fundamentais da física ou da mecânica. Por isso *rejeitamos essa noção de psicanálise aplicada que desdenha o que constatamos quanto à sua função, quanto ao seu papel, à sua importância, no movimento psicanalítico e, antes de mais nada, em Freud; em Freud onde verificamos não apenas sua importância*

¹¹ Cf. Freud em *Dois verbetes de enciclopédia* (1923a).

quantitativa na obra, mas também sua fecundidade. (LAPLANCHE, 1992, p.10)

A crítica de Laplanche à noção de ‘psicanálise aplicada’ marca um cuidado terminológico e um esforço conceitual na busca dos fundamentos da psicanálise freudiana.

Há outras passagens na obra freudiana que tratam da extensão da psicanálise. Por exemplo, em *Psicanálise* (1926a/1980, p.307), ao falar sobre o ‘*Tema da psicanálise*’, o autor termina dizendo que “nem houve espaço para aludir às aplicações da psicanálise (...) a outros setores do conhecimento (como a antropologia social, o estudo da religião, a história literária e a educação)”. Ou em *A questão da análise leiga* (1926b/1980, p.280-1), em que Freud reforça a importância da psicanálise na compreensão do funcionamento dinâmico e conflitante entre o homem e a civilização:

(...) como uma ‘psicologia profunda’, uma teoria do inconsciente mental, *pode tornar-se indispensável a todas as ciências que se interessam pela evolução da civilização humana e suas principais instituições como a arte, a religião e a ordem social.* Em minha opinião ela já proporcionou a essa ciência considerável ajuda na solução de seus problemas. Mas essas são apenas pequenas contribuições em confronto com o que poderia ser alcançado se historiadores da civilização, psicólogos da religião, filósofos e assim por diante concordassem em manejar o *novo instrumento de pesquisa que está a seu serviço.* O emprego da análise para o tratamento das neuroses é somente uma das suas aplicações; o futuro talvez demonstre que não é o mais importante. *Seja como for, seria errôneo sacrificar todas as outras aplicações a essa única,* só porque diz respeito ao círculo de interesses médicos. (Grifos nossos)

Nessa passagem, Freud marca a importância da investigação psicanalítica das relações do sujeito com a cultura, da vida nas instituições. Em outras

palavras, ressalta a importância da abordagem psicanalítica dos fenômenos sociais, o que nos remete a *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921/1980, p.91-2), quando, logo no início ao explicar a importância do outro na construção e funcionamento do psiquismo, conclui que as relações de que tratamos na pesquisa psicanalítica podem ser consideradas como ‘fenômenos sociais’:

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. As relações de um indivíduo com os pais, com os irmãos e irmãs, com o objeto de seu amor e com seu médico, na realidade, *todas as relações que até o presente constituíram o principal tema da pesquisa psicanalítica, podem reivindicar serem consideradas como fenômenos sociais* e, com respeito a isso, *podem ser postas em contraste com certos outros processos*, por nós descritos como ‘narcisistas’, nos quais a satisfação das pulsões é parcial ou totalmente retirada da influência de outras pessoas. (Grifos nossos)

Freud recusa a divisão indivíduo-sociedade e reforça a importância dos fenômenos sociais serem postos em contraste com processos narcisistas, trata-se da construção de ideais que articulam o sujeito nos laços sociais, conforme trabalhei no estudo sobre o pânico e que será retomado mais a frente. Já nos seus fundamentos a psicanálise pensou no indivíduo inserido na sociedade, portanto, em relação. Com isso, meu intuito é recuperar a legitimidade da abordagem psicanalítica dos fenômenos sociais, retomando aspectos do pensamento freudiano como aquele que Laplanche (1992) denomina de “pensamento extramuros”, na ideia de que a psicanálise pode se dirigir para *fora-do-tratamento*, não para qualquer lugar, mas num movimento em direção ao cultural.

Hermann (2005), na sua distinção entre método e técnica psicanalítica, formula o conceito de *clínica extensa*, que diz respeito à “vasta medida em que o método ultrapassa a técnica” no tratamento ou fora dele. O autor assinala que a expressão ‘clínica extensa’ desperta a idéia do uso do método psicanalítico em situações exteriores ao consultório como em hospital, na escola, dentre outros, e que não há nada de errado nesse entendimento usual, porém merece uma consideração:

Por clínica extensa não pretendo referir-me tão-só à extensão a outros domínios, como também à recuperação daquilo que constitui nosso patrimônio original, em parte abandonado com o tempo. Como a atenção analítica é sempre clínica, a psicanálise da cultura e da sociedade, a correlação de mão dupla com a literatura e as artes, a própria integração com o reino das ciências, tudo isto é clínica extensa (...) mesmo a prática de consultório pode configurar como clínica extensa. (HERMANN, 2005, p. 24)

Ao dizer que ‘a atenção analítica é sempre clínica’, Hermann marca o lugar da observação psicanalítica, que tratei a pouco, de um modo específico do psicanalista de incidir sobre seu objeto de estudo.

Trata-se, portanto, de recuperar os fundamentos da psicanálise e resgatar seu objeto mais amplo, ou seja, a *psique* humana em suas múltiplas manifestações, a *psique em relação* nos dizeres de Hermann (1992). É esse aspecto, em minha opinião, que deve fundamentar o trabalho na área da saúde, na medida em que prioriza a subjetividade, o sujeito em relação. Herrmann (1992, p. 14) retrata bem o que quero dizer quando afirma que:

(...) cabe à Psicanálise, antes de tudo, investigar a psique em seu *habitat natural*, ou seja, o próprio real, pondo à mostra seu

processo psíquico de construção pela análise dos vestígios que deles restam em meio à realidade consensual, já opacificada pelo costume (...) *as psicanálises de Freud descobriram uma dimensão radicalmente original da vida humana, tanto no indivíduo e na sessão, quanto na sociedade e na cultura.* (Grifos nossos)

Recuperar o fundamento do método psicanalítico na sua dimensão de extensão é importante para esse estudo, tendo em vista que se trata de uma pesquisa psicanalítica a partir de casos investigados na Vigilância em Saúde do Trabalhador. Pela lente freudiana, os casos expressam a maneira como os laços sociais estão se construindo, na atualidade, aspecto para o qual Freud chamou atenção desde os primórdios da psicanálise.

A respeito da pesquisa de psicanálise em extensão, Rosa (2004) mostra que ela pode ser tomada como um dos campos da psicanálise, dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade. Este tipo de pesquisa tem sua pertinência teórica e conceitual a partir de Freud, apesar das várias críticas e discussões que tem gerado. Para a autora:

Inúmeros são os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação dos fenômenos sociais, contribuindo para a elucidação de sua eficácia no processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo. (ROSA, 1999, p.6)

Sobre os dispositivos de análise da articulação da construção da subjetividade aos laços sociais, Plon (1999, p.108) ressalta que a psicanálise tem

(...) a possibilidade de isolar os elementos de subjetividade empregados nas práticas sociais para, ao mesmo tempo, *esclarecer o que é residual nessas práticas*, quer dizer, aquilo que,

nessas práticas, escapa à análise sociológica ou econômica e enriquece por sua vez nosso conhecimento teórico das engrenagens desta subjetividade que tais práticas podem fazer aparecer.

No campo dos processos políticos, o autor mostra que é possível localizar modalidades e efeitos de relações transferenciais e da ação da organização pulsional utilizados para governar:

(...) analisar os modos de funcionamento da subjetividade, da banalização do mal e do sofrimento; localizar as formas de evitação da castração tanto como motores postos a serviço do bom funcionamento e da boa “gestão” daquilo que as empresas modernas, impregnadas de um saber psicológico a toda prova, chamam de “recursos humanos” (...). (PLON, 1999, p.108)

Sobre a pesquisa psicanalítica, Hermann (2004, p.6) enfatiza que todo analista pesquisa; o trabalho clínico de consultório é uma fonte elevada de investigação, mas os analistas “praticam outras formas de clínica”, em que também há pesquisa da psique, “não necessariamente a partir da técnica terapêutica (...), mas, tal como as psicanálises da cultura de Freud, obedecendo ao método interpretativo”. Para o autor:

Uma pesquisa psicanalítica é mais que um relato clínico (...), pois (...) faz avançar decisivamente o conhecimento da psique humana. Um ensaio teórico, apoiado em material clínico ou na análise de certo recorte da sociedade e da cultura, constitui também uma pesquisa. (...) pesquisa é algo que os analistas estão sempre a fazer; bastaria saber como transformar o trabalho diário em pesquisa comunicável. (...) a opção pelo método psicanalítico equivale a propor uma alternativa ao modelo usual de pesquisa psicológica, baseada em protocolos, estatística, grupos de controle, etc.. (HERMANN, 2004, p.6)

A atual pesquisa do doutorado não está distante do estudo do mestrado e tampouco fora da área das questões iniciais as quais me inquiri. Simplesmente, agora essas questões estão alojadas no campo do trabalho. Como aponta Rosa (2004, p.7), “um psicanalista deve estar a serviço da questão que se apresenta. A observação dos fenômenos está em interação com a teoria, produzindo o objeto da pesquisa, não dado *a priori*, mas produzido na e pela transferência”.

Lembremos que a transferência não é restrita à situação do tratamento analítico, ocorrendo em todo tipo de relação humana. O campo da transferência é um campo intersubjetivo que propicia uma situação de comunicação do inconsciente. É na e pela relação transferencial que se constrói a questão a ser estudada.

Como psicanalista, tenho a clareza de que ao utilizar o referencial da metapsicologia freudiana para refletir sobre determinadas questões, é fundamental problematizar a produção de subjetividade na atualidade e seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais.

Sabemos que há uma demanda contemporânea do diálogo entre disciplinas e observo que os psicanalistas estão sendo chamados ao diálogo nas fronteiras de produção. Isso ocorreu no estudo que realizei no mestrado e, agora, novamente no doutorado. A produção do saber na psicanálise e seus intercâmbios com outros saberes configuram um campo que podemos chamar de ‘*psicanálise e conexões*’, idéia que aparece claramente na Conferência X – *Simbolismo nos sonhos* (1916), em que Freud diz o seguinte:

No trabalho da psicanálise formam-se vínculos com numerosas outras ciências mentais, cuja investigação promete resultados de mais elevado valor: vínculos com a mitologia e a filosofia, com o folclore, com a psicologia social e com a teoria da religião. (...) Em todos esses vínculos a participação da psicanálise é, em primeira instância, a de doador e, apenas em menor escala, a de receptor. É verdade que isso lhe traz a vantagem de seus estranhos achados se tornarem mais conhecidos quando constatados também em outras áreas da ciência; porém, em seu conjunto, é a psicanálise que provê os métodos técnicos e as concepções cuja aplicação nesses outros campos deve se mostrar proveitosa. A vida mental dos seres humanos, quando sujeita a investigação psicanalítica, oferece-nos explicações com cujo auxílio conseguimos resolver numerosos enigmas da vida das comunidades humanas ou, pelo menos, enquadrá-los num enfoque verdadeiro. (FREUD, 1916, p.200-1; grifos nossos)

Na atualidade, ao refletir sobre o tema do sujeito e do laço social, é imprescindível considerar as articulações de diferentes discursos, tendo em vista a complexidade de relações existentes na constituição do sujeito, assim como do laço social, que ordena como um tipo de civilização trata o que é da ordem do real. De qualquer modo a questão do psicanalista, na contemporaneidade, refere-se a *como a psicanálise pode ser útil nos vários ambientes em que o psicanalista é demandado*. Nesse sentido, minha pesquisa está na interface dos campos da saúde do trabalhador e da psicanálise e espero que traga contribuições.

Na esteira desses acontecimentos, busquei compreender o campo da Saúde do Trabalhador e o lugar da VST nesse campo. Consultei autores do campo da sociologia geral e também da sociologia do trabalho¹².

Dentre outros aspectos, descobri que o tema da *precarização do trabalho* parece dar conta do(s) fenômeno(s) que me impactaram nas inspeções da VST: a repetição de um “estado de precário”, a precariedade nos ambientes de trabalho,

¹² Como Ricardo Antunes, Graça Druck, Tânia Franco, Danièle Linhart, Vincent de Gaulejac, Zygmunt Bauman e István Mészáros.

das condições do trabalho, dos contratos de trabalho, dos vínculos afetivos, da saúde dos trabalhadores e da condição humana.

Trata-se de uma questão social, efeito nefasto das transformações do modelo econômico decorrentes da reestruturação produtiva do capital e da globalização dos mercados financeiros. Diz respeito às *condições de precarização da classe trabalhadora*, presentes nas mais diversas modalidades de *trabalho precarizado*, como os “terceirizados”, “subcontratados” e *part-time*, dentre tantas outras formas semelhantes que se espalham em escala global. É relativo a um quadro que se caracteriza por um *processo de precarização estrutural do trabalho* (ANTUNES, 2006 e 2007), processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

No contexto brasileiro, a precarização do trabalho tem suas especificidades em relação a outros contextos como o europeu, principalmente, por conta do processo de conformação das políticas sociais e das instituições de bem-estar no Brasil. Processos históricos como a constituição do Estado nacional, a conformação das instituições estatais e das ideologias nacionais e processos políticos como a ditadura militar, acabaram por determinar as características sociais que influenciam no conteúdo das políticas sociais brasileiras.

Outro aspecto se refere à estrutura de classes distinta da dos países desenvolvidos, pois como em toda América Latina, o desenvolvimento capitalista gerou “um proletariado industrial importante e setores médios assalariados, sobretudo vinculados ao setor público” (LAURELL, 1997, p.158), mas também originou um acentuado empobrecimento urbano com um contingente de trabalhadores à margem das relações trabalhistas e no campo, a “sobrevivência

das oligarquias rurais” (como é evidente no nordeste ou no interior paulista), a lentidão na reforma agrária e as formas do trabalho assalariado rural.

Nos países da América Latina, de um modo geral, “a orientação e o conteúdo das políticas sociais são as de um Estado de bem-estar, mas que deve ser classificado como “restrito” ou “incompleto” pelas limitações dos seus programas e dos seus critérios de seletividade”. (LAUREL, 1997, p.160) Nesse sentido, é questionável se o Brasil é um Estado de bem-estar social.

Os trabalhadores brasileiros muitas vezes estão às voltas com questões primárias como a sobrevivência, fato que ressaltei na fala do trabalhador no caso da reforma do calçamento de São Paulo. Essas questões primárias se articulam com aspectos decorrentes de formas agressivas de organização do trabalho, tornando bem complexo e com contorno próprio o quadro da precarização do trabalho no Brasil, como veremos no decorrer deste estudo.

Fiz um levantamento bibliográfico em periódicos de destaque da área psicanalítica. Consultei, referente ao período compreendido entre 2002 a 2009, revistas e jornais – internacionais e nacionais¹³ –, dentre os quais não encontrei nenhum artigo referente à articulação da temática da precarização do trabalho e psicanálise. Entretanto, na interface psicanálise e trabalho, há poucos artigos, assim como teses, dissertações e livros que tratam de questões relativas aos laços entre sofrimento psíquico e trabalho; às articulações entre subjetividade e trabalho; aos temas da humilhação, da violência, do assédio moral e da construção da identidade. Isso demonstra que a bibliografia específica do campo

¹³ *Révue Française de Psychanalyse* (Société Psychanalytique de Paris); *The American Journal of Psychoanalysis* (New York); *International Journal of Psychoanalysis* (Institut of Psychoanalysis of London); *Jornal de Psicanálise* (SBP/SP); *Revista Brasileira de Psicanálise* (SBP/SP); *Ágora* (IP-UFRJ); *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* (PUC-SP/UNICAMP).

da psicanálise é escassa, diferentemente, dos campos da sociologia e da psicologia social e do trabalho, em que essas questões são mais exploradas. Porém, tratando-se de campos distintos e, portanto, de construções teórico-metodológicas e interpretações diferentes para descrições sintomatológicas e fenomenológicas semelhantes.

Como psicanalista fui capturada pelo tema da *precarização do trabalho*, fui enganchada nesse tema por conta das minhas observações cotidianas de trabalho. Eu não escolhi o tema. Ele foi se impondo para mim ao longo desses dois anos e meio de prática no campo da saúde do trabalhador, pelo viés da experiência da vigilância em saúde do trabalhador, e de tal forma que passou a fazer parte dos meus interesses de pesquisa.

Em função de todas essas considerações, esta pesquisa tem o *objetivo geral examinar como o referencial psicanalítico freudiano pode colaborar na abordagem do fenômeno da precarização do trabalho, na contemporaneidade*. Em consequência disso, *o objetivo principal é investigar os modos de subjetivação que ocorrem na precarização do trabalho, no contexto da realidade brasileira atual*.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que espera estabelecer uma articulação teórica na interface psicanálise, saúde e trabalho. Sustentar a interlocução do discurso psicanalítico com outros discursos é tarefa árdua, em função dos limites que cada discurso impõe. Esta proposta exigiu o manejo simultâneo de distintas vertentes teóricas presentes nos campos da sociologia, da saúde pública, da saúde do trabalhador e da psicologia social, criando um movimento em espiral, num ritmo de enlaçamento destas diferentes vertentes com o repertório psicanalítico, dominante neste trabalho. Desse modo, por vezes, foi

necessário trazer elementos, inclusive básicos, para poder pensar algo para além do repertório de referência psicanalítico, de modo que a finalidade dessa dança espiral foi obter subsídios para minha observação psicanalítica.

O presente estudo se apresenta em três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, buscou-se delinear o campo da saúde do trabalhador, enfatizando a vigilância em saúde do trabalhador neste campo. Procurou-se esclarecer a concepção de saúde utilizada neste estudo, assim como legitimar um diálogo com a psicanálise, a partir do pressuposto metodológico básico da VST que é a abordagem interdisciplinar.

Como disparador na construção das questões fundamentais desta investigação psicanalítica, a respeito dos modos de subjetivação que ocorrem no complexo processo da precarização do trabalho, o capítulo dois traz um caso investigado na VST-COVISA, no segmento de fabricação de manequins. O caso foi montado em seis tópicos, de modo a permitir que o leitor possa tanto acompanhar um processo de investigação da saúde do trabalhador (portanto, um estudo da saúde na sua relação com o processo de produção) como, em vários momentos, voltar a um ponto de vista psicanalítico e pensar de que maneira os modos de subjetivação se entrelaçam com esse panorama.

Veremos que a produção dos manequins está estruturada de tal forma que o trabalhador fica submetido a uma condição de trabalho precarizada com exposições múltiplas que podem levá-lo a perda da saúde e morte precoce. *Como o trabalhador pode suportar tal situação?* A partir desta pergunta, a situação encontrada na fábrica foi remetida ao conceito de 'cadeia produtiva' que, sob a lente psicanalítica, revelaria uma 'montagem perversa' sustentada por certo

mecanismo de manipulação do poder na contemporaneidade. *A cadeia produtiva poderia ser inserida nas discussões psicanalíticas a respeito das manifestações perversas no social?*

A hipótese fundamental desta pesquisa é que a ‘fábrica de manequins’ expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho, marcada pelo viés da servidão. A questão da servidão é o aspecto do complexo processo de precarização do trabalho que foi privilegiado no presente estudo. Para refletir sobre a servidão em um campo estritamente psicanalítico, foi preciso trazer alguns aspectos do sistema colonial brasileiro em relação às marcas do regime servil na nossa sociedade e de seus efeitos nas subjetividades, como a reatualização de um modelo identificatório do domínio.

A partir da idéia freudiana desenvolvida em *O mal-estar na civilização* (1930), de que o trabalho é um instrumento que o homem criou para lidar com o seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e viver em sociedade, *seria possível estabelecer uma articulação entre desamparo e precarização do trabalho?*

Para dar andamento as questões e hipóteses levantadas no capítulo dois, o terceiro capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira parte, buscou-se caracterizar algumas propostas freudianas, com o intuito de obter subsídios para uma articulação metapsicológica que desse sustentação à hipótese fundamental deste estudo. O primeiro passo foi mostrar a dimensão do desamparo no pensamento freudiano; em seguida, foi construída uma noção freudiana de trabalho, tendo em vista que, para Freud, o ‘trabalho’ não se restringe ao ‘trabalho profissional’ e, por fim, foi enfatizada uma direção de leitura do discurso freudiano, da dimensão psíquica da política e do poder. Na segunda parte, foram traçados os

contornos da definição de trabalho com a qual estamos dialogando, assim como um recorte das mudanças significativas no mundo do trabalho a fim de contextualizar o complexo processo da precarização do trabalho. Tendo construído um caminho para as questões da contemporaneidade, o último tópico pretendeu estabelecer um enlace entre o mal-estar atual e a montagem perversa no campo do trabalho.

A precarização do trabalho poderia ser compreendida como um dos efeitos da montagem perversa no campo social?

NOTAS SOBRE O CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Um breve panorama

A 'Saúde do Trabalhador' reúne diversas práticas e estudos no âmbito da saúde coletiva, assim como de setores sindicais e acadêmicos que configuram o campo de conhecimento das relações saúde-trabalho. É um campo interdisciplinar e interinstitucional construído por diversos atores de lugares sociais distintos, ligados por objetivos comuns. Sobre o objeto da saúde do trabalhador, Mendes e Dias (1991, p.347) enfatizam que:

(...) pode ser definido como o *processo saúde e doença* dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Representa um esforço de compreensão deste processo – como e porque ocorre – e do desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem à transformação em direção à apropriação pelos trabalhadores, da dimensão humana do trabalho, numa perspectiva teleológica.

Na teia da história, a 'Saúde do Trabalhador' evoluiu da 'Medicina do Trabalho', passando pela 'Saúde Ocupacional'. Em meio aos avanços da Revolução Industrial, o trabalhador foi sendo submetido a um processo de trabalho acelerado, com longas jornadas, em condições penosas e perigosas e em ambientes agressivos, o que passou a produzir agravos à sua saúde, levando inclusive à morte. Nessa conjuntura, no final do século XIX, surge o primeiro serviço de medicina do trabalho, implantado em uma indústria têxtil, na Inglaterra,

com a finalidade de intervir no processo de desgaste do trabalhador, *visando à sobrevivência e reprodução do processo produtivo*. Como mostram Mendes e Dias (1991, p.343):

(...) tanto a expectativa de promover a “adaptação” do trabalhador ao trabalho, quanto a da “manutenção de sua saúde”, refletem a influência do pensamento mecanicista na medicina científica e na fisiologia. No campo das ciências da administração, o mecanicismo vai sustentar o desenvolvimento da “Administração Científica do Trabalho”, onde os princípios de Taylor, aplicados por Ford, encontram na medicina do trabalho uma aliada para a perseguição do seu “telos” último: a *produtividade*.

O contexto econômico e político provocado pela II Guerra Mundial, e pós-guerra, promoveu uma acelerada evolução da tecnologia industrial, em especial, por conta do avanço tecnológico militar. Neste contexto, cresceu o número de mortes por acidentes e doenças do trabalho, elevando os custos dos empregadores, assim como das seguradoras que pagavam altas indenizações por incapacidade provocada pelo trabalho.

Esse quadro desvelou uma insuficiência por parte da medicina do trabalho para intervir nos problemas de saúde derivados do processo produtivo. Em consequência disso, a intervenção da atuação médica direcionada ao trabalhador foi ampliada para a intervenção direcionada ao ambiente de trabalho, caracterizando-se por uma ação interdisciplinar, com ênfase na higiene ‘industrial’ e no controle dos fatores de risco ambiental. A atenção à saúde deixou de ser,

essencialmente individual, passando a ser considerada no âmbito da coletividade. Surge, assim, a “Saúde Ocupacional” como um ramo da saúde ambiental¹.

No Brasil, o desenvolvimento da saúde ocupacional se deu tardiamente, mas reproduziu o mesmo processo ocorrido nos países da Europa. No âmbito acadêmico, destaca-se a Faculdade de Saúde Pública da USP-SP, com a criação da área de ‘Saúde Ocupacional’ dentro do Departamento de Saúde Ambiental. No âmbito institucional, o destaque vai para a criação da FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho). E no âmbito legal houve a regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entretanto, Mendes e Dias (1991) mostram que o modelo da saúde ocupacional mostrou-se insuficiente, tanto no nível mundial como nacional, principalmente, por ser um modelo que procurava estabelecer a relação entre o fator de risco e a instalação da doença ou agravo à saúde sem considerar a historicidade e outros determinantes deste processo. Desse modo, surge a necessidade de situar o risco laboral em um contexto econômico e político, como enfatizam Laurell e Noriega (1989).

No auge da economia do pós-guerra, nos países capitalistas, houve um domínio ideológico da burguesia na difusão da idéia de que os problemas sociais eram derivados da pobreza e da má distribuição de renda, somente, e não de um sistema de produção vigente na sociedade. Em consequência disso, Breilh (1991) ressalta que a solução para a problemática das massas populares acenava na direção da política de redistribuição do Estado de Bem-Estar, o que nos países

¹ Conforme Mendes e Dias, 1991; Laurell e Noriega, 1989.

subdesenvolvidos, como era o Brasil, significava o sonho de acabar com a miséria.

No final dos anos de 1960, a crise econômica se apresentou também como uma crise política, ideológica e social que, no campo da medicina e da saúde coletiva, conforme enfatiza Laurell (1979, p.11), “impulsionou as primeiras tentativas de reflexão crítica sobre a prática dominante e os supostos teóricos sobre os quais ela descansa”.

No quadro histórico das lutas sociais anticapitalistas, os episódios de “Maio de 68” – que se iniciaram com greves estudantis e culminaram em manifestações de larga escala, atingindo fábricas e ocupações de toda França, onde cerca de dez milhões de trabalhadores aderiram aos ideais de greve –, representaram a recusa por parte dos estudantes e dos trabalhadores ao modelo social do capitalismo tecnocrático, assim como a luta por uma organização social de práticas institucionais centradas na solidariedade dos trabalhadores. Segundo Linhart (2007), este cenário sociopolítico significou uma crítica radical ao trabalho e ao seu significado na vida humana, como também aos valores vigentes, o que se espalhou por outros países da Europa, com reflexos na América Latina, e no Brasil, com os movimentos de resistência à ditadura militar.

Com o movimento social e dos trabalhadores, novas políticas sociais introduzem mudanças significativas na legislação do trabalho, principalmente, nos aspectos de segurança e saúde dos trabalhadores. As mudanças essenciais se referem ao reconhecimento de direitos fundamentais dos trabalhadores como, por exemplo, o direito à informação sobre a natureza dos riscos, medidas de controle, acesso a resultados de exames e avaliações ambientais; o direito à recusa do

trabalho em condições de risco grave; o direito ao estabelecimento de mecanismos de participação, conforme apresentam Mendes e Dias (1991).

A partir da década de 1970, configura-se um intenso processo social de transformações. Ocorrem mudanças nos processos de trabalho e a transferência de indústrias para o Terceiro Mundo, em especial, aquelas que provocam poluição ambiental ou risco para saúde, por exemplo, de chumbo e de agrotóxicos. Em consequência disso, a questão do social e da subjetividade ganham corpo nas discussões teóricas sobre a saúde e as práticas alternativas. Os autores ressaltam que:

(...) a *teoria da determinação social* do processo saúde-doença, cuja centralidade colocada no trabalho – enquanto organizador da vida social – contribui para aumentar os questionamentos à medicina do trabalho e à saúde ocupacional. (...) Nessa trajetória, a saúde do trabalhador rompe com a concepção hegemônica que estabelece um vínculo causal entre a doença e um agente específico, ou a um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho e tenta superar o enfoque que situa sua determinação no social, reduzido ao processo produtivo, desconsiderando a subjetividade. (MENDES e DIAS, 1991, P.346-7)

A posição da Medicina Social surge juntamente com o questionamento global da organização capitalista do trabalho, no final dos anos de 1960 e meados de 1970. Acompanha, portanto, a luta do trabalhador pela vida e pela saúde e recupera “o processo de trabalho como o espaço concreto de exploração. Daí em diante, não se está longe de recuperar a saúde do operário como expressão, igualmente concreta, desta exploração” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.23).

A Medicina Social Latino-Americana representa uma contestação crítica aos pensamentos sanitaristas dominantes do Modelo Médico Clássico que, no caso da

saúde ocupacional, como vimos, limita a saúde dos trabalhadores à atenção médica e aos riscos do trabalho. É uma crítica ao paradigma biológico individual da doença que não considerava um aspecto fundamental do processo saúde-doença nos grupos humanos: seu caráter social. As causas das doenças não se restringem a processos biológicos ou a tríade ecológica (hospedeiro, agente e ambiente), mas devem ser buscadas nos processos sociais de produção e reprodução².

A nova corrente de pensamento procura abordar a Saúde Coletiva como um processo social e político, relacionando o processo de trabalho com a saúde. Tem no seu centro a problematização da relação saúde-trabalho, em que as investigações são relacionadas ao caráter histórico e social do processo saúde-doença e de sua determinação. Sua abordagem epidemiológica considera a historicidade dos processos biológicos e psíquicos, rompendo definitivamente com o pensamento médico ortodoxo que enfatiza o caráter a-histórico da biologia humana.

Este aspecto faz interface com a psicanálise, na medida em que, para Freud, sem historicidade não há sujeito. Na sua visão, o sujeito humano não é dado *a priori*, mas constituído na articulação com a sociedade, conforme trabalhado em estudo anterior, principalmente no Capítulo 2, *A construção do vínculo social sob o ponto de vista freudiano: A lei, os ideais e as identificações*. A psicanálise se interroga sobre os efeitos do político no sujeito e do sujeito na política como lógica coletiva, questionando-se sobre os modos de produção de subjetividade e de seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais. Este foi um dos

² Conforme Laurell e Noriega, 1989; Laurell, 1979.

aspectos que Freud trabalhou, em especial, nos artigos *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930), que serão retomados no Capítulo 3, por ocasião do tratamento da dimensão psíquica da política e do poder no discurso freudiano. A obra freudiana mostra como é possível escutar a subjetividade histórica e enunciá-la.

Ao defender a tese da significação inconsciente dos sonhos e dos sintomas, Freud (1900) rompe com as leituras biologizantes do psiquismo que compreendiam o sintoma como degenerescência e o conflito como expressão de doença, desvio ou erro. O sintoma, na concepção freudiana, traz em si uma mensagem do conflito individual, familiar e social do ser humano³. As formações de sintomas são, em última instância, uma maneira que o sujeito encontra de se organizar dentro de um grupo⁴.

A compreensão de ‘saúde’ adotada no presente estudo, refere-se ao sujeito enredado na subjetividade, ao sujeito implicado, como ator na cena. Como ressalta Canguilhem (1966/2009, p.152), a “saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais”. A saúde diz respeito, portanto, à possibilidade do sujeito participar, regular e interferir muito mais que um referencial unicamente biológico. É preciso olhar para além do corpo para compreender o que é normal ou patológico para esse mesmo corpo. Não há distúrbio patológico em si; o que é anormal só pode ser entendido

³ Cf. Ocariz, 2003; Menezes, 2006.

⁴ Segundo Freud, em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921). Em *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006) defendi a hipótese de que o pânico, na atualidade, seria uma das expressões de um modo que o sujeito encontrou de se organizar na sociedade contemporânea, respondendo aos subsídios que a organização social atual oferece para que ele se sustente, além da cena familiar.

em relação a uma situação determinada. O que caracteriza a saúde é uma margem de tolerância aos acontecimentos do meio, a seu devir e sua história. Na vida, o reconhecimento das categorias saúde e doença só é possível no plano da experiência.

Como enfatiza Canguilhem (1966/2009, p.148):

Se reconhecermos que a doença não deixa de ser uma espécie de norma biológica, consequentemente o estado patológico não pode ser chamado de anormal no sentido absoluto, mas anormal apenas na relação com uma situação determinada. Reciprocamente, ser sadio e ser normal não são fatos totalmente equivalentes, já que o patológico é uma espécie de normal. Ser sadio significa não apenas ser normal em uma situação determinada, mas ser, também, normativo, nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.

A noção de saúde defendida pela Medicina Social está vinculada a essa idéia. Houve uma reformulação do objeto de estudo da epidemiologia que excluiu a concepção dicotômica da saúde e da doença e recuperou a característica de coletividade, de grupo humano. A epidemiologia procura estudar o processo orgânico da coletividade e não do indivíduo, resultado de uma maneira de se apropriar da natureza por meio de determinado modo de organização social⁵.

A prática epidemiológica, segundo Breilh (1991, p.71), “em diferentes períodos revela o efeito determinante do contexto histórico”. Este autor vincula o trabalho epidemiológico ao desenvolvimento do Estado capitalista, construindo uma epidemiologia crítica, marxista, que se contrapõe à epidemiologia tradicional

⁵ Cf. Laurell, 1979 e Breilh, 1991.

e positivista. Esta abordagem do processo-doença, também conhecida como epidemiologia social, representa uma tendência há mais de 60 anos, significando um avanço na compreensão do binômio saúde-doença, como indica Oliveira (1991).

Nesse quadro, o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção, como enfatizam Laurell e Noriega (1989, p.100), colocou o “nexo biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado”. E é no estudo da coletividade que o ‘nexo biopsíquico humano historicamente específico’ se manifesta mais claramente. Para os autores:

Os processos particulares de adaptação conferem, então, as características a este nexos, que se torna o substrato geral que determina a conformação do processo de desgaste e do perfil patológico de um grupo humano. (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.102).

Uma das metodologias no estudo do processo de trabalho na sua relação com a saúde é o Modelo Operário Italiano, originado por um grupo de trabalhadores e técnicos em Turim, no final dos anos de 1960. Durante a década de 1970, converteu-se no principal pilar de sustentação da luta do movimento operário italiano pela saúde. Uma das inovações deste modelo é seu surgimento do ‘movimento operário’.

Segundo Facchini (1993), o modelo operário ou sindical é um método de produção e sistematização de conhecimento, em que a preocupação *princeps* é transformar as condições de trabalho, visando a saúde dos trabalhadores a partir

do conhecimento do processo produtivo. Este modelo serviu para ação sindical direta nos locais de trabalho. Laurell e Noriega (1989, p.83) denotam que o modelo operário “tornou-se o instrumento prático que permitiu a dezenas de milhares de trabalhadores investigar eles próprios seus centros de trabalho e lutar pela sua transformação”, abrindo um ciclo de luta social anticapitalista, assim como representaram os episódios de “Maio de 68” na França.

Como um processo de investigação do ambiente de trabalho, o modelo operário parte da definição de ambiente como “o conjunto das condições de produção, nas quais a força de trabalho e o capital se transformam em mercadoria e lucro” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p.84). O “ambiente” é a expressão concreta do processo de valorização (produção da *mais-valia*), finalidade do processo de trabalho (produção de bens) no capitalismo.

O processo de trabalho é o meio para o processo de valorização. A chave para seu entendimento está na lógica concreta do processo de valorização. Na extração da *mais-valia*, o processo de trabalho é a materialização do processo de valorização e divisão do trabalho, somente decifrável a partir da estratégia empregada pelo capital em determinado momento histórico⁶. Mais que o questionamento sobre a constituição do processo de trabalho, devemos perguntar a respeito da dinâmica do processo de valorização, tendo em vista que não basta apenas produzir, mas deve-se produzir sob condições que favoreçam a venda do produto com lucro.

O modelo operário é uma pesquisa baseada no esquema dos quatro grupos de fatores de risco para saúde, tendo quatro conceitos básicos como suporte: a

⁶ Cf. Laurell e Noriega, 1989.

‘não-delegação’; o ‘grupo homogêneo’; a ‘validação consensual’; e a ‘experiência ou subjetividade operária’⁷. Sustenta-se no ‘princípio da não-delegação’, o que quer dizer que seus sujeitos são os próprios trabalhadores e não seus representantes. Parte-se da observação espontânea realizada pelos trabalhadores das suas condições de trabalho e de seus efeitos na saúde. Portanto, concretiza-se coletivamente e pelo chamado ‘grupo homogêneo’ que, segundo Sivieri (1991, p.84), é a menor unidade social de trabalho em um setor, onde os trabalhadores estão submetidos às mesmas condições, resultantes da organização do trabalho, compartilhando as atividades, os riscos e os fatores de risco a eles relacionados. Os ‘resultados são validados consensualmente’ de modo que possa exprimir a experiência coletiva, ou seja, a ‘experiência ou subjetividade operária’. Só se registram as informações que o grupo no seu conjunto reconhece como autênticas.

A principal inovação do modelo operário ou sindical é o reordenamento dos fatores de risco de modo a coincidir com a experiência operária direta na fábrica, o que recupera e expressa a subjetividade operária. Outra inovação é que ele muda a lógica do processo de produção de conhecimento. O condutor do processo de investigação não é o cientista (técnico), mas o grupo homogêneo de trabalhadores auxiliados por ele. Como enfatizam Laurell e Noriega (1989), delineia-se um vínculo entre o conhecer e o transformar: a pesquisa-ação.

⁷ Cf. Laurell e Noriega, 1989, p.74-90. O esquema dos quatro grupos é uma maneira de se ordenar os elementos do ambiente nocivos à saúde. O primeiro grupo engloba os fatores que definem o ambiente interno e externamente à empresa como: temperatura, iluminação, ventilação, ruído e umidade. O segundo reúne os fatores característicos do local, por exemplo, poeiras, vapores, gases, fumaças, substâncias químicas líquidas e/ou sólidas. O terceiro grupo diz respeito à fadiga resultante do esforço físico do trabalhador. E o quarto grupo é formado por fatores ligados à organização do trabalho que causam fadiga como o ritmo de trabalho, a repetitividade, as posições incômodas, a tensão, as responsabilidades inadequadas, prioritariamente.

A concepção de saúde do trabalhador, no Brasil, teve influência marcante do Modelo Operário Italiano e da Medicina Social Latino-Americana⁸. É um campo que vem se constituindo desde o final da década de 1970, acompanhando o processo de democratização do país. Seu pilar fundamental é a mudança do quadro de saúde do trabalhador, o que supõe ações políticas, jurídicas e técnicas, assim como uma posição ética frente aos movimentos sociais da época. A “saúde dos trabalhadores se torna questão na medida em que outras questões são colocadas no país”, como enfatizam Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1991, p.25). O cenário político, caracterizado pelo início do declínio do Regime Militar com a derrota eleitoral de 1974, é marcado por resistências e conquistas das lutas coletivas dos sindicatos por melhores condições de vida e de trabalho.

Os anos de 1978/79 foram marcados pela tomada do cenário político pelo Movimento Sindical, iniciado no ABC paulista a partir das greves de 1978 nas indústrias automobilísticas e pela Criação da Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho (CISAT) em São Paulo. Em 1980, a CISAT torna-se o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), de caráter nacional. Em 1982 há eleições diretas para governadores estaduais e em 1983 tem início o movimento político-ideológico que ficou conhecido como o “Programa de Saúde dos Trabalhadores” – os ‘PSTs’, inspirados no modelo da reforma sanitária italiana. Como mostra Lacaz (1997, p.9), os PSTs foram:

⁸ Cf. Lacaz, 1997; Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 1997.

Experiências que se desenvolveram particularmente em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul tanto no meio urbano como rural, a partir de 1984-5. Nestas experiências, os Serviços de Saúde Pública começam a nuclear a articulação entre as ações de assistência e vigilância (controle da nocividade) dos ambientes e locais de trabalho.

No estado de São Paulo, por volta de 1985, ganharam aplicação prática os programas de Salto, Bauru, Baixada Santista, nova fase de Campinas, Vale do Ribeira, do ABC e, na cidade de São Paulo, o programa da zona Norte⁹ e, posteriormente, o programa da zona Oeste.

Em 1986, foi realizada a *I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*, a partir da decisão da *VIII Conferência Nacional de Saúde* (1986), que teve como principal marca a formulação de conteúdos para uma Política Nacional de Saúde do trabalhador, que foram incorporados à *Constituição Federal de 1988* e à *Lei Orgânica da Saúde* – Lei 8.080/90.

Em 1989 o PST se instala no município de São Paulo, respondendo ao movimento sindical relativo às reivindicações dos trabalhadores. Segundo Oliveira e Udihara (2001), o Programa de Saúde dos Trabalhadores é norteado pelos princípios do SUS (Sistema Unificado de Saúde): universalidade; hierarquização e descentralização; integralidade das ações e controle social, estabelecido na *Constituição Federal de 1988* e ao qual compete dentre outras atribuições “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador” e “colaborar na proteção do meio-ambiente, nele compreendido o de trabalho¹⁰”. Como enfatiza Henriques (1989, p.355), “fica clara

⁹ Cf. Costa et al, 1989; Oliveira e Udihara, 2001.

¹⁰ Art. 200, incisos I e VIII.

a responsabilidade do Sistema Único de Saúde em proteger a saúde do trabalhador e sua implicação necessária no controle do ambiente e do processo de trabalho”.

Os objetivos do PST são: 1) oferecer serviços de atenção à saúde dos trabalhadores por meio de centros de saúde da região; 2) desenvolver atividades de intervenção nos ambientes de trabalho com a finalidade de eliminar ou reduzir nocividades por meio de ações articuladas entre técnicos e trabalhadores. Conforme Costa et al (1989, p.35) a síntese dos objetivos do PST

(...) pode ser expressa no esforço em desenvolver a concepção, na rede pública, de que os ambientes de trabalho e suas nocividades devam ser compreendidos como campo de ação da saúde pública; compreender o interno da fábrica como de interesse vital da sociedade.

A estratégia de implantação do programa no município foi estabelecer unidades especializadas que funcionassem como polos para as ações de saúde do trabalhador na rede local. Desse modo, foi instalado um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CRST em cada região da Cidade de São Paulo (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro). Como mostram Oliveira e Udihara (2001, p.347) as ações programáticas dos CRSTs “estão voltadas à assistência, à vigilância e às ações de ensino e pesquisa. O gerenciamento do Programa ocorre sob a forma de colegiado, composto pelos coordenadores dos CRSTs e do Programa”. Com os PSTs, as ações de vigilância em saúde do trabalhador se disseminaram de maneira alternativa às ações tradicionais de saúde pública, segundo Machado (1997).

A saúde do trabalhador pode ser compreendida como um movimento social, tendo em vista que surgiu da crítica à limitação dos modelos sociais e políticos vigentes, articulada ao movimento sindical e ao movimento da reforma sanitária brasileira. A saúde do trabalhador vai à contramão dos interesses das classes dominantes e das empresas, aspecto que muitas vezes dificulta o exercício de suas ações. Ao se articular com alguns referenciais das ciências sociais, o campo da saúde do trabalhador configura um novo paradigma no pensamento da saúde, que amplia a visão da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional e marca a saúde como um processo de produção social¹¹.

O aspecto da saúde como um processo de produção social nos aproxima, novamente, da psicanálise, tendo em vista que determinadas psicopatologias, como é o caso do pânico na contemporaneidade, encontram as suas condições de possibilidade no espectro de valores que sustenta a sociedade atual. São consideradas como psicopatologias típicas de sua época, o que não quer dizer, necessariamente, que são inéditas, mas são formas de sofrimento psíquico que integram e expressam, na sua sintomatologia, redes de significações entrelaçadas ao redor de ideais predominantes¹².

O campo da saúde do trabalhador se refere, portanto, a um campo de práticas, de produção de conhecimento orientado para uma ação transformadora. É nesse contexto que surge a vigilância em saúde do trabalhador – VST. A VST

¹¹ Cf. Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 1997; Lacaz, 1997.

¹² Do mesmo modo podemos entender a histeria, tal qual investigada por Freud no século XIX, como efeito de um processo de produção social desse momento histórico. Para um maior aprofundamento sobre esses temas ver: Menezes em *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006); Birman em *O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (2001); e *Gramáticas do erotismo* (2001a).

foi pensada como uma ação, como uma pesquisa-intervenção¹³ e não, simplesmente, como um procedimento técnico sanitário.

A saúde do trabalhador conforma-se como um diálogo entre os técnicos, os pesquisadores e o movimento sindical dos trabalhadores. Portanto, transformar as condições de trabalho, requer para além de competência técnica, condições políticas para mudar, condições de possibilidade de mudanças que dependem de todos aqueles que estão implicados nessa situação.

Aspectos da Vigilância em Saúde do Trabalhador

O objeto dos processos de vigilância em saúde do trabalhador, segundo Machado (2005, p.990), constitui-se na “análise da relação da saúde com o processo de trabalho – contextualizando as situações de risco técnico com as relações de trabalho e com as formas de resistência e desgaste da saúde dos trabalhadores”. Contudo, a redução das práticas da vigilância sanitária ao poder policialesco e à fiscalização produziu graves distorções, simplificando o processo histórico de construção do seu objeto e limitando sua ação de transformar as condições de saúde.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986, sistematizou as proposições de um processo social de democratização da saúde que vinha se constituindo há

¹³ Segundo a Portaria GM 3.120/98, que aprova a Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS, a ‘pesquisa-intervenção’ (um dos sete princípios da VST ao lado da ‘universalidade’, ‘integralidade das ações’, ‘pluri-institucionalidade’, ‘controle social’, ‘hierarquização e descentralização’, ‘interdisciplinariedade’ e ‘o caráter transformador’) diz respeito ao “entendimento de que a intervenção, no âmbito da vigilância em saúde do trabalhador, é o deflagrador de um processo contínuo, ao longo do tempo, em que a pesquisa é sua parte indissolúvel, subsidiando e aprimorando a própria intervenção”.

muito tempo. Grande parte dessas proposições foi acolhida pela *Constituição Federal de 1988*, para a qual 'saúde é um direito de todos e um dever do Estado', incluindo-se aqui, as ações de Vigilância em Saúde. Vigilância e Estado¹⁴, portanto, articulam-se na função reguladora do mercado (produção, comercialização e consumo) em benefício da saúde humana, o que se torna evidente na questão da complexidade do risco à saúde humana.

Lembremos que a abordagem em saúde do trabalhador provoca uma intervenção na realidade que articula a política pública com a vida social. Esta abordagem contempla ações de 'promoção', 'prevenção', 'assistência' e 'reabilitação'. A Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST) é uma prática voltada, principalmente, para a 'prevenção', que na sua concepção, só pode ser executada com a participação dos próprios trabalhadores e de suas organizações sindicais. A VST não é, simplesmente, uma técnica sanitária de intervenção no local de trabalho: ela foi pensada como um instrumento de ação transformadora, como uma intervenção política.

Por definição, a Vigilância em Saúde do Trabalhador diz respeito a um conjunto de ações que visam à promoção e proteção à saúde dos trabalhadores, assim como sua recuperação e reabilitação quando submetidos a riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Conforme mostra Machado (1997, p. 34), a VST

¹⁴ Ao pensar nas relações entre Vigilância e Estado, a obra de Foucault (1975) *Vigiar e punir*, é referência fundamental, tendo em vista a articulação entre as formas de exercício de poder, a produção de conhecimento e o estabelecimento da verdade. Nesta obra, o autor demonstra que o modo como uma sociedade pensa e trata determinada questão é sintoma de uma forma de exercício de poder que a direciona, sendo a vigilância um meio de controle e de exercício de poder.

(...) surge da intersecção de dois campos de atuação da saúde pública, a vigilância em saúde e a saúde do trabalhador (...), enquanto campo de atuação distingue-se da vigilância em saúde em geral e de outras disciplinas no campo das relações entre saúde e trabalho por *delimitar como seu objeto específico a investigação e intervenção na relação do processo de trabalho com a saúde*. (grifos nossos).

É fundamental incorporar ao objeto das ações da VST, no que tange ao binômio saúde e trabalho, as situações de risco e seus determinantes tecnológicos e sociais. É nesse contexto histórico que a Vigilância em Saúde do Trabalhador se insere no conjunto de ações aliadas às ações de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância em Saúde Ambiental, que compõem as ações da Vigilância em Saúde.

A incorporação da noção de risco à definição de Vigilância em Saúde tem provocado a modernização das estratégias de ação no campo da Saúde Pública, que se dá tanto pela ampliação e diversificação do seu objeto quanto pela incorporação de novas técnicas e instrumentos de geração de informações e organização das intervenções sobre ‘danos’, ‘indícios de danos’, ‘riscos’ e ‘condicionantes e determinantes’ dos problemas de saúde. Teixeira e Paim e Vilabôas (2000, p.56) sintetizam sete características básicas da Vigilância em Saúde:

a) intervenção sobre problemas de saúde (danos, riscos e/ou determinantes); b) ênfase em problemas que requerem atenção e acompanhamento contínuos; c) operacionalização do conceito de risco; d) articulação de ações promocionais, preventivas e curativas; e) atuação intersetorial; f) ações sobre o território; g) intervenção sob forma de operações.

Conforme Odonne et al (1986), a noção de risco incorporada à VST é associada aos ‘fatores de nocividade’ e aos grupos homogêneos do Modelo Operário ou Sindical. Já a Medicina Social Latino-Americana construiu uma nova categoria com a pretensão de alcançar um enfoque teórico mais preciso: ‘cargas de trabalho’, relativas ao movimento dinâmico de elementos do processo de trabalho que interagem entre si e com o trabalhador. Podem ser agrupadas, por um lado, em cargas físicas (ruído e calor), cargas químicas (pós, fumaça, fibras, vapores e líquidos, dentre outros), cargas biológicas (microorganismos) e cargas mecânicas (se convertem em contusões, fraturas e feridas, dentre outros) e, por outro lado, em cargas fisiológicas (esforço físico pesado, posição incômoda, dentre outras) e cargas psíquicas (sobrecarga psíquica e impossibilidade de desenvolver ou fazer uso da capacidade psíquica)¹⁵.

Na análise do processo de trabalho, busca-se identificar as ‘cargas de trabalho’ que estão gerando processos de adaptação que se traduzem em ‘desgaste’, compreendido como a perda da capacidade potencial biológica e psíquica. Como enfatizam Laurell e Noriega (1989, p.115), os conceitos de ‘carga de trabalho’ e ‘processo de desgaste’ são importantes

(...) para que se possa reconstruir no pensamento uma representação coerente da relação entre o processo de produção e o nexo biopsíquico de uma coletividade de trabalhadores, ou seja, a forma histórica específica de nela ocorrer o processo biológico e psíquico. Dessa forma, o conceito de “desgaste” permite consignar as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos biopsíquicos humanos. O desgaste (...) não se refere a algum processo

¹⁵ Para um maior aprofundamento sobre as cargas de trabalho, vide Laurell e Noriega, 1989 e Fachini, 1993.

particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos.

O ‘padrão de desgaste’ se expressa por meio dos indivíduos, mas os ‘processos de desgaste’ caracterizam as coletividades humanas, ou seja, são condições específicas por meio das quais a coletividade se constitui. Isso significa que o processo de desgaste não é uma fatalidade, mas é moldado pelo modo de produção. Como apontam Laurell e Noriega (1989), o desgaste é um problema tanto para o trabalho como para o capital, mas colocado de maneira diferente para cada um deles¹⁶.

O processo de estabelecimento do risco se dá em duas etapas. A primeira etapa é de domínio científico e a segunda “de vigilância das situações de risco e de seus efeitos previamente definidos” (MACHADO, 1997, p. 38). Portanto, essas duas fases delimitam e complementam a “investigação científica” e a “vigilância”. No caso da VST, o autor enfatiza que

(...) um relacionamento estreito com os trabalhadores, um sistema de informações e um aparato de intervenção institucional são elementos estruturais de um sistema de vigilância. As situações críticas tornam-se objeto de vigilância a partir de denúncias, de movimentos sociais e de diagnósticos técnicos específicos ou por analogia a condições similares em que foram estabelecidas situações de alto risco. (MACHADO, 1997, p.38)

Por essa passagem fica clara a importância do contato com o trabalhador aliado a um repertório conceitual na estruturação das ações de vigilância. Trata-se do princípio da pesquisa-intervenção, que segundo a Portaria GM 3.120/1998,

¹⁶ Sobre as conexões entre trabalho e processos de desgaste humano, veja também Seligmann-Silva em *Desgaste mental no trabalho dominado* (1994).

entende-se que “a intervenção, no âmbito da vigilância em saúde do trabalhador, é o deflagrador de um processo contínuo, ao longo do tempo, em que a pesquisa é sua parte indissolúvel, subsidiando e aprimorando a própria intervenção”. Como disse no início desse tópico, a VST foi pensada como um instrumento de intervenção política e não, simplesmente, como uma técnica sanitária de intervenção no local de trabalho, tendo “na intervenção um caráter proponente de mudanças dos processos de trabalho, a partir das análises tecnológica, ergonômica, organizacional e ambiental efetuadas pelo coletivo de instituições, sindicatos, trabalhadores e empresas, inclusive, superando a própria legislação”.

A VST constitui-se como um objeto integrador das ações de saúde pública, tendo em vista que articula três grandes áreas de atuação da saúde: as ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência e reabilitação. O desenvolvimento sistemático das ações da VST estabelece uma rede interna no SUS, conexões com instituições, além do sistema de saúde, configurando uma ação transversal intra e intersetorial, segundo Machado (1991, 2005).

O conjunto de ações da VST tem como pressuposto a articulação das ações de atenção básica, da atenção especializada e hospitalar, assim como às práticas de programas específicos ou estruturantes como saúde da mulher, saúde da criança e do adolescente, do idoso, saúde mental, redução da violência, programa de saúde da família, dentre outros, além dos demais setores externos à área da saúde, mas de interesse do campo do trabalho como, por exemplo, os setores da previdência, meio ambiente, educação e ministério público¹⁷.

¹⁷ Cf. *Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a Vigilância da Saúde do Trabalhador (MNPTVST)* – CESAT / SESAB (2002).

A construção dessas redes intra e interinstitucionais tem o objetivo de preservar e recuperar a saúde do trabalhador, por meio da estratégia de exclusão dos fatores condicionantes de desgaste e adoecimento. Quando isso não é possível, busca-se pelo menos a redução de seus impactos. Nesse quadro, a intervenção da VST se configura como uma intervenção interdisciplinar, tendo em vista que os componentes básicos de suas ações (sociais, tecnológicos e epidemiológicos) atuam na relação entre processo de trabalho e saúde. Como enfatiza Machado (1991, 2005), sob o ponto de vista transdisciplinar, se articulam harmonicamente de modo a evitar vieses tecnicistas, sociológicos, sanitários, quantitativos ou qualitativos.

Pelo exposto, a abordagem interdisciplinar é o pressuposto metodológico básico da vigilância em saúde do trabalhador, sem a qual não há condição de entendimento do seu objeto, aspecto que legitima o diálogo com a psicanálise. A construção de ações de intervenção no processo de trabalho, assim como a avaliação de seus resultados depende da interdisciplinaridade e da compreensão transdisciplinar. Para o autor:

(...) são incorporados parâmetros técnicos de priorização das ações de acordo com análises que integrem a observação de situações críticas segundo critérios de gravidade e magnitude por região, por setores de atividade econômica, por agravos à saúde (efeito) e por risco (tipo de exposição). Essa matriz científica é base de interlocução com as demandas sociais do movimento sindical e de outras instâncias institucionais, os poderes executivo, legislativo e judiciário. (MACHADO, 1997, p.37)

Desse modo, a prioridade, o planejamento e o resultado das ações de VST se dão segundo as conexões entre agravos, riscos, processo produtivo e território.

No entanto, Machado (2005), ressalta que a prática de saúde do trabalhador é 'fugaz' e 'regionalizada'. Fugaz, em virtude do grau de instabilidade de suas experiências e de suas mudanças internas, principalmente, no nível municipal que acabam inviabilizando muitas iniciativas; e regionalizada, por se concentrar, principalmente, em São Paulo, por conta de sua origem no movimento sindicalista e de sanitaristas da Secretaria do Estado de S.P., e na Bahia pelo papel estruturante do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CESAT).

De um modo geral, a implantação de ações de vigilância em saúde do trabalhador desenvolvidas em vários pontos do Brasil resultou numa gama de experiências diferentes. Como mostra o autor:

As diferenças observadas remetem às potencialidades regionais que giram em torno da força e qualidade da organização dos trabalhadores quanto às questões de saúde. Em termos institucionais, dependem das políticas regionais e da estrutura organizacional, da capacidade instalada, da qualidade dos profissionais envolvidos e de influência advindas das instituições acadêmicas. (MACHADO, 2005, p.988)

Com a finalidade de ampliar no SUS a formulação de uma política clara de expansão das ações em saúde do trabalhador, conforme Machado (2005), o Ministério da Saúde publica a Portaria 1.679/2002 para implantação da RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, rede regionalizada de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, com a atribuição de dar suporte técnico e científico às intervenções do SUS no campo da saúde do trabalhador. Os CERESTs deixam de ser a porta de entrada no Sistema, assumindo uma função de retaguarda técnica e de base epidemiológica, segundo Andreotti (2007).

Desde agosto de 2003, a cidade de São Paulo assumiu a gestão plena do Sistema de Saúde, reafirmando o compromisso com o SUS – Sistema Unificado de Saúde. Isso fez com que as ações de Vigilância em Saúde fossem municipalizadas, o que culminou, neste mesmo ano, na estruturação da COVISA – Coordenação de Vigilância em Saúde, instância responsável pelo Sistema Municipal de Vigilância em Saúde (SMVS). Em 2004, a Lei 13.725 instituiu o *Código Sanitário Municipal*, regulamentando a atuação dos profissionais da vigilância em saúde.

A COVISA tem como objetivo proteger a saúde da população e das gerações futuras do Município de São Paulo, controlando ou eliminando riscos e prevenindo doenças por meio de ações de vigilância em saúde. Vale lembrar que a COVISA é composta por seis Gerências, dentre elas a Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador, em que se encontra a Subgerência de VST.

O município passa a desenvolver as ações da Vigilância em Saúde do Trabalhador, o que até então era de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde. Neste contexto, é a Gestão Municipal que organiza a estrutura física de serviços para a realização das ações de vigilância em saúde, nelas incluídas as de saúde do trabalhador (CRST, SUVIS e COVISA). A hierarquização das ações é organizada em um território delimitado, nas áreas de abrangência das SUVIS e/ou CRSTs. No planejamento loco-regional são identificados problemas e prioridades de grupos de trabalhadores para o estabelecimento das ações que possam

resultar em impacto coletivo, a intervenção nos ambientes de trabalho e nos processos produtivos, e no atendimento aos trabalhadores¹⁸.

Conforme o manual de *Orientações técnicas e administrativas da VST-COVISA*, os *objetivos da VST* consistem em: 1) intervenção sobre os ambientes, processos e condições de trabalho, o que leva à identificação de fatores de risco e cargas de trabalho (novos ou já existentes), assim como a caracterização dos agravos relacionados com o trabalho (inéditos ou não); 2) eliminação, atenuação ou controle dos fatores determinantes de agravos à saúde, o que traz subsídios para políticas públicas, aprimoramento das normas legais, criação de novas normas, planejamento e estratégias na atenção, formação, capacitação, treinamento e redes de articulação/informação, além da avaliação do impacto das medidas adotadas para a eliminação, atenuação e controle dos fatores determinantes de agravos à saúde; 3) cumprimento das normas e legislação nacionais existentes ou em sua ausência, das internacionais e da negociação coletiva em saúde do trabalhador, com participação dos trabalhadores, seus representantes e Órgãos afins; 4) divulgação das informações sobre riscos e agravos com maior participação e conscientização dos trabalhadores; 5) exercício do controle social: trabalhadores e suas representações como sujeitos ativos e protagonistas da vigilância em saúde do trabalhador.

De uma maneira sintética, o processo de trabalho da vigilância em saúde do trabalhador tem as seguintes etapas: 1) Identificação e encaminhamentos das demandas, isto é, solicitações para inspeções em ambientes de trabalho

¹⁸ A SUVIS – Supervisão de Vigilância em Saúde – é uma instância regional da Secretaria Municipal de Saúde, localizada nas Subprefeituras de São Paulo.

(demandas atendidas: indicação epidemiológica, projetos de intervenção; investigação de nexos causais, pedidos do Ministério Público, setores da COVISA, SUVIS e outros órgãos, ouvidoria do município e denúncias); 2) Fase preparatória da investigação (pesquisas sobre a empresa, levantamento bibliográfico e da legislação pertinentes); 3) Inspeção (intervenção/fiscalização – método pesquisa-intervenção); 4) Procedimentos pós-inspeção (Relatório de Inspeção Sanitária de Saúde do Trabalhador, reunião técnica/audiência, análise da proposta de adequação da empresa); 5) Procedimentos de acompanhamento da intervenção (acompanhamento do processo administrativo e do cronograma de adequações); 6) Retorno para verificação do cumprimento das adequações e determinações.

A partir da minha experiência na vigilância em saúde do trabalhador da COVISA, foi possível detectar a conformidade dos seus processos de investigação com os pressupostos metodológicos da VST: intervenção interdisciplinar, pesquisa-intervenção e articulações intra e intersetoriais, na análise da relação da saúde com o processo de trabalho, inclusive em consonância com os princípios da Portaria GM 3.120/98.

O foco das ações da VST está nas contradições entre a produção e a saúde dos trabalhadores, como mostra Machado (1997). A VST é, portanto, um lugar de conflito, pois denuncia a lógica da exploração, da *mais-valia*, no complexo jogo político dos exercícios de poder. Nesse contexto, *como a psicanálise poderia contribuir para análise da relação da saúde com o processo de trabalho?*

2

A PEQUENA FÁBRICA DE MANEQUINS

Considerações iniciais

A Pequena Fábrica de Manequins se refere a um caso investigado na Vigilância em Saúde do Trabalhador da COVISA, que motivou a construção das questões fundamentais deste estudo psicanalítico a respeito dos modos de subjetivação que ocorrem na “precarização do trabalho”, no contexto da realidade brasileira atual circunscrita na cidade de São Paulo¹.

“Precarização do trabalho” se refere a um complexo processo que articula os aspectos social, econômico e político da vida humana, afetando a vida no trabalho e fora dele. “Há várias dimensões de precarização estreitamente ligadas entre si, que ocorrem simultaneamente e se amplificam, configurando a precarização do trabalho *dentro das empresas* e a precarização do *mercado de trabalho*.” (FRANCO, 2008, p.3) *E quanto à dimensão psíquica deste complexo? Como a psicanálise pode colaborar para essa reflexão?*

Lembremos que o processo de investigação da saúde do trabalhador diz respeito ao estudo da saúde na sua relação com o processo de produção, tendo em vista que a saúde é contextualizada como um processo social. Nesse sentido,

¹ Parte do material utilizado na construção deste caso é resultado do trabalho coletivo da equipe técnica que investigou a empresa (Sílvia E. N. F. Fiume – Assistente Social; Regina M. S. Pinter – Enfermeira; Rita de Cássia S. S. Araújo – Dentista; e eu, sob supervisão de Magda Andreotti – Médica e Subgerente da VST-COVISA, nessa época).

a saúde do trabalhador pode ser considerada como um dos efeitos dos modos de produção de subjetividade na atualidade.

Na metade do ano de 2008, a subgerência VST-COVISA recebeu da SUVIS ‘Ermelino Matarazzo / São Miguel Paulista’ (zona Leste) uma solicitação de apoio técnico para uma investigação conjunta, tendo em vista a gravidade e complexidade das condições de trabalho encontradas em ‘inspeção’ realizada por eles, em uma ‘*fábrica de manequins*’, uma indústria de pequeno porte que produz manequins para exposição de roupas e acessórios utilizados, rotineiramente, em vitrines de lojas no comércio em geral. A chefia designou uma equipe multidisciplinar de técnicos com experiência anterior nesse segmento e me incluiu neste grupo.

A motivação da inspeção realizada pela SUVIS foi uma denúncia de vizinhos da região, a respeito de uma “casa que provoca incômodo à vizinhança” e é foco para proliferação de vetores, entre eles o mosquito transmissor da dengue. Na denúncia ainda consta que se trata de uma empresa que utiliza

“(…) material tóxico, fibra de vidro, tiner, resíduo tóxico espalhado pelas ruas do entorno da fábrica, junto com galões e tambores abertos e cheios de água parada, manequins quebrados ficam lá mesmo jogados e cheios de água parada dentro deles, onde param os mosquitos da dengue, *é um descaso, parece que é um lugar que não tem lei.*” (fragmento da denúncia)

Marquei a última frase, pois chamou minha atenção. “Aqui não é local para fábrica que solta lixo, resíduo e material tóxico para nossas casas!” Há referência, inclusive, de adoecimento de moradores vizinhos.

A denúncia não foi feita por trabalhador e tampouco por alguma organização coletiva (por exemplo, sindicatos, associações de moradores), mas por vizinhos do entorno da fábrica. Não é o trabalhador o sujeito da denúncia. A demanda para mudar as condições de trabalho não parte dos trabalhadores, mas vem como pedido de um órgão municipal fiscalizador: a SUVIS. Este aspecto pode interferir no processo da vigilância e limitar a possibilidade de intervenção, tendo em vista que o procedimento da pesquisa-ação requer a participação do trabalhador. Quando há organização do trabalhador, de sindicato e/ou da comunidade, é mais fácil fazer a exposição do problema e obter uma resposta do coletivo para uma mudança, mas quando não há essa organização, podemos ter soluções pouco eficazes para os problemas encontrados.

Veremos adiante que muitos trabalhadores na *'fábrica de manequins'* não têm registro em carteira, não ganham um salário fixo e recebem por produção num sistema parecido com o de 'diarista'. Como tais trabalhadores poderiam se organizar coletivamente? Estes são aspectos do complexo processo de precarização do trabalho, em que o aumento e a intensificação da força de trabalho se estrutura em bases cada vez mais desregulamentadas. Existe um processo de perda de estabilidade e de exploração do trabalho: não há contrato de trabalho formal, as relações de trabalho são indefinidas e, portanto, há perda de direitos, adoecimentos de toda ordem e o enfraquecimento das organizações coletivas², configurando, assim, uma situação amorfa, do tipo 'salve-se quem puder', como *"um lugar que não tem lei"*. A lei é a da sobrevivência. Trata-se de outro tipo de 'contrato de trabalho', caracterizado por um vínculo instável, flexível,

² Cf. Antunes, 2006, 2007 e 2008; Druck e Franco, 2007, 2008; Thebaud-Mony e Druck, 2007.

frágil e desigual, que encoraja a avidez pelo poder de uns a custa da servidão e submissão de outros. Trataremos destas questões ao longo deste estudo.

De qualquer modo, a saúde coletiva tem um compromisso que independe da organização do trabalhador, da organização de morador ou mesmo, sendo uma área ocupada, se é ilegal ou não. Onde houver a possibilidade de risco, a saúde é prerrogativa de o Estado intervir.

Muitas denúncias recebidas na VST-COVISA são anônimas, tanto de municípios em geral como de trabalhadores em particular. As que derivam dos sindicatos são em menor número. Essa situação difere da situação histórica inicial da saúde do trabalhador, como vimos no capítulo anterior.

A fábrica

O primeiro passo foi identificar se a empresa existia legalmente e se havia registro de acidente de trabalho no SIVAT - Sistema de Vigilância de Acidentes de trabalho³. Descobrimos que se tratava de uma microempresa, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, entretanto, o CNAE - Código Nacional de Atividades Econômicas não correspondia às reais atividades desenvolvidas

³ O SIVAT é um sistema universal de notificação de Acidentes de Trabalho - AT, a partir da porta de entrada de hospitais e prontos-socorros do SUS - Sistema Único de Saúde, filantrópicos e particulares, independentemente do vínculo empregatício do trabalhador. O município de São Paulo foi o pioneiro nesta implantação (em 2002), cumprindo a determinação da Constituição Federal e da Lei Orgânica da Saúde em assegurar ações integrais de vigilância em saúde do trabalhador, contribuindo para descentralização destas ações na rede de saúde. Atualmente, o SIVAT conta com 47 mil registros de AT, dos quais 3,5% são considerados graves, seja pela natureza da lesão, por acarretar óbito ou por atingir adolescentes com menos de 16 anos (sem idade legal para trabalhar). Estes casos são objeto de investigação epidemiológica e de intervenção nos ambientes e nas condições geradoras de acidentes. A importância da VST foi reforçada pela portaria 777/2004, do Ministério da Saúde, que tornou obrigatória a notificação de acidentes e doenças do trabalho em território nacional com a inserção destes agravos no SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação.

naquele local, tendo em vista que se referia ao “Comércio Varejista de outros produtos não especificados”⁴. Em outras palavras, se a empresa não está enquadrada como atividade industrial, o risco aparente é menor. Este é um tipo de subterfúgio utilizado por várias empresas para escamotear e/ou reduzir o tipo de risco e encargos fiscais, assim como para baratear os custos, pagando menos impostos e taxas. Quanto maior o risco para saúde, maior é o imposto a ser recolhido pela empresa⁵.

É comum encontrarmos empresas com atividades produtivas de alto risco nas zonas de periferia, o que configura outro aspecto do complexo processo da precarização do trabalho: a flexibilização nas relações de trabalho e produção, em que o risco vai sendo instalado onde os mecanismos de controle são mais frágeis, onde “se vigia menos”. Isso quer dizer que a fiscalização, às vezes, é incipiente pela redução do contingente de técnicos. A infra-estrutura dos serviços de saúde é rarefeita. Cada bairro tem sua infra-estrutura. Se o local é mais bem estruturado socialmente diminuem as chances para o estabelecimento de atividades de risco e de condições precárias de trabalho.

Difícilmente, uma empresa do tipo “*fábrica de manequins*” se instala em bairros como Vila Madalena ou Perdizes. Quando a estrutura social é reduzida, abre-se espaço para o estabelecimento de ações, que também usam da contravenção: a empresa não quer pagar os encargos, as taxas, os direitos sociais

⁴ Cf. CNAE 47.89-0-99.

⁵ Há o novo regramento do “Fator Acidentário Previdenciário”, o FAP, que taxa os estabelecimentos por grau de risco, cf.o Decreto nº 6042/07. Para um maior aprofundamento, veja Moraes (2009); Oliveira (2009); e www.brasil.gov.br/fap.

dos trabalhadores, dentre outras. A empresa se instala (“se esconde”) onde é mais difícil a fiscalização chegar.

Fizemos uma reunião técnica, discutimos a denúncia e o quadro relatado pelos colegas da SUVIS e estabelecemos, como objetivo inicial desse processo de investigação, observar as condições de trabalho naquela fábrica. Partimos, então, para a ‘inspeção conjunta’ com dois técnicos da SUVIS.

O local era uma área residencial na periferia da cidade de São Paulo. Quando chegamos, o cheiro de produto químico já era intenso na rua. A fachada do imóvel parecia ter sido reformada, era um muro alto com portão de ferro e revestimento precário, sem placa de identificação (fotografia 2). Fomos recebidos pelo encarregado dos trabalhadores (fotografia 3). Os donos, um casal, não estavam.

Fotografia 2: Fachada da fábrica

Fotografia 3: Mão do encarregado coberta de poeira tóxica (derivada do lixamento da resina à base de monômero de estireno)

Entramos na *fábrica*. O acesso era pela garagem de uma casa residencial! As bicicletas encostadas na parede (como mostra a fotografia 4) pertenciam aos trabalhadores que moram na região. Parte do chão estava irregular e cheio de buracos; a outra parte era de piso frio coberto por um pó fino esbranquiçado (fotografia 5). O clima era de improvisação e de sujeira, de desleixo, de certo “descaso”. A fiação elétrica, improvisada e irregular, estava solta no teto; o acabamento estava deteriorado e o risco de acidentes era evidente, possibilitando quedas da própria altura, cortes, contusões, queimaduras, dentre outros, e risco de incêndio e explosão.

Fotografia 4: Entrada da fábrica / à direita acesso ao setor produtivo (note a fiação elétrica no alto)

Fotografia 5: Entrada da fábrica / à direita acesso ao setor produtivo (note a fiação elétrica no alto)

A pequena fábrica estava instalada de forma improvisada e adaptada em uma casa residencial de, aproximadamente, 160m² divididos em uma parte térrea e um andar superior. Na parte térrea, à esquerda da entrada, encontrava-se a área administrativa; à direita, o acesso ao setor produtivo da empresa, dividido em dois pavimentos: o térreo e o superior.

Fomos direto para o setor produtivo. No piso térreo, a cena foi impactante: tudo era tomado por um material particulado branco, o ar, o chão, as paredes, os trabalhadores da cabeça aos pés e em instantes até nós mesmos (fotografias 6 e 7). Exalava produto químico de forte odor. O lugar era escuro, mal ventilado, com pequenas janelas, sujo, abafado, úmido, “medieval”, cheio de frestas e buracos nas paredes, sem sinalização e com resíduos⁶ químicos espalhados pelo chão.

Fotografia 6: Entrando na fábrica

⁶ *Resíduo* é tudo aquilo que excede a produção, mesmo que seja por desperdício de matéria-prima.

Fotografia 7: Posto de trabalho
/ trabalhador coberto de poeira

Em todo o percurso eram patentes os sinais de um ambiente desorganizado, degradado, mal cuidado e com falta de zelo, tudo em meio ao processo de produção, aos postos de trabalho mal definidos (fotografia 8), aos trabalhadores, que desempenhavam suas tarefas “com naturalidade”, e aos manequins que se encontravam por todo lado, inteiros ou em partes, encostados, empilhados, jogados, compondo uma cena de filme de horror dada à semelhança estética com corpos humanos mutilados (fotografia 9).

Fotografia 8: Posto de trabalho precário / Trabalhadores desprotegidos sem EPI adequado

Fotografia 9: Manequins empilhados

Esta cena produziu uma estranheza... Pensei: *Quem é ser humano? E quem é manequim?! Onde estão os sujeitos desta cena? Eles existem? Estão vivos? Estão mortos? Mortos-vivos?*

Do ponto de vista psicanalítico, podemos pensar nas seguintes questões: *Trata-se de uma fábrica de manequins ou de um depósito de seres humanos? De que formas se expressa a subjetividade neste contexto? Quais as especificidades do circuito pulsional em jogo?*

Fomos andando pela casa-fábrica e observando uma situação de precariedade absoluta. Toda a edificação tinha piso irregular de cimento rústico sem acabamento, com buracos que permitiam, inclusive, a comunicação do pavimento superior com o térreo (fotografias 10 e 11).

Fotografia 10: Janela do pavimento superior vista do térreo

Fotografia 11: Piso do pavimento superior

O acesso à parte superior, realizado por meio de escada do tipo caracol em alvenaria, possui degraus irregulares, corrimão de metal vazado com partes rompidas e soltas (fotografia 12 e vide fotografia 6), ou seja, sem segurança alguma! Configura-se alto risco de acidentes. No interior desse ambiente, em que se inicia o processo produtivo (fotografia 13), encontravam-se as bancadas de trabalho, adaptadas a partir de restos de madeira e papelão, improvisadas sobre tambores (fotografia 14), para a formatação, destaque e colagem das partes dos manequins (etapas 2, 3 e 4 do processo produtivo).

Fotografia 12:
Escada tipo caracol

Fotografia 13:
Parte do piso superior

Fotografia 14:
Bancadas de trabalho

Caracterização da mão-de-obra

Os trabalhadores (vinte e um), são todos homens com idade entre 21 e 45 anos. Alguns, casados e com filhos, desenvolvem as funções de “acabadores”, “moldadores”, “pintores” e “motorista”, sendo a maioria (60%) sem registro em carteira de trabalho. Somente os pintores recebem um salário fixo mensal de aproximadamente, R\$ 800,00 (Oitocentos Reais). *Os demais recebem por produtividade*, ou seja, R\$ 15,00 (Quinze Reais) por peça acabada, não têm, portanto, um salário fixo mensal. O horário de trabalho é das 7:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

A ausência de vínculo trabalhista, os baixos salários e as condições de trabalho descritas anteriormente, demonstram aspectos do complexo processo de precarização do trabalho, como disse no início deste capítulo. Os trabalhadores da

'fábrica de manequins' vivenciam, nos dizeres de Antunes (2007, p.17), “a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX”, fazendo parte do crescente fenômeno da “informalização” e das formas de “flexibilização” do trabalho que, no âmbito do processo de produção, expõe os trabalhadores a um alto risco de adoecimento⁷, como veremos no próximo tópico.

É interessante salientar que, apenas para o ofício de pintor, há um salário mensal. A pintura diz respeito à arte do acabamento. É o pintor quem finaliza a peça, procurando dar ao manequim uma imagem humana, que seja atraente, prazerosa ao olhar. A responsabilidade do apelo estético do manequim é do pintor.

O processo produtivo⁸: Espaço concreto de exploração

O processo de produção tem seis etapas: 1) fracionamento de substâncias químicas; 2) moldagem das partes do manequim; 3) secagem dos moldes; 4) destaque e colagem das partes moldadas; 5) lixamento; e 6) acabamento do produto final. As cinco primeiras etapas são realizadas no pavimento superior (por 10 trabalhadores) e a finalização do processo produtivo (6ª etapa) no pavimento térreo (por outros 10 trabalhadores). Portanto, quando entramos na casa-fábrica, nos deparamos com a etapa final do processo de produção, quando os manequins montados vão para o acabamento: lixamento, pintura e secagem.

⁷ Cf. Thébaud-Mony e Druck (2007); Druck e Franco (2007).

⁸ Baseado no ‘modelo operário italiano’ de investigação e nas idéias de Laurell e Noriega a respeito do estudo da saúde na sua relação com o processo de produção, conforme foi desenvolvido no Capítulo 1.

Os equipamentos utilizados no processo de produção dos manequins são: lixadeiras, pistolas para aplicação das fibras nos moldes, pistola de pintura e faca tipo ‘peixeira’ utilizada como espátula para aplicação de massa de resina. As matérias-primas empregadas são: monômero de estireno⁹, cobalto, resina, talco, mantas de fibra de vidro, tintas e solventes.

Etapas 1 – Fracionamento de substâncias químicas

Os trabalhadores manipulam os produtos químicos seguindo a receita: ½ (meio) balde de estireno; 8 (oito) tampas de cobalto; 2 (dois) baldes de resina; 1 ½ (um e meio) saco de talco.

A resina, uma mistura a base de monômero de estireno, é preparada manualmente sem qualquer medida individual de proteção, com uma “ripa” de madeira improvisada, utilizada como misturador, em tambores cortados ao meio no centro do pavimento superior (fotografia 15). Na segunda etapa, como veremos a seguir, será aplicada nos moldes para confecção dos manequins, sendo revestida com uma camada de fibra de vidro.

⁹ É um produto químico que libera vapores inflamáveis em temperatura ambiente e sua degradação térmica produz vapores tóxicos. A principal via de absorção é pela inalação e por contato dérmico no ambiente ocupacional. Há perigo potencial de câncer pela exposição prolongada mesmo a baixas concentrações. De maneira geral, pode afetar o sistema nervoso central e/ou agravar desordens do mesmo. Quanto aos efeitos crônicos, a exposição repetida ou prolongada ao estireno pode causar náusea, perda de apetite, depressão do SNC e debilidade geral. Os efeitos no SNC incluem mudanças na visão, cansaço, sensação de embriaguês, lentidão no tempo de reação, problemas de concentração e de equilíbrio, dentre outros. Por tratar-se de um hidrocarboneto aromático (neurotóxico), pode causar, dentre outras doenças, transtorno mental orgânico (Cf. *Doenças Relacionadas ao Trabalho – Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde* [Ministério da Saúde], 2001, p.173 e FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos, vide ANEXO I).

Fotografia 15:
Preparação da resina

Não há um responsável pelo preparo. O revezamento é aleatório entre os trabalhadores do setor de mistura. No local, não existe qualquer sistema de ventilação exaustora, o que facilita a propagação dos voláteis, com forte odor, em todo o pavimento superior e inferior, expondo os trabalhadores e a comunidade do entorno. Os produtos, em suas respectivas embalagens, permanecem dispostos ao chão em sacos abertos, galões destampados, juntamente com partes de moldes e resíduos de toda ordem. Os trabalhadores usam roupas comuns, sem nenhuma proteção específica e máscara inapropriada ao risco.

Os principais fatores de risco da etapa 1 são: 1º) *Químicos* - pelo armazenamento e acondicionamento irregular dos produtos e dos resíduos,

partículas aerodispersas como poeira, fibras, aerossóis e compostos voláteis provenientes dos produtos utilizados nessa etapa do processo produtivo, podendo causar sensibilidade dérmica e respiratória, irritação dos olhos, debilidade geral, depressão do sistema nervoso central, mielotoxidades, leucopenia, intoxicações, câncer de laringe e medula óssea, pneumoconiose – talcose ou silicatose; 2º) *Acidentes* - a volatilização contínua do monômero de estireno, associada à inexistência de ventilação exaustora e a condição irregular da fiação elétrica, podem provocar explosão, incêndio e queimaduras; tal condição é agravada pela falta de equipamentos de combate a incêndio; há também o risco de choque elétrico pela presença de fiação elétrica exposta e ausência de aterramento da maquinaria. A desorganização do espaço e equipamentos inadequados aumentam as chances de acidentes como tropeções e quedas, contusões, ferimentos cortos-contusos, entre outros; 3º) *Biomecânicos* - levantamento e transporte manual de cargas (galões com monômero de estireno, resina, sacos de talco), além do esforço na mistura manual dos produtos químicos.

Etapas 2 – Moldagem das partes do manequim

Os manequins são confeccionados em moldes (braços, pernas, bustos e outras partes) sobre bancadas de trabalho improvisadas.

A mistura de resina desenvolvida na etapa anterior é aplicada nos moldes com auxílio de pincel (fotografia 16). Em seguida, revestem-se os moldes com as mantas de fibra de vidro, por meio de uma pistola ou manualmente. Os moldes seguem para secagem. Os trabalhadores não utilizam luvas ou qualquer proteção para as partes expostas da pele.

Fotografia 16:
Aplicação de resina

Na etapa 2, os trabalhadores estão expostos aos mesmos riscos químicos e de acidentes da etapa anterior. Entretanto, os riscos biomecânicos, referem-se aos movimentos repetitivos por conta da aplicação da resina e da colocação da fibra de vidro.

Etapa 3 – Secagem dos moldes

Esta etapa do processo ocorre a céu aberto, sobre o próprio telhado da edificação (fotografia 17). Os trabalhadores estão expostos aos mesmos riscos químicos e de acidentes das etapas anteriores, porém, em menor intensidade por dispor de ventilação natural ou porque o trabalho é realizado em área ao ar livre.

Fotografia 17:
Processo de secagem

Etapa 4 – Destaque e colagem das partes moldadas

Após a secagem, as partes dos manequins são destacadas manualmente dos moldes e encaminhadas para a bancada de colagem. O processo de colagem para a montagem das partes dos manequins é realizado manualmente com aplicação de uma massa de resina e catalizador, também elaborada pelo próprio trabalhador (fotografia 18). Após a colagem, retornam para a secagem. As peças prontas são encaminhadas para o setor de lixamento.

Fotografia 18:
Processo de colagem

Na Etapa 4, os trabalhadores estão expostos aos mesmos riscos químicos e de acidentes das etapas anteriores do processo produtivo.

Etapa 5 – Lixamento

O lixamento é realizado por meio de duas máquinas manuais portáteis (fotografia 19). Este ambiente possui um sistema de ventilação exaustora insuficiente (fotografia 20), pois há um exaustor sem filtro em funcionamento e outro desativado. Havia grande quantidade de poeira depositada no chão, nas paredes, nas bancadas, no exaustor e nos trabalhadores, além de partículas aerodispersas. Estes resíduos também são liberados para o meio-ambiente. Os trabalhadores não utilizavam protetor auricular e tampouco máscara adequada para essa etapa do processo produtivo.

Fotografia 19:
Lixadeira manual

Fotografia 20:
Sistema de exaustão

Nessa etapa, os trabalhadores estão expostos aos mesmos riscos químicos e de acidentes das etapas anteriores. Entretanto, os riscos biomecânicos, referem-se aos movimentos repetitivos por conta do processo de lixamento. Há também risco físico fruto do ruído produzido pela máquina de lixamento manual, que se propaga para todo o ambiente de trabalho.

Etapa 6 – Acabamento do produto final

Esta etapa é realizada no pavimento térreo. As partes dos manequins são transportadas manualmente pela escada caracol, aquela deteriorada, sem segurança alguma, que foi descrita no início. Segundo os trabalhadores, a etapa final do processo produtivo compreende quatro fases: lixamento manual (1, 2 e 3); pintura (1, 2 e 3; a última, dá o tom da pele: branca ou negra); “cura” (1, 2 e 3); e massagem e lixamento manual (1, 2 e 3, que correspondem ao acabamento final).

Os trabalhadores executam estas atividades em *postos de trabalho improvisados* (fotografia 21; vide fotografias 6, 7 e 8), tendo em vista que ficam sentados em latas vazias de tinta de 20 l, tendo como consequência a adoção de posturas inadequadas, em meio ao armazenamento irregular de monômero de estireno, tintas, solventes e manequins.

Fotografia 21:
Posto de trabalho

Há grande quantidade de poeira resultante do lixamento dos manequins. As partículas permanecem aerodispersas por todo o ambiente e se depositam sobre o corpo do trabalhador (como detectamos logo na entrada). Soma-se a isso o odor da tinta e dos produtos químicos utilizados no processo de acabamento, tais como as massas plásticas e resinas que são aplicadas manualmente com as facas que funcionam como espátulas no acabamento dos manequins.

Existem dois boxes abertos, adaptados e inadequados, para pintura dos manequins (fotografia 22). Segundo o trabalhador, a pintura final é realizada com tinta automotiva por meio de pistola.

Fotografia 22:
Box para pintura

O sistema de ventilação exaustora instalado nos boxes é mal projetado e insuficiente para a atividade (fotografia 23), pois há grande deposição dos aerossóis liberados no processo de pintura, que se disseminam por todo o ambiente do pavimento térreo. Ao lado desses boxes, há uma câmara também improvisada, de aproximadamente 6m² (fotografia 24), com lâmpadas que emitem radiação ultravioleta (UV), utilizadas para facilitar o processo de 'cura' da resina (polimerização do monômero de estireno). Por outro lado, auxiliam na evaporação do monômero de estireno livres que não reagiram (polimerizaram) - endurecimento da tinta. Além disso, a volatilização da tinta neste processo se dispersa por todo o pavimento térreo. O único EPI utilizado é uma máscara respiratória inadequada para esse risco.

Fotografia 23:
Sistema de exaustão

Fotografia 24:
Box de secagem

Na etapa 6, os trabalhadores estão expostos aos mesmos riscos químicos e de acidentes das etapas anteriores. Entretanto, os riscos físicos se referem ao calor e a radiação não ionizante emitidas pelas lâmpadas UV, utilizadas no processo de pintura dos manequins. A exposição à radiação UV pode causar patologias oculares e dermatológicas, incluindo o câncer de pele. Há, ainda, exposição ao ruído dos compressores, que se propaga por todo ambiente de trabalho. Os riscos biomecânicos dizem respeito à adoção de posturas inadequadas durante toda jornada de trabalho, agravados pela inexistência de pausas e de local para descanso.

É importante ressaltar que os riscos das etapas do processo produtivo, desempenhado no pavimento superior, repercutem no ambiente de trabalho do pavimento térreo e vice-versa.

Outro aspecto se refere ao destino inadequado dos resíduos industriais: a fábrica usa coleta de lixo urbana (residencial) e despeja seus resíduos no esgoto comum, facilitando a contaminação do meio-ambiente.

Quando terminamos de acompanhar o processo produtivo, fomos inspecionar a área administrativa, localizada à esquerda da entrada, na parte térrea (vide porta branca na fotografia 4). Nesta sala, são realizadas as vendas e a administração da empresa. Há relógio de ponto, mesa, duas cadeiras, equipamento telefônico sem fio, fax, dentre outros (fotografia 25). No mesmo espaço é estocado o produto acabado, os manequins prontos para entrega ao cliente (fotografias 26 e 27). Além de depósito para o produto final, esta sala serve

de armazenamento de matéria-prima para linha de produção¹⁰ (tintas, resinas, fibras e catalisador) e também como sala de máquinas (há dois compressores em funcionamento / fotografia 28). *Um local polivalente, multifuncional e flexível.*

Fotografia 25: Administração
/ sala de depósito de matéria-prima

¹⁰ Vide fotografia 24.

Fotografia 26: Produto final pronto para entrega

Fotografia 27:
Sala multifuncional

Fotografia 28: Compressor/
sala multifuncional

Além dos fatores de risco físicos, químicos, biológicos, biomecânicos, de acidentes e riscos sociais¹¹, facilmente identificáveis na *'fábrica de manequins'*, os trabalhadores também estão expostos a riscos para a saúde mental, advindos da complexa articulação de fatores decorrentes da organização do processo de trabalho, tanto em relação à divisão e execução das tarefas, quanto das políticas de gerenciamento dos trabalhadores, da hierarquia e cultura organizacionais.

De maneira sucinta, conforme mostram Seligman-Silva (1994), Sato e Bernardo (2005) e Heloani (2003, 2007), os riscos para a saúde mental dos trabalhadores são relativos a três aspectos: 1) à *organização do trabalho*:

¹¹ O *risco social* é resultante de carências que contribuem para uma degradação das condições de vida em sociedade tais como: as carências econômicas e de condições de habitação e saneamento; a desnutrição; a falta de integração e suporte familiar; baixos níveis educacionais e culturais. Tendo em vista que o trabalho é parte do universo social, inclusive estruturante de um lugar do sujeito na sociedade, o risco social também envolve o 'trabalho'. Se as condições de trabalho são inadequadas, precárias e ruins, se o trabalho é desestruturado, ele passa a ser um risco social. No caso da *pequena 'fábrica de manequins'* o risco social é expressão do trabalho precarizado. De um modo geral, os riscos sociais são: a fome, a criminalidade, as doenças, a falta de habitação, a falta de lazer, o desemprego e o subemprego, como mostram Boaventura de Souza Santos (2001), Catherine Prost (2006), Cláudio Antônio Gonçalves Egler (1996) e Mary Jane P. Spink (2001).

principalmente, o ritmo acelerado; a pressão por produção e à jornada excessiva de trabalho; aos constrangimentos cotidianos; a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho; a ameaça de desemprego; a manipulação do medo; a competitividade desenfreada; e aos 'programas de qualidade total' associados à produtividade e dissociados da qualidade de vida do trabalhador. Expressões como "ritmo alucinante", "trabalho incessante", "loucura", "desespero" são usadas com frequência pelos trabalhadores para expressar a intensidade do sofrimento provocado por essas características da organização do trabalho; 2) *à convivência com situações de perigo para a vida no trabalho*: em especial, nos ramos bancário, da construção civil e da indústria química; e 3) *à contaminação por produtos químicos*: principalmente, benzeno, mercúrio, manganês e os hidrocarbonetos alifáticos ou aromáticos saturados, como é o caso do monômero de estireno.

Segundo os autores, a organização do trabalho ocupa lugar de destaque no entendimento das articulações entre saúde mental e trabalho, permitindo identificar perspectivas preventivas.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa entrar no debate sobre as questões de saúde mental e trabalho, é importante salientar que há uma dificuldade em reconhecer o trabalho como um dos fatores que podem gerar efeitos psicopatológicos no trabalhador¹². Esta dificuldade se dá tanto por parte das empresas, como dos profissionais de saúde e do sistema previdenciário, ainda que, em 28/04/2004, por meio da *Portaria do MS n. 777*, os problemas de

¹² Para o leitor interessado no campo da saúde mental e trabalho há uma bibliografia vasta. Ver, principalmente, Edith Seligman-Silva, Cristophe Dejours, Yves Clot, Leny Sato, Elizabeth Lima, Marcia Hespanhol Bernardo, Roberto Heloani, Silvia Jardim e Luiz Henrique Borges.

saúde mental tenham sido reconhecidos como um dos onze agravos à saúde advindos do trabalho¹³.

Para finalizar a análise da organização do processo produtivo é importante salientar que, na *'fábrica de manequins'*, não existe área de higiene e conforto. Na verdade, ela é uma 'extensão' da área de produção. Em meio ao processo produtivo, estão localizados um banheiro (fotografia 29), um chuveiro (fotografia 30) e um tanque, que serve como "pia" (fotografia 31). Construções improvisadas e em precárias condições de higiene e limpeza.

Fotografia 29: Banheiro

¹³ Art. 1º § 1º São agravos de notificação compulsória, para efeitos desta portaria: I - Acidente de Trabalho Fatal; II - Acidentes de Trabalho com Mutilações; III - Acidente com Exposição a Material Biológico; IV - Acidentes do Trabalho em Crianças e Adolescentes; V - Dermatoses Ocupacionais; VI - Intoxicações Exógenas; VII – LER, DORT; VIII - Pneumoconioses; IX - Perda Auditiva Induzida por Ruído - PAIR; X - *Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho*; XI - Câncer Relacionado ao Trabalho. (Grifos nossos.)

Fotografia 30: Chuveiro

Fotografia 31: “pia”

Em frente ao banheiro e ao lado dos tambores, onde se manipula os produtos químicos, há um marmiteiro elétrico e uma geladeira em péssimas condições de higiene (fotografias 32 e 33). O vestiário para os trabalhadores foi improvisado na sala de armazenagem de moldes e manequins (fotografias 34 e

35¹⁴). Suas roupas estavam jogadas no chão (fotografia 35) e também penduradas em um varal improvisado. Os trabalhadores não usavam uniformes.

Fotografia 32:
Marmiteiro

¹⁴ Cena semelhante àquela das bolsas dos trabalhadores penduradas em uma pequena árvore no caso *Calçadas de São Paulo*, a árvore que era o “armário” para guarda de objetos pessoais (vide Introdução).

Fotografia 33:
Entrada do vestiário
(note a geladeira e o marmiteiro)

Fotografia 34: Armário

Fotografia 35: Vestiário
(note o buraco na parede)

Para além dos riscos de acidente já retratados, a condição existente caracteriza a *‘fábrica de manequins’* como um *lugar depauperado, precarizado e contaminado*. A área de conforto, como extensão da produção, ao contrário de trazer mais segurança e proteção para o trabalhador, transforma-se na disseminação do risco para fora da empresa¹⁵. Tendo em vista que, o trabalhador não dispõe de vestimenta de proteção para reduzir a exposição e o contato com os produtos químicos, ao levar as vestes, para serem lavadas em casa, ele também está levando o risco para seu domicílio, para a família e para o meio-ambiente.

¹⁵ Assim como ocorre com o destino inadequado dos resíduos industriais (vide início da etapa 5 – Lixamento).

A organização do processo de produção na *'fábrica de manequins'* mostra uma forma precarizada de produzir e, em consequência disso, uma condição de risco grave à saúde do trabalhador. Toda a produção dos manequins está estruturada de tal forma que o trabalhador fica submetido a uma condição de trabalho com exposições múltiplas, que podem levar a perda da saúde e morte precoce. *Como o trabalhador pode suportar tal situação?*

Neste ponto, ressalto dois aspectos: o primeiro diz respeito à condição de risco encontrada na pequena fábrica, que pode ser pensada como uma *banalização do risco*, em que o processo de risco à saúde do trabalhador se transforma em prática cotidiana, o que é característica da nossa sociedade atual, de modo que pode tender a naturalizar-se no imaginário social. Não é o intuito desta pesquisa aprofundar a questão da banalização do risco à saúde do trabalhador, apenas marcar que sua existência pode ser compreendida como um dos efeitos da precarização do trabalho no Brasil. Entretanto, a questão da 'naturalização' do risco no ambiente de trabalho, nos remete ao segundo aspecto, que será priorizado neste estudo: *A submissão do trabalhador a uma condição de trabalho precária*, que lhe foi imposta pela maneira como está estruturada a organização do trabalho.

Existe tecnologia disponível para a produção de manequins que não expõe o trabalhador a esse nível de risco, como encontramos na pequena fábrica. Esta situação é mais bem entendida quando remetida ao conceito de 'cadeia produtiva', rede em que as empresas se inserem "com funções e uma dinâmica que só pode ser compreendida a partir da análise da cadeia em seu conjunto" (LEITE, 2000, p. 77). As análises indicam uma interdependência cada vez maior entre as empresas

e que as relações entre elas são fundamentais para compreender o que se passa na singularidade de cada uma. Hoje, a maior parte do valor dos produtos de uma empresa é produzida em rede e não mais, isoladamente, por uma única empresa.

Em conversa com o encarregado dos trabalhadores, descobrimos que a pequena fábrica fornece manequins para várias lojas da rua ‘25 de Março’ e para vários *shoppings* da cidade de São Paulo, inclusive de classe alta.

A ‘*Fábrica de manequins*’ expressa os efeitos das relações que se estabelecem em uma cadeia produtiva. Mais especificamente, das relações entre as grandes empresas e seus fornecedores, os quais estão longe de serem ‘parceiros’, tendo em vista que nesta relação prevalece a pressão pela redução de custos, as leis do ‘mercado livre’, dominado pelas empresas que detêm o capital, podendo levar a uma forma precarizada de produção e aumento dos riscos para a saúde do trabalhador. Segundo Leite (2000, p. 72),

Essa realidade parece estar na base da precarização do trabalho conforme se caminha para o final da cadeia, que se explicita claramente nas condições de trabalho encontradas nas fornecedoras (...) evidentemente, o efeito desse tipo de relação sobre a mão-de-obra não pode ser outro senão a precarização do trabalho. (Grifos nossos.)

A autora mostra que, ao longo da cadeia produtiva, ocorre um processo de precarização do trabalho. Nas empresas que estão nos últimos elos da cadeia, geralmente, os trabalhadores são mal pagos, não têm registro em carteira de trabalho e trabalham muito mais. Suas pesquisas têm mostrado que o trabalho tende a diminuir nas grandes empresas – que estão no topo da cadeia e onde o trabalhador é mais bem pago e melhor qualificado – e a aumentar nos últimos elos

da cadeia, onde o trabalhador é mal pago, com pouca qualificação e muitas vezes sem registro em carteira de trabalho¹⁶. Exatamente o quadro que encontramos na *'fábrica de manequins'*. Isso significa que todas as lojas, para as quais a pequena fábrica fornece seus manequins, são co-responsáveis na produção e reprodução do *trabalho precarizado*, tendo em vista que o interesse recai sobre o preço do produto final, o manequim, e não sobre a dinâmica do processo de produção, sobre as condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores que o produzem.

Sob o ponto de vista psicanalítico, *como estão os circuitos do desejo em 'fábrica de manequins'?* *Quais as especificidades do mecanismo psíquico em jogo?* *Podemos pensar que a cadeia produtiva revelaria uma 'montagem perversa'*¹⁷?

Nas relações entre as grandes empresas e seus fornecedores há uma forma de experiência intersubjetiva em jogo, que parece privilegiar o funcionamento perverso, tendo em vista que se organiza um tipo de laço social que encoraja a avidez pelo poder de uns a custa da submissão de outros. O trabalhador é considerado como objeto de uso e de gozo, sendo a sua existência condicionada a uma posição servil.

'Fábrica de manequins' expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho, marcada pelo viés da servidão. Este é o aspecto do complexo processo de precarização do trabalho, que será privilegiado no presente estudo: A questão da servidão.

¹⁶ Marcia de Paula Leite coordena o projeto temático FAPESP: *A crise no trabalho e as experiências de geração de emprego e renda*, de abril/2007 a março/2011.

¹⁷ Cf. Birman, 1997, 2006; Peixoto Jr., 1999; Szpacenkopf, 2003; Helsinger, 2004; e Fleig, 2008.

A cadeia produtiva poderia ser inserida nas discussões psicanalíticas a respeito das manifestações perversas no social? Nesse contexto, um elemento-chave na investigação do complexo processo de precarização do trabalho é a montagem perversa, em jogo neste processo.

Na cadeia produtiva, conforme demonstra Leite (2000), o estudo das empresas líderes do mercado é fundamental, tendo em vista que são elas que criam as estratégias que se difundem para as empresas da base produtiva, defendem o gerenciamento como tecnologia de poder e sustentam uma concepção de gestão (sistema de organização do poder, o poder gerencialista), como a ideologia dominante do nosso tempo (a ideologia gerencialista).

Sobre as características do poder gerencialista, Gaulejac (2007, p.37-8 e 109), que se utiliza de um referencial psicanalítico, enfatiza que:

(...) o poder gerencialista mobiliza a psique sobre os objetivos de produção. Ele põe em ação um conjunto de técnicas que captam os desejos e as angústias para pô-los a serviço da empresa. Ele transforma a energia libidinal em força de trabalho. Ele encerra os indivíduos em um sistema paradoxal que os leva a uma submissão livremente consentida. (...) Passa-se do controle minucioso dos corpos para a mobilização psíquica a serviço da empresa. (Grifos nossos.)

Em relação à problemática do poder, Birman (2001) mostra que há uma identidade essencial entre as diversas formas de poder que remonta à economia perversa. O exercício concreto do poder implica maneiras sutis e ostensivas de um funcionamento deste tipo, pois pressupõe uma onipotência de quem o realiza e de quem nele acredita e se submete. Entretanto, o autor ressalta que, essa fórmula não se reduz ao modelo autoritário de poder, aos modos tirânicos; mesmo

no modelo democrático, em formas de poder mais flexíveis, há nuances que devem ser reconhecidas.

O quadro encontrado na ‘fábrica de manequins’ poderia ser compreendido como ilustração de um dos efeitos do mal-estar, na contemporaneidade, na manipulação do poder gerencialista?

É importante lembrar que nas relações saúde e trabalho, o processo de trabalho é considerado como espaço concreto de exploração, sendo o processo saúde-doença do trabalhador igualmente expressão desta exploração. A finalidade do processo de trabalho (produção de bens) é o processo de valorização (extração da mais-valia), que tem a seguinte dinâmica: *não basta apenas produzir, mas deve-se produzir sob condições que favoreçam a venda do produto com lucro*. O processo de trabalho é a materialização do processo de valorização e divisão do mesmo, somente decifrável a partir da estratégia empregada pelo capital em determinado momento histórico, como ressaltam Laurell e Noriega (1989). Portanto, as condições de trabalho revelam mecanismos de dominação que, no caso da *‘fábrica de manequins’*, e sob o prisma psicanalítico, poderiam ser compreendidos como mecanismos de dominação perversa?

E, qual é a idéia freudiana de ‘trabalho’? Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud aponta o ‘trabalho’ como uma forma de satisfação substitutiva, um fator importante na economia das pulsões, das relações intersubjetivas e como indispensável à preservação e justificativa da existência em sociedade. O trabalho é um meio de canalização da vida pulsional.

Nesse artigo, a questão das manifestações da subjetividade se dão em relação ao que Freud (1930) denominou de *mal-estar na civilização*, tendo em

vista que a relação do sujeito com a cultura é permeada pelo antagonismo irremediável entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização. Esse conflito irremediável é constitutivo da condição subjetiva do humano, sendo o desamparo (*Hilfflosigkeit*) a base dessa condição. Para viver, as pessoas criam possibilidades afetivas no enfrentamento da condição fundamental de desamparo.

É nesse contexto que Freud (1930) compreende o ‘trabalho’ como um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo (*Hilfflosigkeit*) e viver em sociedade. O trabalho aparece como uma forma de engate do sujeito no circuito social, o que o torna uma das peças fundamentais na problemática da identidade e na manutenção da civilização. Este tema será trabalhado na primeira parte do Capítulo 3.

A idéia freudiana de trabalho, portanto, articula-se com a dimensão do desamparo, o que nos leva a refletir sobre articulações entre o desamparo e a precarização do trabalho. Como a noção de trabalho para Freud não se restringe ao ‘trabalho profissional’, é necessário não só abordar a noção freudiana de trabalho como também marcar os contornos da idéia de ‘trabalho’, com que estamos dialogando, na medida em que se trata de uma pesquisa na interface de campos distintos – saúde do trabalhador e psicanálise.

Nos campos da saúde do trabalhador e das ciências sociais as definições de Laurell e Noriega, assim como de Antunes (2007, p.22), para quem, no mundo contemporâneo, há uma nova (e ampla) morfologia do trabalho que “significa também um novo destino das formas de representação das forças sociais do trabalho” e que, em consequência disso, caracteriza uma nova conformação da classe trabalhadora. Soma-se a esses autores, Carvalho Franco (1969), para

quem a referência da escravidão à estrutura da fazenda encaminha de maneira correta o entendimento do tema 'trabalho' no Brasil. Este tema será tratado na segunda parte do Capítulo 3.

A inspeção: encaminhamentos e desdobramentos

Ao término da inspeção, o caso foi assumido pela VST-COVISA, por conta de sua complexidade. Discutimos sobre qual atitude tomar naquele momento. A situação do ambiente era insatisfatória e a condição de risco para saúde dos trabalhadores era alta. Mas, havia risco grave e iminente¹⁸ para saúde dos trabalhadores na *Fábrica de Manequins*? Essa pergunta é importante, pois o risco grave e iminente é critério para interdição parcial ou total do estabelecimento¹⁹. Por um lado, interditar significava por fim àquele quadro de precariedade e servilidade em que é questionável a consideração da condição humana. Por outro lado, significava de um momento a outro, 21 trabalhadores desempregados, sem dinheiro, naquela semana e nas próximas, para levar para casa e alimentar suas famílias.

A equipe entendeu que, naquele momento, não havia critério para interdição. Dissemos à empresa que haveria solicitação de informações e documentos complementares por meio de ofício, caso necessário, outras inspeções seriam realizadas sem prévio aviso e que o acompanhante designado

¹⁸ Considera-se risco grave e iminente toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador. (Cf. Portaria 3214/78, MT, NR 3.1.1.)

¹⁹ Cf. legislação: Código Sanitário Municipal (Art. 4º §§1 e 2; Art. 38 IV; Art. 42; Art. 134 §§ 1 e 2); Portaria 3214/78, MT, NR 3.1.1 e 3.2 e Portaria SMS.G nº 1902 de 26/12/2006 (Art. 18 §1).

ficaria como referência para a equipe técnica, já o proprietário, ou preposto, seria convocado para reunião técnica/audiência na VST-COVISA.

Durante a inspeção, em conversa com trabalhadores, descobrimos que o proprietário é migrante nordestino. Quando chegou a São Paulo, foi trabalhar em fábricas deste tipo na periferia da cidade. Aprendeu o ofício. Juntou dinheiro e começou negócio próprio no quintal de casa. Tendo prosperado, alugou uma casa e montou a pequena fábrica junto com sua esposa. O negócio estava no nome dela.

Note-se que o dono da empresa foi um desses trabalhadores. Há um ideal de prosperidade em que, mesmo você sendo um nada hoje, você pode chegar lá como seu chefe: ser como ele. Esse aspecto remonta a questão dos ideais e dos mecanismos de identificação e idealização tratados por Freud em *Psicologia de grupo e a análise do eu* (1921/1980), elementos que serão retomados.

Quando estávamos entrando na viatura da vigilância, o dono da empresa chegou. Conversamos rapidamente e o que me impressionou foi ele dizer que os lugares onde trabalhou eram semelhantes a este e que não sabia dos riscos para saúde que tal trabalho envolvia: “*Pensei que fosse assim mesmo!*”.

Essa fala é reveladora da produção e reprodução da ‘naturalidade’ de uma precariedade das condições de vida e de trabalho, que pode chegar à banalização do risco, da vida, da condição humana.

Historicamente, no Brasil, tais condições buscaram seu nivelamento pela rusticidade e pela simplicidade a serviço da aquisição econômica. Como mostra Carvalho Franco (1969/1997, p.205), na formação da sociedade brasileira há “toda uma concepção de vida, cujos valores centrais são a riqueza, o trabalho e a

economia”. A atividade tendeu a orientar-se no sentido de “conseguir que a produtividade fosse alcançada acima do nível de satisfação das necessidades básicas.” Primeiro a produção, depois o conforto, uma herança do sistema colonial brasileiro que podemos reconhecer em *‘fábrica de manequins’*.

Fomos embora da pequena fábrica. Continuamos o fluxo do processo administrativo. Elaboramos o Relatório de Inspeção, notificamos por meio de ofício a Delegacia Regional do Trabalho – DRT; a SUOS – Supervisão de Uso e Ocupação do Solo de Ermelindo Matarazzo / São Miguel Paulista; a CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e a empresa para comparecimento e imposição das medidas administrativas cabíveis, munida da documentação solicitada.

Na audiência, que transcorreu após a inspeção, a empresa foi representada por um advogado, com uma procuração vencida há um ano! Discorremos sobre o motivo da inspeção, apresentamos o relatório de inspeção sanitária, indicando as não conformidades encontradas, os dispositivos legais infringidos e a situação de risco para saúde naquele ambiente de trabalho. O advogado desconsiderava sua responsabilidade frente à situação de precarização do trabalho naquela fábrica. Por meio de um discurso cínico e utilitarista, carregado de ‘descaso’ e desprezo, queria nos convencer de que o proprietário da empresa fazia um *“bem social”*, pois *“proporcionava emprego para muita gente em tempos difíceis”*.

O advogado compareceu com parte da documentação exigida e disse que a *‘fábrica de manequins’* se comprometia a ajustar as irregularidades, criando um cronograma de adequação. Neste ato, demos ciência ao auto de infração.

Após o prazo concedido para efetuar as adequações, procedemos nova inspeção na *'fábrica de manequins'*, para averiguação das correções das irregularidades apontadas no auto de infração e para aplicação de penalidade (auto de imposição de penalidade). Quando chegamos, o imóvel estava totalmente diferente. A fachada tinha aspecto de casa residencial. Pelo portão, via-se um carro na garagem, quintal, varal com roupas e dois cachorros. Parecia outro lugar. Era outro lugar. Uma garota adolescente nos atendeu e disse que morava lá há alguns meses com a família: *"Meu pai é o dono da casa (...) aqui não tem fábrica nenhuma (...) eles mudaram e a gente não sabe pra onde."*

Em frente da casa havia uma bicicletaria. Perguntamos para um trabalhador de lá se ele sabia de alguma informação: *"Olha, foi incrível. Um domingo de manhã, eu saí para pescar e tava tudo aí. Quando eu voltei de tarde, não tinha mais nada! Não sei pra onde foram. Acho que eles fugiram, né?!"*

Diante dessa situação, retornamos à VST-COVISA e propusemos o arquivamento do processo. Note-se que não foi possível intervir, mudar as condições de trabalho naquela fábrica, mas não por um problema da equipe técnica.

Os *'trabalhadores manequinizados'* e a marca da servidão

Recordemos a cena impactante ao entrar no setor produtivo: *Quem é ser humano e quem é manequim?!* Trabalhadores e manequins se misturavam e se confundiam. Como metáfora, vou denominá-los de *'trabalhadores manequinizados'*.

Chamaram minha atenção a *resignação* e a *docilidade* daqueles homens àquela situação. Desempenhavam suas tarefas com '*naturalidade*', como se eles tivessem nascido para aquilo. Quando perguntei sobre suas condições de trabalho, responderam: "*Ah... aqui... Tá bom né, não tô desempregado*"; "*É... porque no fim da semana eu tenho dinheiro pra levar pra casa*"; "*Pra mim tá bom. Eu tenho trabalho*". Parecia uma falta de vontade de transformação: '*Está tudo bem*'.

Como podia estar tudo bem naquele lugar? O que faz com que esses trabalhadores vivam esse tipo de situação com 'naturalidade'?

Do ponto de vista da psicanálise, *qual o mecanismo psíquico em jogo na 'naturalização' do processo de precarização das condições de vida e de trabalho? Qual o funcionamento psíquico operante nos trabalhadores?*

Quando pedimos para fotografar, os trabalhadores faziam pose e sorriam (fotografia 36). Uma das técnicas da VST-COVISA disse: "*Vocês sabiam que essa poeira, essas condições de trabalho, a situação aqui, faz mal para saúde de vocês?*". A negativa foi geral. E continuava a técnica: "*Então, pode provocar doenças, por exemplo, no pulmão, inclusive câncer.*" Não houve espanto: "*Não, não sabia não*"; "*Nunca nem pensei nisso. Ninguém nunca falou nada pra gente. É mesmo, é?!.*"

Fotografia 36:
Trabalhadores no piso inferior do
setor produtivo

Não havia revolta. Aqueles trabalhadores estavam ali tentando sobreviver: *“Aqui... Tá bom né, não tô desempregado”* ou *“É... porque no fim da semana eu tenho dinheiro pra levar pra casa.”* No contexto da montagem perversa, estas falas revelam uma captura do sujeito na sua sobrevivência, fruto de uma estratégia de poder (dominação perversa), que procura desarticular suas respostas para uma condição de submissão, lançando-o no abismo do desamparo. Conforme foi desenvolvido em estudos anteriores, para se defender da experiência psíquica do

desamparo terrífico, o sujeito pode se utilizar de modalidades subjetivas que privilegiam a servidão, a violência e o masoquismo²⁰.

Para refletirmos sobre a servidão em um campo estritamente psicanalítico, não podemos esquecer que a problemática da servidão nas relações de trabalho, no Brasil, exige uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, é importante trazer alguns aspectos do sistema colonial brasileiro, tendo em vista as leituras de Carvalho Franco (1969) e Ianni (2004), em que o brasileiro independente de sua classe social, ainda prolonga no cotidiano atitudes do escravismo. As marcas do regime servil podem ser observadas em peculiaridades da nossa sociedade, como por exemplo, o trabalho pago com troca de favores, que atualiza o funcionamento da estrutura dominação-servidão. *‘Fábrica de manequins’* revela esta herança.

Na Introdução deste estudo, fiz referência aos *homens livres e pobres, expropriados*, que trazem como “presença ausente” o escravo, assim como a peculiaridade das relações de dominação e produção características da sociedade brasileira. Trata-se, da emergência de um grupo que têm sua origem no modo de inserção na estrutura social: marginalizado e socialmente dominado. A inserção tangencial dessas populações à estrutura socioeconômica, como mostra Carvalho Franco (1969/1997, p.60-1), “numa terra farta e rica colocou-as, assim, a um só tempo, diante da quase impossibilidade e da quase desnecessidade de trabalhar”.

O desenvolvimento da propriedade fundiária brasileira conciliou dois princípios de produção opostos: a produção direta de meios de vida e a produção para mercados. Na economia colonial, esses princípios aparecem sintetizados

²⁰ Menezes, L. S. em *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006) e *Desamparo* (2008).

como uma unidade contraditória e ganham uma identidade, em que uma modalidade de produção não existe sem a outra. Esta unidade socioeconômica constitui-se na fazenda e “essa síntese, determinada na gênese do sistema colonial, sustentou com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira”. (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p. 212).

Para Carvalho Franco (1969, p.13), a exploração do escravo pode ser reconhecida

como parte em que se pode encontrar (...) relações sociais em cujo curso se procede à unificação dos diferentes e contraditórios elementos nele presentes. Esta proposição leva a ver como, a partir dos séculos XV e XVI, quando a escravidão aparece suportando um estilo de produção vinculado ao sistema capitalista, o escravo surgiu redefinido como categoria puramente econômica, assim integrando-se às sociedades coloniais.

A autora propõe um ponto de vista sobre o lugar e o significado da escravidão na sociedade colonial, tendo em vista que ao escravo esteve ligado não só o destino de seus proprietários, mas também a sorte dos homens livres e pobres. Desse modo, pensa a escravidão como instituição submetida a outras determinações que lhe deram sentido, que não o princípio unificador do sistema social. Para a autora, a situação econômica é o elemento articulador da sociedade brasileira, em que a categorização dos indivíduos se dá pela diferenciação social fundada na situação econômica e na atividade lucrativa que determinavam a posição ocupada na escala do poder e do prestígio. O Brasil se constituiu como uma sociedade

(...) em que a situação econômica se ligava imediatamente à posição social, em que as vias para o enriquecimento não estavam estritamente monopolizadas. Estas condições colocaram frente ao homem pobre a possibilidade de integrar-se aos grupos dominantes, nessa ordem de coisas, o vendeiro, o tropeiro ou o pequeno proprietário não escapavam às amarras da dominação, mas elas podiam ser superadas numa dimensão pessoal: diante deles estavam dados os meios para enriquecer e ascender socialmente, numa formação socioeconômica em que progressivamente se determinavam e se cristalizavam as diferenças de fortuna e de destino. (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p.111.).

A gênese da sociedade colonial brasileira e todo seu desenvolvimento estiveram presididos pela aquisição econômica de vulto, perseguida de maneira sistemática. O fazendeiro (“senhor”/proprietário de terras) teve sua existência dominada pelo movimento incessante na aquisição de bens econômicos, como terras e escravos, derivando seu modo de ser pelo signo da atividade econômica.

A constituição dos *homens livres e pobres* deveu-se a maneira como foi organizada a ocupação do solo no Brasil: concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Disso decorreu que parte da propriedade era explorada pela agricultura mercantil escrava e outra parte ficava ociosa, podendo, sem prejuízo econômico para o proprietário de terras, ser cedida para uso de outro. Esta situação possibilitou a constituição de um agregado de homens engajados em uma produção mercantil especializada, mas que estavam, ao mesmo tempo, isolados e obrigados a se manterem por seus próprios recursos. Eram

homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse (...) numa sociedade em que há a concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma

“ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil, baseada na escravidão, simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser. (...) Embora os homens livres e pobres tenham permanecido apartados da produção para mercado, este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino. (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p.14-5.)

Formou-se uma massa regida pelo princípio de *dominação pessoal*, um mecanismo de dominação em que o poder se assenta sobre uma trama de fidelidades e lealdades pessoais que, num processo cumulativo de recíprocos encargos e favores, sucessivamente promoveu a eliminação da possibilidade de um existir autônomo. “A visão e o proceder do *senhor*, em face do seu dependente, presumiam constantemente a condição humana deste último e fundavam as técnicas de dominação social.”²¹ (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p.94.)

Por não se integrarem à produção mercantil, os homens livres e pobres não participavam da sociedade ‘senhorial’ brasileira. Sua projeção no sistema social só foi possível a partir da sujeição à dominação pessoal. Os efeitos desta dominação não se restringiram às orientações de conduta (seja do senhor, seja do dependente), mas atingiram a própria consciência do mundo social, impossível de ser concebido senão pelo primado do poder e da prática da dominação que converte a realidade social em ‘formas objetivadas de existência daquele que é ideado como superior’:

²¹ O ‘senhor’ é representado pelo Fazendeiro, o grande proprietário de terras. E os dependentes, pelas figuras do ‘tropeiro’, do ‘vendedor’ e, posteriormente, do ‘agregado’, do ‘camarada’ e do ‘sitiente’ (pequeno proprietário).

Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrictões a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa a do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto que se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa *criatura domesticada*: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p.95; grifos da autora.)

Por este trecho podemos depreender que a condição de existência dos homens livres e pobres era a submissão ao domínio do outro. São relações sociais perpassadas pela lógica da dominação/submissão. Havia ali uma 'naturalização da servidão'. *Do ponto de vista do funcionamento psíquico, o que a psicanálise pode dizer sobre a naturalização da servidão?*

Continua a autora:

As condições de sua sujeição advieram justamente por ser quase nada na sociedade e exatamente esse vazio não poderia fornecer-lhe uma referência a partir da qual se organizasse para romper as travas que o prendiam e para constituir um mundo seu. Apenas, episodicamente, (...) abriu-se para ele a possibilidade de desvendar o mundo do ponto de vista das mudanças que nele pretendia realizar. (...) sua inexistência como ser social permitiu uma única escapatória nos momentos em que as forças constrictivas se faziam sentir mais duramente: a revolta de cada indivíduo, solitária em seu desafio à ordem estabelecida, entregue às suas próprias forças para afirmar-se.(p.112-3)

Em tais condições, o caminho do homem pobre foi, na maioria das vezes, o de reafirmar sua submissão.

Os '*trabalhadores manequinizados*' revelam ressonâncias dessa formação *sui generis* de seres humanos, oriunda das implicações da escravidão no Brasil,

onde o sistema mercantil se expandiu condicionado à exploração de uma massa trabalhadora, em que os trabalhadores não foram integrados à produção mercantil. Conservam as marcas de uma rede de relações que se estabeleceu entre os ‘homens livres’ (e dependentes) e o proprietário de terras (camada dominante), em que “haverá sempre um *senhor*, sob cuja égide se encontrará e de cuja mercê dependerá o êxito de seu trabalho” (CARVALHO FRANCO, 1969/1997, p.69).

Sob um olhar psicanalítico, poderíamos pensar que há em jogo, no recorte privilegiado do presente estudo, nas relações de trabalho²² no Brasil, um modelo identificatório do domínio: *para trabalhar é necessário estar à mercê de, submeter-se a outro*.

O ‘*trabalhador manequinizado*’ expressa a submissão a uma ordem social que traz, como marca, a relação ‘senhor-dependente’, o ajustamento entre dominadores e dominados definido de modo complexo no processo de produção, relações que parecem harmônicas, mas que na verdade, ocultam a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco. *Sob o prisma da psicanálise, essa herança é solo fértil para a reatualização do mecanismo perverso*.

Enfim, a condição de precariedade a que estavam submetidos os ‘*trabalhadores manequinizados*’ parece refletir a questão social que há no Brasil desde abolição da escravidão e o fim da Monarquia, que mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. De um lado, encontra-se uma moderna sociedade em desenvolvimento sócio-político-econômico, e de outro lado, uma

²² Neste estudo a referência ao termo ‘relações de trabalho’ deve ser entendida, simplesmente, como uma modalidade de relação social.

sociedade primitiva, vivendo em condições precárias de vida, de trabalho e de saúde²³.

No Brasil, como mostra Ianni (2004, p.90, 61), “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizados na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade”. O sentido da colonização, o peso do escravismo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado, são processos que caracterizam a formação social brasileira ao longo da Colônia, do Império e da República. O autor mostra que há uma peculiaridade na formação social brasileira conforme ela vai emergindo no século XX:

O presente capitalista, industrializado e urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. (...) A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital em escala internacional. (IANNI, 2004, p.83.)

O *Brasil Moderno* parece um caleidoscópio do tempo em que se mesclam e distinguem o passado e o presente, formas de vida e de trabalho, de adoecer e de morrer²⁴, modos de ser e de pensar:

O Brasil Moderno, ao mesmo tempo em que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região. O país parece um mapa simultaneamente geográfico e histórico, contemporâneo e escravista, republicano, monárquico e colonial, moderno e arqueológico. Toda sua história está contida no seu presente, como se fosse um país que não abandona e nem esquece o pretérito; memorioso. (IANNI, 2004, p.63.)

²³ Cf. Laurell e Noriga (1989) e Laurell (1997).

²⁴ Segundo Breilh (1991), as formas de vida e de trabalho determinam o padrão de saúde e de adoecimento.

E nesse contexto, afirma Ianni (2004, p.61), “é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças” o que, sob o ponto de vista psicanalítico, poderia ser pensado como uma marca traumática²⁵, que produz efeitos nas subjetividades como a reatualização do mecanismo perverso e de um modelo identificatório do *domínio*, expressos no caso da ‘*fábrica de manequins*’. Um dos resultados é a produção de formas de subjetividade marcadas pela passividade, evidente na submissão do *trabalhador manequinizado* a uma condição de trabalho precarizada como prática cotidiana (naturalização da servidão), lançando-o no abismo do desamparo (*Hilflosigkeit*). *Quais as articulações entre desamparo (Hilflosigkeit) e precarização do trabalho?*

²⁵ Cf. Souza, E. L. A. [org.] (1999). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*; Souza, M. (1999) *A cordialidade como mal-estar ou a violência como recalcado*; Kaës, R.; Faimberg, H. [et al.] (2001) *Transmissão da vida psíquica entre gerações*; Rosa, M. D. (2009) *Os efeitos do trauma histórico nas subjetividades*; Koltai, C. (2009) *Memória e transmissão*.

DESAMPARO, CIVILIZAÇÃO E TRABALHO

PARTE I – PERSPECTIVA FREUDIANA

A dimensão do desamparo (*Hilflosigkeit*) no pensamento freudiano

A noção metapsicológica do desamparo (*Hilflosigkeit*) diz respeito a uma problemática que foi se impondo ao longo da obra freudiana¹. Esta noção implica uma *dimensão de desamparo*², independentemente de sua concreta efetivação numa situação traumática. Há desse modo, a *condição de desamparo*, fundante e estruturante do psiquismo, portanto, relacionada ao funcionamento da vida psíquica, relativa à linguagem na sua dimensão simbólica (somos seres de fala); e a *situação de desamparo*, como concretização dessa condição instalada na situação traumática, relativa ao excesso pulsional que não pôde ser simbolizado.

Podemos dizer que a problemática do desamparo, na obra de Freud, tem dupla face: a face erótica e sexual, que diz respeito a um lugar infantil e à sexualidade traumática vinda da mãe – o desamparo original estruturante do psiquismo, desenvolvido em *Inibições, sintomas e angústia* (1926); e a face da

¹ Este tópico é fruto das investigações que tenho desenvolvido sobre o desamparo, um dos meus temas de pesquisa desde o mestrado e que culminou nos livros: *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico* (2006) e *Desamparo* (2008).

² Essa dimensão se caracterizará desde o início da obra freudiana, porém, marcadamente, em *Inibições, sintomas e angústia* (1926); *O futuro de uma ilusão* (1927); e *O mal-estar na civilização* (1930).

falta de garantias do sujeito sobre seu existir e sobre seu futuro, que é obrigado a uma renúncia pulsional como condição para viver em sociedade e em consequência da satisfação pulsional frustrada, o sujeito experimenta um desconforto que é sentido como um *mal-estar* (*Unbehagen*), conforme trabalhado nos textos: *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1930)³.

O *mal-estar* articula-se em torno da assimetria existente entre as exigências da força pulsional e as possibilidades psíquicas de satisfação reguladas pela simbolização (elaboração psíquica). Essa assimetria é caracterizada pela oposição entre a continuidade da força pulsional e a descontinuidade dos símbolos. É nesse jogo assimétrico entre as ordens da continuidade pulsional e da descontinuidade simbólica que o sujeito pode criar objetos que possam promover a experiência de satisfação, além de ser a condição para angústia, pois indica permanentemente a condição de desamparo estrutural para o sujeito. Como essa condição é inaceitável para o sujeito, ele estabelece a relação de conflito interminável com a condição de desamparo.

Vale lembrar que o tema do conflito entre as pulsões e a civilização é antigo em Freud, aparecendo pela primeira vez em 1908, no artigo *Moral sexual “civilizada” e a doença nervosa moderna*. A grande diferença entre 1908 e 1930 está na resposta de Freud a esse conflito. Na primeira versão, Freud acreditou que haveria uma solução possível e, nesse sentido, o conflito poderia ser “curável” pela psicanálise. Entretanto, em 1930, essa harmonia foi colocada

³ Freud não diferencia os termos *cultura* e *civilização*. Para ambos utiliza o vocábulo *Kultur*, como mostra em *O futuro de uma ilusão* (1927, p.16). Além disso, refere-se à cultura ocidental, como enfatiza Birman em *Estilo e modernidade em psicanálise* (1997).

em cheque, tendo em vista a problemática do desamparo no campo do social. Não haveria mais uma terapêutica possível, mas “a necessidade de uma espécie de gestão interminável e infinita do conflito pelo sujeito” (BIRMAN, 2001, p.129), a ‘gestão do desamparo’.

A *Hilfflosigkeit* de Freud expressa a dimensão fundamental e insuperável sobre a qual repousa a vida humana: *a condição de existência do sujeito no mundo (na civilização) é apoiada numa condição de desamparo do psiquismo.*

O desamparo seria o que instaura o *mal-estar*, nas relações entre os seres humanos. É o motor na construção da civilização. O homem ergueu a civilização numa tentativa de diminuir seu desamparo diante das forças da natureza, dos enigmas da vida e, sobretudo, da própria morte. Diz Freud (1927/1980, p.30):

Foi assim que se criou um cabedal de idéias, nascido da necessidade que tem o homem de tornar tolerável seu desamparo (*Hilfflosigkeit*) e construído com o material das lembranças do desamparo (*Hilfflosigkeit*) de sua própria infância e da infância da raça humana. Pode-se perceber, claramente, que a posse dessas idéias o protege em dois sentidos: contra os perigos da natureza e do Destino, e contra os danos que o ameaçam por parte da própria sociedade humana.

A subjetividade humana se caracteriza por uma fragilidade estrutural. Porque os sujeitos são frágeis e mortais é que eles buscam artifícios para sustentar sua suposta autossuficiência e onipotência, seus ideais fálicos e narcísicos. A posição de sujeito é submetida a uma condição de desamparo, que diz respeito à condição de incompletude, de limite, da solidão, do imprevisível, do inominável do resto pulsional.

A noção de desamparo (*Hilflosigkeit*) configura a finitude do sujeito para Freud e a expressão *mal-estar* (*Unbehagen*) foi a que utilizou para se referir a esse destino trágico do sujeito para a psicanálise⁴.

Na arte de viver, o homem cria técnicas para se livrar do sofrimento: seja pelo isolamento voluntário (não se relacionar com mais ninguém), pela ingestão química (uso de drogas), pelo aniquilamento das pulsões (felicidade da quietude como no ioga). De qualquer maneira, tenta lidar com sua vida pulsional nos deslocamentos da libido (sublimação das pulsões; ligação com objetos) e na satisfação obtida por meio da fantasia (fruição das obras de arte; no delírio psicótico; na “fuga para enfermidade neurótica”). Mas, como nenhum desses caminhos leva-nos à felicidade eterna, visto que a mesma é um problema da economia da libido: “Não existe regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo.” (FREUD, 1930/1980, p.103)

Freud correlaciona o desamparo à total dependência da criança em relação à mãe, influência decisiva na fundação e estruturação do psiquismo voltado a constituir-se inteiramente na relação com o outro. A *Hilflosigkeit* de Freud diz respeito à *condição de “ausência de ajuda” como possibilidade efetiva da vida psíquica*⁵.

⁴ Cf. Birman, 1996, 1997.

⁵ A palavra *Hilflosigkeit* (WAHRIG, 2000), literalmente, significa “ausência de ajuda”; designa um “estado de estar desamparado, sem saber o que fazer; sem proteção”. Na construção de *Hilflosigkeit* a idéia mais importante é a ação: ausência de ação, ausência de ajuda. Desamparo é uma boa tradução para *Hilflosigkeit*, porque essa falta de proteção implica a necessidade do outro: O indivíduo precisa de alguém ou de alguma coisa que o ajude. O termo desamparo significa “falta de amparo; abandono” (FERREIRA, 1986), designa a condição de ausência de ajuda, em que não há o auxílio de alguém e tampouco se pode contar com proteção alguma. Diz respeito ao estado de privação de meios para sustentação da vida; evoca o sentido de cair sem ter algo para apoiar-se sem ninguém que possa socorrer; implica uma condição de abandono, solidão e esquecimento. ‘*Hilflosigkeit*’ e ‘desamparo’ *pressupõem uma interação (com o outro) que não existe*. Esse aspecto traz o outro para o conceito da palavra,

Desde o início, no *Projeto para uma psicologia científica* (1895), o fato de o bebê nascer imaturo e indefeso (desamparo motor) torna-o dependente dos cuidados do outro para sobreviver. O bebê precisa de uma ajuda externa, para satisfazer suas necessidades (por exemplo, a fome), de uma “ação específica” que coloque fim à tensão interna que experimenta, vivida como sensação de desprazer. Trata-se da *condição de desamparo do psiquismo* frente ao crescimento da excitação pulsional sexual advinda do corpo e com a qual é impossível lidar sem uma *ação que lhe transcenda*. Configura-se o *desamparo original, fundante e estruturante do psiquismo*. Ao longo da obra freudiana, o desamparo (*Hilflosigkeit*) se apresenta cada vez menos como originário e cada vez mais como o horizonte da própria existência humana e do funcionamento psíquico, principalmente, em *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1930).

Os cuidados maternos (ou de quem cumpre essa função) constituem um investimento fundamental para o bebê, trazendo-lhe um algo a mais além da conservação de sua vida, que é de caráter sexual, inconsciente e enigmático. A totalidade do evento resulta numa experiência de satisfação. É a mãe que exerce junto ao bebê a função primordial de proteção contra todos os perigos e sofrimentos experimentados em função do desamparo original. É por meio da continência materna, de seu amor trazido à criança, que se faz a primeira possibilidade de abertura para um mundo simbolicamente organizado. A ação

não ficando seu uso restrito ao campo pessoal, relativo ao indivíduo; trata-se da ausência da ajuda do outro, da falta do amparo do outro. O ‘desamparo’ é um termo que pressupõe a existência do outro. Alguns dicionários de psicanálise – como Laplanche e Pontalis (1987); Evans (1997); Zimmerman (2001) e Mijolla (2005) – trazem o termo *Hilflosigkeit* (em português e em espanhol traduzido como *desamparo*; em inglês como *helplessness*; e em francês como *détresse*). Há vários vértices sobre o tema e todos mostram que o (estado de) desamparo está ligado à impotência original do bebê frente a suas necessidades, à impotência na realização de uma ação específica que coloque fim à tensão interna que experimenta. Para mais detalhes ver Menezes em *Desamparo* (2008).

específica, realizada pela função materna, caracteriza o ser humano como dependente do amor do outro, conforme Freud em *Projeto para uma psicologia científica* (1895) e *Inibições, sintomas e angústia* (1926).

Na perspectiva do desamparo psíquico há a idéia da *dependência passiva ao outro*: “estar desamparado” é “estar à mercê de”, é precisar da ajuda de alguém. Ao tratar do papel desempenhado pelas experiências sexuais infantis como um dos fatores determinantes nos sintomas neuróticos, Freud (1896/1980, p.242) mostra, por meio da relação da criança com o adulto, que o desamparo coloca o ser humano a mercê do outro:

a criança que, em seu desamparo⁶ está a mercê da vontade arbitrária [do adulto], que prematuramente é despertada para todo tipo de sensibilidade e exposta a toda sorte de desapontamento.

A necessária abertura ao outro que o desamparo infantil impõe ao bebê, coloca-o, necessariamente, numa *posição de dependência passiva*. Este aspecto revela que está em jogo, na problemática do desamparo (*Hilflosigkeit*), a questão do assujeitamento ao outro, da submissão/dominação, da onipotência e do narcisismo, da capacidade de um sujeito em colocar o outro como impotente frente a seus desejos, do prazer que o ser onipotente pode experimentar ante o ser desamparado – conforme Freud em *Totem e Tabu* (1913) e *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) –, o que exige o questionamento do lugar do outro na *situação de desamparo*.

Um primeiro exame do pensamento freudiano leva-nos a uma noção de desamparo caracterizada, por um lado, como uma *situação* ante a violência do

⁶ *Hilflosigkeit*, conforme o texto original de Freud em alemão.

outro mais forte e ao mesmo tempo como uma *condição* de impotência originária em que se inscrevem os representantes das pulsões. Esse contexto fica claro, principalmente, a partir dos *Artigos Metapsicológicos* (1915).

Freud afirma a importância do desamparo na constituição dos ideais e do psiquismo⁷. No contexto da segunda tópica, Freud (1923/1980, p.50) coloca o desamparo como um dos dois fatores responsáveis na gênese do supereu, idéia que sustenta até o final de sua obra, tendo em vista a referência que aparece no *Esboço de psicanálise* (1940[1938]):

Se considerarmos mais uma vez a origem do supereu, tal como a descrevemos, reconheceremos que ele é o resultado de dois fatores altamente importantes, um de natureza biológica e outro de natureza histórica, a saber: *a duração prolongada, no homem, do desamparo (Hilflosigkeit)*⁸ e *dependência de sua infância* e o fato de seu complexo de Édipo, cuja repressão demonstramos achar-se vinculada à interrupção do desenvolvimento libidinal pelo período de latência, e, assim ao início bifásico da vida sexual do homem. (*grifos nossos*)

Na reelaboração de sua teoria do psiquismo, em o *Eu e o id* (1923) uma delimitação mais específica da noção de eu implica uma distinção mais definida entre o eu e o corpo, o que modifica, definitivamente, a idéia do desamparo motor para o desamparo psíquico⁹. Em *Inibições, sintomas e angústia* (1926) Freud coloca o eu como desamparado e abandonado a sua sorte diante de

⁷ Ver principalmente: *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) e *O eu e o id* (1923).

⁸ Nas próximas citações de Freud, até o final do presente capítulo, todas as palavras e expressões em alemão que aparecerem entre parênteses, foram tiradas dos escritos originais na língua alemã.

⁹ Para Laplanche e Pontallis (1986), 'Freud sempre falou de eu (*Ich*) desde seus primeiros trabalhos, mas não designava algo específico e sim, uma referência à personalidade de maneira geral. Desse modo, a noção de eu sempre esteve presente e foi reelaborada ao longo de sua obra como, por exemplo, com a noção de narcisismo e de identificação, dentre outras. Entretanto, considera-se que, somente, a partir da segunda tópica freudiana é que a noção de eu foi investida de seu sentido estritamente psicanalítico'. Neste estudo, como não importa entrar na polêmica para tradução de *Ich*, os termos 'eu' e 'ego' são usados, indiscriminadamente. Para um aprofundamento nestas questões, o leitor pode se reportar a Paulo César Sousa e Luiz Alberto Hanns.

excitações poderosas com as quais não pode lidar. A *Hilflosigkeit* também se refere ao *estado de desamparo psíquico* gerador de angústia e está intimamente ligada às idéias de trauma e perigo.

Nessa obra, Freud (1926/1980, p.156) define a angústia como “um estado afetivo especial de desprazer com atos de descarga ao longo de trilhas específicas”, presumindo a presença de um fator histórico que une a sensação de angústia e suas inervações¹⁰. O nascimento seria a primeira experiência de angústia vivida pelo ser humano, na medida em que a experiência do nascimento comporta um fluxo enorme de excitações libidinais incontroláveis pelo aparelho psíquico do bebê, ainda muito frágil. Escreve Freud (1926/1980, p.157): “A angústia surgiu originalmente como uma reação a um estado de perigo e é reproduzida sempre que um estado dessa espécie se repete”. Frente a qualquer ameaça da instalação de uma situação traumática, o eu pode colocar a defesa em andamento.

O nascimento seria, portanto, a experiência prototípica da situação traumática. Quando instalada a situação traumática, ocorre o que Freud chama de *angústia automática*. Esta forma de angústia tem como protótipo uma *experiência de desamparo por parte do eu* em face de um acúmulo de excitação com o qual ele não pode lidar (angústia cuja sede real é o eu).

O impedimento da ocorrência de uma situação de traumática se efetuará no *reconhecimento* de que tal situação pode acontecer novamente, isto é,

¹⁰ No texto *Inibições, sintomas e angústia* (1926), Freud expõe a reformulação de sua teoria da angústia, passando a considerar o eu como sede da angústia. Antes, a angústia era considerada “um dos resultados possíveis de serem obtidos” por transformação da libido liberada com o recalque (*Verdrängung*) (os principais artigos de referência sobre esse momento da teoria da angústia são: *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909); *Artigos sobre metapsicologia* (1915); *XXV Conferência introdutória sobre psicanálise* (1917); e *História de uma neurose infantil* (1918 [1914])). A angústia era fruto do recalque. Aqui, a angústia é definida como reação a um modelo específico de situações de perigo, ou seja, é concebida como a condição necessária para colocar o processo de recalque em ação.

numa ameaça assinalada pela liberação de angústia, com o objetivo de impedir que tal estado se instale. Isso Freud designou como *sinal de angústia*, como resposta do eu à ameaça da instalação de uma situação traumática. Ou seja, o sinal de angústia é uma forma do eu de evitar uma liberação de angústia automática, de evitar a instalação da situação traumática.

O autor esclarece que “nesses dois aspectos, como um fenômeno automático e um sinal de salvação, *verifica-se que a angústia é um produto do desamparo psíquico do bebê recém-nascido, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico (motor)*” (1926/1980, p.162; *grifos nossos*). Para Freud, em última instância, a angústia funda-se sobre o desamparo:

A angústia (...) é, por um lado, uma expectativa de um trauma e, por outro, uma repetição dele em forma atenuada. Assim os *dois traços de angústia* que notamos têm uma origem diferente. Sua vinculação com a expectativa pertence à situação de perigo, ao passo que *sua indefinição e falta de objeto pertencem à situação traumática de desamparo (traumatischen Situation der Hilflosigkeit)* – a situação que é prevista na situação de perigo. (FREUD, 1926/1980, p.191, *grifos nossos*).

Mas, quando pela experiência a criança descobrir que um objeto externo perceptível (mãe) pode pôr fim à situação de perigo que lembra o nascimento, diz Freud (1926/1980, p.161):

(...) o conteúdo do perigo que ela teme é deslocado da situação econômica para a condição que determinou essa situação, a saber a perda do objeto. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo e logo que surge esse perigo a criança dá o *sinal de angústia*, antes que a temida situação econômica se estabeleça.

Freud marca a perda do objeto como a condição que determina a *situação de desamparo, a situação traumática*. Já a situação de perigo constitui uma ameaça de uma situação traumática, isto é, uma expectativa e lembrança da situação de desamparo (*Hilflosigkeit*).

“A mãe”, como coloca Freud (1927/1980, p.36), “que satisfaz a fome da criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso e, certamente, (...) sua primeira proteção contra a angústia”. Nessa relação dual, narcísica e absoluta, existe o ser onipotente (mãe) que, amorosa e ilusoriamente, protege outro ser (criança) contra todos os sofrimentos e perigos da vida. Portanto, que sustenta uma ilusão de proteção absoluta e um objeto idealizado de amor, conforme Freud em *Sobre o Narcisismo: Uma introdução* (1914) e *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921).

Freud (1926) assinala que os conteúdos da situação de perigo e os determinantes de angústia (perigo do desamparo psíquico, medo da perda do amor, angústia da castração, medo do supereu e medo da morte), os quais têm seu protótipo em fases de desenvolvimento do eu, podem persistir lado a lado, expressando-se em períodos posteriores ao apropriado e podendo, também, entrar em ação ao mesmo tempo. “Os perigos” acarretam um valor exagerado ao objeto que passa a ser a única proteção contra toda situação de desamparo:

O resultado indesejável de ‘estragar’ uma criancinha é ampliar a importância do perigo de perder o objeto (*sendo o objeto uma proteção contra toda situação de desamparo [Situationen der Hilflosigkeit]*) em comparação com qualquer outro perigo. *Ele, portanto, estimula o indivíduo a permanecer no estado de infância, cujo período de vida se caracteriza pelo desamparo motor e psíquico (der die motorische wie die psychische Hilflosigkeit)*. (Freud, 1926/1980, p.192; grifos nossos).

Por esse trecho, Freud nos deixa a mensagem de que o enfrentamento do desamparo é fundamental para o desenvolvimento infantil, tendo em vista que o estado de infância corresponde ao desamparo motor e psíquico, assim como a maneira pela qual a função materna é exercida será determinante na constituição de alicerces básicos para o funcionamento psíquico¹¹. O enfrentamento do desamparo refere-se à dupla modalidade de destino frente ao desamparo: a aceitação (destinos criativos) e o evitamento (destinos funestos).

É importante que a mãe desempenhe sua função de maneira a permitir que a criança – imersa na ilusão de onipotência e de controlar magicamente o mundo (regime do narcisismo, do eu ideal) segundo seus desejos – passe, lentamente, por um longo processo de desilusão em seu processo de subjetivação de um mundo que não corresponde àquele que ela imaginava. Portanto, que permita que a descoberta da realidade do desamparo possa ser uma experiência tolerável, ou seja, que o sujeito possa suportar que não há proteção absoluta na vida e tampouco um ser onipotente que lhe garanta uma estabilidade. Tanto o desenrolar quanto o desfecho desse longo processo depende do modo como a criança lida com o desamparo.

O processo de desilusão, referido acima, diz respeito ao processo de transformação do eu ideal em ideal do eu, as instâncias ideais da personalidade. O eu ideal corresponderia à idealização da onipotência do eu, portanto, ao regime do narcisismo infantil, enquanto que o ideal do eu estaria vinculado aos problemas da Lei e da Ética, colocando-se diante do eu como

¹¹ A clínica mostra que ‘tropeços’ experimentados nessa época estão relacionados com determinados tipos de psicopatologias, como, por exemplo, é o caso do pânico, conforme trabalhei em estudo anterior.

seu ideal e, portanto, resultante da convergência do narcisismo e das identificações com os pais, seus substitutos e os ideais coletivos. Apesar de Freud não estabelecer uma distinção conceitual clara entre eu ideal e ideal do eu, entendemos que ele designa duas funções diferentes¹².

Aliado a essa questão, sabemos que em Freud não é fácil delimitar a noção de ideal do eu na medida em que a mesma está ligada à elaboração da noção de supereu¹³. A instância do supereu surge em continuidade com o ideal do eu e, portanto, há uma íntima ligação entre os aspectos do ideal e da interdição. Entretanto, é inegável que há uma nuance entre ideal do eu e supereu e que nem sempre o próprio Freud usou a ambos como sinônimos – por exemplo, em *O eu e o id* (1923) –, tendo em vista que em seus últimos textos como nas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1932) e *Esboço de psicanálise* (1938) apareceu essa distinção.

Freud (1923/1980, p.51-2) esclarece que

(...) os conflitos entre o eu e o ideal (...) em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno. (...) A tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do eu é experimentada como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal do eu.

Freud (1932/1980, p.84-6) atribui ao supereu “as funções de auto-observação, de consciência (moral) e de manter o ideal”. Aqui o ideal do eu aparece como uma das funções do supereu. Diz respeito à influência da antiga representação parental. Portanto, há uma distinção entre supereu (uma

¹² A esse respeito veja: Laplanche e Pontalis (1988); Lacan (1953-1954); e Menezes (2006).

¹³ Sobre a noção de supereu ver, principalmente, Freud em *Sobre o Narcisismo: Uma introdução* (1914) e *O eu e o id* (1923).

instância) e ideal do eu (uma função ligada à influência parental) e que Freud retoma ao final em *Esboço de Psicanálise* (1938).

Façamos uma pequena pausa para refletir sobre a questão do eu, dos ideais e da identificação, tendo em vista a importância destes elementos para a constituição do indivíduo e dos grupos, assim como para o presente estudo na compreensão da submissão do ‘*trabalhador manequinizado*’ a uma condição de trabalho precarizada e que o expõe a alto risco de adoecimento e morte precoce como prática cotidiana.

A mudança do eu ideal para o ideal do eu se articula ao complexo de Édipo, o qual é regulado pela angústia de castração. É importante, portanto, que o eu não se estabeleça como sendo sua própria origem (eu ideal) e que reconheça suas insuficiências em face de um ideal colocado como objetivo a ser atingido (ideal do eu). Essa ação em que um eu (eu ideal) se dirige a outro eu (ideal do eu) faz parte do complexo processo de identificação¹⁴.

Interessa-nos aqui, o prisma da identificação tratado no contexto de *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921): a forma de identificação por meio do sintoma. Na formação do sintoma, escreve Freud (1921/1908, p.135-6):

a identificação deixa inteiramente fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada (...) o mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação. (...) a identificação por meio do sintoma, tornou-se o assim, o sinal

¹⁴ O tema da identificação é central na obra freudiana. Foi tratado desde o início, principalmente, por conta dos sintomas histéricos. Freud (1900) procurou mostrar que a identificação não era uma simples imitação, mas havia uma apropriação baseada em um elemento comum inconsciente: uma fantasia. Na construção de sua obra, o conceito de identificação foi sendo mais bem elaborado, como em *Totem e Tabu* (1913), *Sobre o narcisismo: Uma introdução* (1914) e, principalmente, a partir da segunda tópica a identificação foi enriquecida e ampliada como em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) e *O eu e o id* (1923).

de um ponto de coincidência entre dois eus, sinal que tem que ser mantido recalçado

Nesse texto, Freud (1921) define outras modalidades de identificação: 1) como forma originária de um laço afetivo com o objeto; 2) como substituto regressivo de uma escolha de objeto abandonada, em que de maneira regressiva a identificação aparece no lugar da escolha de objeto e a escolha de objeto regride para a identificação (como é o caso de Dora [Fragmento da análise de um caso de histeria, 1905], por exemplo, que imita a tosse do pai, ou seja, seu sintoma se constitui pela imitação do sintoma da pessoa amada).

Para Freud (1921), o laço mútuo entre os membros de um grupo é da natureza desse tipo de identificação, baseada em uma importante *qualidade emocional comum que reside na natureza do laço com o líder*. O autor introduz o conceito de identificação como o mecanismo que incute o líder (o ideal) em cada ser humano, provocando nele o amor, a veneração e permitindo a passagem do amor ao líder (ideal), ao amor dos outros. As formações coletivas só são compreendidas se associadas ao mecanismo de identificação. A estrutura libidinal do grupo “reconduz à distinção entre o eu e o ideal do eu e à *dupla espécie de vínculo que isso possibilita: a identificação e a colocação do objeto no lugar do ideal do eu.*” (FREUD 1921/1980, p.164)

O desenvolvimento do ideal do eu envolve um processo de idealização, por meio do qual o “objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo” (FREUD, 1914/1980, p.111), dá-se uma hipercatexia do objeto pelo eu e à custa do eu. Neste caso, o objeto idealizado foi colocado no lugar do ideal do eu, havendo um empobrecimento e

enfraquecimento do eu. Portanto, o mecanismo de substituição implica uma conservação do objeto.

Já na identificação, o objeto foi perdido ou abandonado e, assim, ele é novamente integrado ao eu, segundo o modelo do objeto perdido, o que implica uma modificação ou alteração do eu. Para Freud a essência real da questão é: “*se o objeto é colocado no lugar do eu ou do ideal do eu*” (FREUD, 1921/1980, p.144). É a identificação integrada à formação do ideal do eu que articula o funcionamento dos indivíduos nos grupos e nas instituições. É essa dupla espécie de vínculo que regula a ação política e o exercício do poder (a dimensão psíquica da política e do poder que veremos mais a frente).

Nesse artigo, é por meio da hipnose e da paixão amorosa que Freud explica a relação do líder com o grupo pela oposição do mecanismo de identificação ao de substituição: de colocar o objeto no lugar de uma instância. O líder do grupo toma o lugar do ideal do eu de seus membros, assim como faz o hipnotizador que se coloca no lugar do ideal do eu.

Na fascinação própria ao estado amoroso apaixonado, assim como ao estado hipnótico, subjaz um superinvestimento do objeto à custa do eu. Freud descreve o desenvolvimento deste estado extremo como *servidão*. Na hipnose, “*existe a mesma sujeição humilde que há para com o objeto amado. Há o mesmo debilitamento da iniciativa própria do sujeito*” (FREUD, 1921/1980, p.144-5). A relação hipnótica isola um elemento importante na complicada textura do grupo: a relação do indivíduo com o líder (do eu com o ideal). Ambas as relações não diferem em sua estrutura libidinal.

É preciso distinguir a relação amorosa em que o amor é partilhado daquela em que há o fascínio. No primeiro tipo de vínculo afetivo, os sujeitos se

encontram; enquanto que no segundo, um objeto idealizado é colocado no lugar do ideal do eu, o que significa que o eu “substitui o seu constituinte mais importante pelo objeto” (1921/1980, p.144). Segundo Freud, essa é a diferença entre a identificação e a servidão.

Neste ponto retomo o *ideal de prosperidade do trabalhador manequinizado*, em que “mesmo você sendo um nada hoje, você pode chegar lá como seu chefe: Ser como ele”¹⁵. Neste caso, o objeto idealizado foi colocado no lugar do ideal, restando ao trabalhador a ‘sujeição humilde’, o ‘debilitamento da iniciativa própria’, a posição de servidão ao outro, de submissão a uma condição de trabalho precarizada e de grave risco à saúde como prática corriqueira. Esta situação remete ao modelo identificatório do domínio que há em jogo nas relações de trabalho no Brasil, no recorte ilustrado nesta pesquisa, em que para trabalhar é necessário estar a mercê de, submeter-se ao outro.

A construção da identificação e dos ideais, seja do indivíduo seja do grupo, é marcada por processos subjetivos que devem ser desenvolvidos para que sejam mantidas tanto a organização individual (organização psíquica), quanto a organização social. Esses processos, segundo Freud, dão-se entre duas formas de existência da subjetividade: entre os registros do narcisismo (eu ideal/amor de si) e da alteridade (ideal do eu, supereu/amor de outro).

O desenvolvimento do eu constitui-se no distanciamento do narcisismo primário e nas tentativas de recuperar a satisfação narcísica “perdida” por meio dos investimentos nos objetos e na tentativa de identificação aos ideais (ou ideal do eu), segundo Freud (1914). Entretanto, concomitantemente, o eu tem

¹⁵ Vide final do tópico *A Inspeção: Encaminhamentos e desdobramentos*, no Capítulo 2.

uma tendência a voltar para o eu ideal, para o estado de total onipotência, ou seja, para o regime do narcisismo primário e do desamparo original (*Hilflosigkeit*) como tende a ser no caso de ‘Fábrica de manequins’, na produção de formas de subjetividade marcadas pela passividade e servidão.

Lembremos que para Freud os perigos são sempre de natureza pulsional. Mais que uma ameaça de morte, os perigos reais que a natureza comporta são uma ameaça a nosso narcisismo, uma ameaça à imagem amada de nós mesmos. Os perigos reais são avaliados segundo o referencial narcísico.

Para Freud “a impressão terrificante do desamparo na infância despertou a necessidade de proteção através do amor” (1927/1980, p.43). Na função de proteção, a mãe “é logo substituída pelo pai mais forte, que retém essa posição pelo resto da infância” (p.36). O desamparo tem papel principal na formação do complexo paterno e da religião. Diz Freud (1927/1980, p.35-6):

é meu dever apontar o vínculo de união entre (...) o complexo paterno e o desamparo (*Hilflosigkeit*) e a necessidade de proteção do homem. Essas vinculações não são difíceis de encontrar. Consistem na relação do *desamparo da criança* com o desamparo do adulto que a continua (...). É a defesa contra o desamparo infantil que empresta suas feições características à reação do adulto ao desamparo (*Hilflosigkeit*) que ele tem que reconhecer – reação que é, exatamente, a formação da religião.

Mas, “o reconhecimento de que esse desamparo perdura através da vida tornou necessário aferrar-se à existência de um pai, dessa vez, porém, um pai mais poderoso” (FREUD, 1927/1980, p.43), isto é, que dê garantias à estabilidade do mundo, de um ideal protetor de todos os perigos.

Freud mostra que a necessidade de proteção perdura por toda a vida. Quando a criança descobre que a força do pai é limitada, ou seja, que ele não garante tudo na vida, ela retorna para aquele pai da infância, supervalorizando-o e o transforma em divindade. A ilusão de que há uma “Providência Divina” que nos governa com amor, diminui nossos medos em relação aos “perigos da vida”. Os conflitos da infância, que surgem do complexo paterno e que nunca foram superados inteiramente, “são dela retirados e levados a uma solução universalmente aceita”, o que constitui para o psiquismo individual a experiência de um alívio enorme. Contudo, “todas essas coisas são ilusões”. Ilusão no sentido de que “uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, há o desprezo de suas relações com a realidade”. Um exemplo é que “o estabelecimento de uma ordem moral mundial assegura a realização das exigências de justiça, que com tanta frequência permaneceram irrealizadas na civilização humana” (FREUD, 1927/1980, p.43-4).

A mensagem freudiana é que *para viver, as pessoas criam possibilidades afetivas no enfrentamento da condição fundamental de desamparo*. É neste contexto que Freud compreende o ‘trabalho’: *como um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo (Hilflosigkeit) e viver em sociedade*.

Por uma noção freudiana de ‘trabalho’ (*Arbeit*)

Por toda obra freudiana, desde os escritos pré-psicanalíticos, por exemplo, *Histeria* (1888), até algumas publicações póstumas como o *Esboço de psicanálise* (1940[1938]), é possível encontrar várias expressões, em que o criador da psicanálise usa a palavra ‘*Arbeit*’¹⁶ (trabalho) como, por exemplo: *Traumarbeit* (trabalho do sonho), *Trauerarbeit* (trabalho do luto), *Bearbeitung* / *Ausarbeitung* / *Aufarbeitung* / *psychische Verarbeitung* (elaboração psíquica), *Ducharbeiten* (perlaboração), *Deutungsarbeit* (trabalho de interpretação), *psychischer Arbeit* (trabalho psíquico), *intellektueller Arbeit* (trabalho intelectual), *Kulturarbeit* (trabalho da civilização), *analytischer Arbeit* (trabalho analítico), *wissenschaftlichen Arbeit* (trabalho científico) e *Berufsarbeit* (trabalho profissional, ofício, trabalho vocacional).

Quais os contornos da noção de ‘trabalho’ (*Arbeit*) no discurso freudiano? E especificamente do trabalho como ofício, profissão/vocação (*Berufsarbeit*)?

Pensemos no trabalho do sonho (*Traumarbeit*), um tipo de trabalho psíquico (*psychischer Arbeit*). Para Freud, a essência do sonho é o seu *trabalho* e não, especificamente, o conteúdo latente ou o conteúdo manifesto. Em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), mostra que, o trabalho do sonho, foi o primeiro que ele descobriu dentre uma série de processos psíquicos em jogo

¹⁶ Segundo o dicionário *Michaelis* (KELLER, 1994), a palavra alemã *Arbeit* significa: *trabalho*, obra, serviço, emprego, tarefa. Já o termo *Beruf* traz o sentido de *profissão*, ofício. Originalmente, *Beruf* designava a escolha para dedicação sacerdotal, “*vocação*” na língua portuguesa. A partir da Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero, no século XVI, a palavra *Beruf* deslocou o lugar e o valor do trabalho no ocidente: da ‘*vocação sacerdotal*’ para ‘*vocação profissional*’. Weber (1904-5) situa na noção de *Beruf* (*vocação-trabalho*) um “parentesco profundo” entre a ética protestante e o espírito do capitalismo e traça uma análise etimológica que mostra a ausência dessa noção nos povos em que predomina o catolicismo, onde “nenhuma palavra de conotação análoga existe para designar o que nós, alemães, chamamos *Beruf*”. (Cf. Michael Pollak, 1996, p.104).

na formação dos sintomas e que seus mecanismos, a condensação e, principalmente, o deslocamento são comuns a todos esses processos e, de um modo geral, a todos os processos inconscientes¹⁷.

O trabalho do sonho é o processo que transforma os conteúdos latentes (materiais do sonho como estímulos corporais, restos diurnos e pensamentos do sonho) em um produto: o sonho manifesto, sendo que a sua contrapartida, ou seja, o trabalho “que acarreta uma transformação na direção oposta”, diz respeito ao trabalho de análise. “A análise do sonho aparece como trabalho analítico (*analytischer Arbeit*), assim como o trabalho de interpretação (*Deutungsarbeit*).”

Os sonhos, segundo Freud (1900), são realizações de desejo (*Wunsch*) que põe nosso psiquismo para trabalhar, sendo que a pulsão (*Trieb*) traduz-se por uma força constante feita a *psique* que exige trabalho, em consequência de sua ligação com o corpo¹⁸. O circuito pulsional no indivíduo é um modelo que transita do corpo para a psique e da psique de volta ao corpo.

Para Freud, o psiquismo está trabalhando constantemente no sentido de ligar sua energia. O psiquismo transforma e transmite energia, sendo regulado

¹⁷ Na condensação, uma representação única encontra-se na intersecção de várias cadeias associativas; do ponto de vista econômico, é investida das energias ligadas a essas diferentes cadeias. No deslocamento, a intensidade ou interesse de uma representação se solta dela para outra representação menos intensa ligada à primeira por cadeia associativa; do ponto de vista econômico, é a possibilidade da energia de investimento deslizar de uma representação a outra por caminhos associativos. Na figurabilidade, os pensamentos do sonho se transformam de modo a se tornarem aptos a serem representados por imagens sensoriais, principalmente, visuais, o que do ponto de vista econômico, diz respeito à tradução do interesse psíquico em intensidade sensorial. Na elaboração secundária, o sonho é remodelado de maneira a se apresentar sob a forma de uma história, minimamente, coerente; é um efeito da censura. O deslocamento favorece a condensação, sendo que a figurabilidade é facilitada pelo deslocamento, quando há uma passagem de uma idéia abstrata para algo que possa ser visualizado. Quanto à elaboração secundária, trata-se de um segundo momento do sonho, pois incide no produto já elaborado pelos outros mecanismos.

¹⁸ Cf. Freud em *As pulsões e suas vicissitudes* (1915).

pelo princípio de prazer e pelo princípio de constância, seu fundamento econômico, pelo menos até 1920.

Outro tipo de trabalho psíquico é o trabalho do luto (*Trauerarbeit*) que consiste no processo que se segue à morte de alguém que se ama ou “à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (FREUD, 1917/1980, p.275). Há uma inibição e retraimento do eu, uma perda de interesse pelo mundo externo, tendo em vista que a realidade não evoca mais o objeto de amor. A devoção ao luto é um processo psíquico saudável. Para libertar a libido do objeto aniquilado é preciso uma tarefa psíquica. Prolonga-se a existência do objeto perdido e pouco a pouco, “com grande dispêndio de tempo e de energia catexial”, cada uma das lembranças, por meio das quais a libido está vinculada ao objeto, é presentificada e hipercatexizada, o que propicia o desapego da libido de cada uma delas. “Quando o trabalho do luto se conclui, o eu fica outra vez livre e desinibido.” (FREUD, 1917/1980, p.277)

Ao trabalho do luto Freud contrapõe o trabalho da melancolia, que apesar de ser um trabalho intrapsíquico semelhante ao do luto, difere na sua relação com o objeto perdido e com o eu. Na melancolia a perda objetual é retirada da consciência, enquanto que no luto “nada existe de inconsciente na perda” (p.278). No luto o mundo se torna vazio; na melancolia há um empobrecimento do eu em grande escala. No luto a perda é relativa ao objeto, enquanto que na melancolia a perda é relativa ao eu. Na melancolia a libido livre não é deslocada para outro objeto, mas é retirada para o eu, estabelecendo “uma *identificação* do eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o eu” (p.281).

A noção do trabalho de luto (*Trauerarbeit*) se aproxima da noção de elaboração psíquica (*psychische Verarbeitung*), como apontam Laplanche e Pontalis (1987), no sentido da necessidade do psiquismo de ligar as excitações que chegam até ele e cujo acúmulo pode se tornar traumático.

Elaboração psíquica diz respeito ao trabalho espontâneo realizado pelo psiquismo, em diversos contextos, com a finalidade de dominar as excitações, o que aproxima o conceito de elaboração com o de perlaboração (*Ducharbeiten*), o trabalho do tratamento analítico, ou seja, o trabalho que o analisando realiza na análise, um tipo de trabalho psíquico favorecido pelas interpretações do analista, como indicam Laplanche e Pontalis (1987).

O trabalho psíquico (*Psychischer Arbeit*), portanto, diz respeito ao funcionamento psíquico, a todas as operações e aos processos relativos ao psiquismo.

Em *O mal-estar na civilização* (1930/1980, p.94, 103) Freud demonstra que o princípio do prazer domina o funcionamento do psiquismo desde o início: “é o que decide o propósito da vida”. O programa do princípio do prazer impõe a obtenção de “felicidade”, denominação para o que provém da satisfação dos impulsos. Mas, “o programa de tornar-se feliz” é impossível de ser realizado. A satisfação só é possível como uma manifestação episódica. A felicidade se constitui em um “problema de economia da libido do indivíduo”.

É por meio dos deslocamentos da libido que o psiquismo ganha flexibilidade. Tais deslocamentos têm a tarefa de reorientar os objetivos dos impulsos, de modo que procurem evitar com astúcia a frustração do mundo externo. Tal tarefa conta com a ajuda da sublimação das pulsões. Diz Freud (1930/1980, p.98):

Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual (*Psychischer und intellektueller Arbeit*). Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós. Uma satisfação deste tipo, como por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial, que sem dúvida um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos. (*grifos nossos*)

Pelo trecho acima, Freud mostra que o trabalho – como ofício, profissão – pode ser fonte de satisfação pulsional. Em nota de rodapé, Freud (1930/1980, p.99) acrescenta que:

A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial se for livremente escolhida, isto é, se, por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes de impulsos persistentes ou constitucionalmente reforçados.

Nesta passagem, Freud sublinha que o trabalho pode ser um meio de sublimação (um dos destinos pulsionais) se o sujeito estiver afetivamente ligado a ele, portanto, é necessário que haja erotismo na relação com o trabalho.

Ao articular trabalho e sexualidade surgem as seguintes questões: *Como a libido se canaliza no tipo de formação subjetiva expressa pelo trabalhador maneirizado? Como é a circulação do desejo neste caso?* De qualquer modo, já sabemos que o erotismo é marcado pela submissão e servidão.

Não faz parte do escopo deste estudo abordar a questão da sublimação, que é um tema complexo e sabemos que foi tratado de uma maneira

incompleta por Freud, sendo uma questão interessante para os próprios estudiosos da psicanálise¹⁹.

Em carta para Pfister, Freud dá mostras de que seja qual for o trabalho, para ele, constitui-se no alimento de todos os dias, em um instrumento para a conduta da vida, para lidar com as pulsões²⁰:

Não posso conceber qualquer espécie de satisfação em uma vida sem trabalho. No meu caso andam juntos imaginação criativa e trabalho; não tenho prazer em nada mais. Isso seria uma prescrição para felicidade, não fosse o terrível pensamento de que a produtividade de uma pessoa depende inteiramente dos estados sensíveis. (FREUD apud, JONES, 1958/1989, p.392; grifos nossos).

Note que Freud considera o trabalho como fonte de satisfação pulsional, privilegiando sua satisfação pessoal, a obtenção de prazer. O que Freud sublinha é a importância do *trabalho* para a economia da libido, aspecto que ele teoriza em *O mal-estar na civilização* (1930):

Quando numa pessoa não existe uma disposição especial que prescreva imperativamente a direção que seus interesses na vida tomarão, o trabalho profissional (Berufsarbeit) comum, aberto a todos, pode desempenhar o papel a ele atribuído pelo sábio conselho de Voltaire. Não é possível, dentro dos limites de um levantamento sucinto, examinar adequadamente a significação do trabalho para economia da libido. (FREUD 1930/1980, p.99, nota 1; grifos nossos).

Freud alude ao conselho de Voltaire, no contexto de suas reflexões a respeito do sofrimento humano. Tendo em vista que, em vários momentos, a vida se torna árdua e difícil, Freud nos aconselha a não dispensar medidas

¹⁹ Sobre o tema da sublimação, ver em especial: Laplanche, 1989; Laplanche e Pontalis, 1987; Mijolla-Mellor, 1989; Castiel, 2007; e Birman, 2001.

²⁰ Carta de 6 de março de 1910.

paliativas que nos ajudem a suportá-la. Para ele, existem três tipos de medidas dessa natureza: “derivativos poderosos que nos fazem extrair luz de nossa desgraça, satisfações substitutivas que a diminuem e substâncias tóxicas que nos tornam insensíveis a ela.” Segundo Freud, Voltaire tinha tais derivativos em mente quando, ao terminar *Candide*, deixou o conselho para cultivarmos nosso próprio jardim. E, acrescenta que a atividade científica também é um derivativo desta espécie. O trabalho, portanto, é um ‘derivativo poderoso’ para lidar com a vida. Viver requer trabalho (*Arbeit*).

A ‘ênfase no trabalho’ constitui-se em uma técnica na arte de viver uma forma de engate do sujeito no circuito social, o que o torna uma das peças fundamentais na problemática da identidade e na manutenção da civilização. Diz Freud (1930/1980, p.99):

Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto à *ênfase* concedida ao *trabalho* (*Arbeit*), pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. *A possibilidade que esta técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional (Berufsarbeit) e para os relacionamentos humanos a ele vinculados* empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo *indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade*. (nota 1; grifos nossos)

Essa passagem mostra que o trabalho é tão importante para a economia pulsional quanto é para a preservação e justificativa da vida em sociedade. A ‘ênfase no trabalho’ é uma técnica para afastar o sofrimento, agindo nos impulsos por meio dos deslocamentos da libido possibilitados por nosso psiquismo.

O trabalho é um elemento essencial da vida humana, tendo em vista sua função estruturante, seja ao possibilitar destinos para as pulsões seja ao assegurar ao sujeito um lugar no circuito social.

Podemos dizer que a essência da noção freudiana de 'trabalho' (*Arbeit*) reside nas operações do psiquismo. O trabalho é uma ocasião para elaboração psíquica; constitui-se em um dos meios de expressão do sujeito. O trabalho pode ser compreendido como uma resposta sublimatória ao desamparo (*Hilflosigkeit*).

Para finalizar, pensemos no trabalho da civilização (*Kulturarbeit*), que tem a função de proteção da condição do desamparo (*Hilflosigkeit*) humano frente ao mundo (forças da natureza) e aos outros homens, tanto quanto a organização de suas relações sociais e a divisão dos bens. Entretanto, a cota de agressividade a que todo ser humano está exposto e, ao mesmo tempo, tão disposto a repudiar, é um grande impedimento para o trabalho da civilização.

Para Freud (1930/1980, p.145):

(...) a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade (...) *essas reuniões de homens devem estar libidinalmente ligadas umas às outras. A necessidade, as vantagens do trabalho em comum (Arbeitsgemeinschaft), por si sós, não as manterão unidas. Mas a natural pulsão agressiva (Aggressionstrieb) do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Essa pulsão agressiva (Aggressionstrieb) é o derivado e o principal representante da pulsão de morte (Todestriebes), que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não é mais obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre a pulsão de vida (Lebenstrieb) e a pulsão de destruição (Destruktionstrieb), tal como ela se elabora na espécie humana. (grifos nossos)*

Há alguns aspectos nessa passagem de Freud importantes para dar encaminhamento a hipótese de que *‘Fábrica de manequins’ expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho, marcada pelo viés da servidão*, aspecto do complexo processo de precarização do trabalho privilegiado neste estudo.

O primeiro aspecto é que a necessidade do trabalho coletivo (*Arbeitsgemeinschaft*) não é fator suficiente para a manutenção da civilização. Freud (1930/1980, p.121) se refere à *Ananke*: “A compulsão para o trabalho criada pela necessidade externa.” A tarefa de unir indivíduos isolados em uma comunidade ligada por vínculos libidinais é um trabalho de *Eros* incentivado por *Ananke*. Para Freud (1930) *Eros* e *Ananke* – o poder do amor e da necessidade – são os pais da civilização humana. Nesse sentido, a manutenção da civilização depende da maneira pela qual os seres humanos escolham amar e trabalhar; do quanto o *trabalho* e os relacionamentos humanos a ele vinculados possam propiciar de deslocamento de ‘componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos’, o que nos remete à questão da característica dos circuitos do desejo em *“Fábrica de manequins”*, assim como do mecanismo psíquico em jogo.

Na esteira da economia pulsional, outro aspecto, refere-se à inclinação agressiva inata, originária e autônoma no ser humano que, segundo Freud (1930/1980, p.144, 167), “é o maior impedimento à civilização”. O grande problema da humanidade é saber como se livrar da “inclinação constitutiva dos seres humanos para a agressividade mútua”. A inclinação para agressão não pode ser explicada pela ambivalência amor/ódio existente nas pulsões sexuais

e de autoconservação, mas provém da pulsão de morte, conforme Freud em *As pulsões e suas vicissitudes* (1915) e *Além do princípio do prazer* (1920).

Na visão freudiana, o espaço social é marcado pelo confronto permanente e insuperável do dualismo pulsional ('a luta entre a pulsão de vida e a pulsão de destruição'), que ordena e desordena o simbólico e as relações intersubjetivas por meio da fusão e desfusão das pulsões²¹. Neste contexto, a precarização do trabalho poderia ser compreendida como um dos efeitos da pulsão de agressão no campo do social. Pensemos nessa idéia.

Força pulsional, *mal-estar* (*Unbehagen*) e agressividade originária: política, poder, e sujeito

Em *O mal-estar na civilização* (1930) vimos que no antagonismo irremediável entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização, Freud demonstra que a relação do sujeito com a civilização é marcada por um *mal-estar*, pois é permeada pelo conflito e a impossibilidade de resolvê-lo totalmente. Esse conflito irremediável é constitutivo da condição subjetiva do humano, sendo o desamparo a base dessa condição. Isso implica que as manifestações da subjetividade se dão em relação ao que Freud chamou de *mal-estar* na cultura, mal-estar este constitutivo da sociedade.

Nessa obra, dentre outros aspectos, Freud trabalha a pulsão de morte e seus efeitos sobre a sociedade. Afirma que as restrições aplicadas pela civilização à manifestação das pulsões são explicadas pela ação da pulsão de morte como pulsão de agressão e de destruição.

²¹ Cf. Freud 1923 e 1930.

Vale lembrar que, no contexto da segunda teoria das pulsões, a pulsão de morte (*Thanatos*) designa uma categoria de pulsão que se contrapõe à pulsão de vida²² (*Eros*), operando no organismo no sentido de sua destruição. Há uma mistura das pulsões. Enquanto a pulsão de morte tem como meta desligar, romper e dissolver unidades, a pulsão de vida, representada pela libido, tem como objetivo fazer ligações, produzir unidades cada vez mais elevadas e mantê-las. Desse modo, a pulsão de vida é conservadora, ao passo que é a força perturbadora da pulsão de morte que leva a alterações e mudanças²³.

Sem representação no psiquismo, a pulsão de morte é silenciosa. Para demonstrar suas atividades, para as quais não há provas, Freud (1930) esclarece que temos acesso as suas expressões como ‘pulsão de agressão’ e ‘pulsão de destruição’ defletida no sentido do mundo externo e também como ‘pulsão de domínio ou vontade de poder’ e ‘agressividade’.

Conforme Laplanche e Pontalis (1986, p.510-6), Freud usa o termo ‘pulsão destrutiva’ (*Destruktionstrieb*) para designar as pulsões de morte em uma perspectiva mais próxima da experiência, por seus efeitos, o que permite “assinalar mais exatamente o alvo das pulsões de morte”, como mostra, principalmente, em *Além do princípio do prazer* (1920) e *O mal-estar na civilização* (1930). Os efeitos mais acessíveis são reconhecidos quando as pulsões de morte agem fora e nesse sentido, a “expressão ‘pulsão agressiva’

²² A pulsão de vida engloba as pulsões do ego ou de autoconservação e as pulsões sexuais, referentes ao antagonismo pulsional da primeira teoria das pulsões, conforme Freud (1905, 1915).

²³ Como referência ao trabalho com as duas classes de pulsões, adotamos em especial, os artigos de Freud: *Além do princípio de prazer* (1920); *O ego e o id* (1923); *O problema econômico do masoquismo* (1924); *O mal-estar na civilização* (1930); e *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1933).

(*Aggressionstrieb*) é reservada para a destruição voltada para o exterior”. O alvo da pulsão de agressão é a destruição do objeto. Na 32ª Conferência (1933), “Freud inclui na pulsão destrutiva a autodestruição.” Já a ‘pulsão de dominação’ (*Bemächtigungstrieb*) Freud entende que é “uma pulsão não sexual, que só secundariamente se une à sexualidade e cujo alvo é dominar o objeto pela força”, idéia que vem desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). A partir de 1920, “aparece como uma forma que a pulsão de morte pode tomar quando entra ao serviço da pulsão sexual”²⁴.

Ao examinar os fenômenos do sadismo e do masoquismo, Freud (1938) está argumentando a favor de uma inclinação agressiva inata, originária e autônoma nos homens. No processo de viver, em que as duas classes de pulsões se mesclam, a pulsão de morte é colocada a serviço da finalidade de Eros, sendo especialmente voltada para fora na forma de agressividade, o que corresponde ao sadismo. Mas, a agressividade pode não conseguir encontrar satisfação no mundo externo e se isso acontecer:

Talvez ela se retraia e aumente a quantidade de autodestrutividade reinante no interior (...). A agressividade tolhida parece implicar um grave dano. *Realmente parece necessário que destruamos alguma outra coisa ou pessoa, a fim de não nos destruirmos a nós mesmos, a fim de nos protegemos contra o impulso de autodestruição.* (FREUD 1933/1980, p.131, grifos nossos)

²⁴ No percurso de uma análise, por exemplo, os impasses quanto ao manejo transferencial do masoquismo, da reação terapêutica negativa e do sentimento de culpa indicam a presença do poder da pulsão de morte na vida psíquica, a causa suprema do conflito psíquico, como mostra Freud em *Análise terminável e interminável* (1937).

Este é o mecanismo de base da perversão social, como enfatiza Peixoto Jr. (1999), e que será tratada na segunda parte deste capítulo. A ação da pulsão de morte seria a mola propulsora da perversão.

Freud (1933/1980, p.130) se refere à 'relação-modelo' sadismo e masoquismo, "dois excelentes exemplos de uma mistura das duas classes de pulsão, de Eros e de agressividade". Toda pulsão consiste em fusões deste tipo. Para o autor:

No sadismo (...) conhecido como impulso componente da sexualidade, teríamos (...) um vínculo entre as tendências para o amor e a pulsão destrutiva, ao passo que sua contrapartida, o masoquismo, constituiria uma união entre a destrutividade para dentro e a sexualidade, *união que transforma aquilo que, de outro modo, é uma tendência imperceptível, numa outra conspícua e tangível*. (FREUD 1930/1980, p.141-2, *grifos nossos*)

Freud presume que haveria uma fusão e amalgamação das duas classes de pulsões em proporções amplas e variáveis, de modo que jamais teremos pulsões de vida puras e pulsões de morte puras, mas misturadas e em quantidades diferentes. Contudo, corresponde a essa fusão a possibilidade de existir uma desfusão das pulsões.

Em *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud postula a existência de um masoquismo primário, originário e erógeno em todos os seres humanos, explicado, principalmente, com base na fusão e desfusão das pulsões, propondo assim uma teoria definitiva²⁵ para o masoquismo. Na luta

²⁵ No contexto da primeira tópica do aparelho psíquico, Freud trata do masoquismo, principalmente, nos textos: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905); *As pulsões e suas vicissitudes* (1915); e *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais* (1919). Entretanto, a partir de 1920, a reformulação de sua concepção de psiquismo, principalmente, efetuada nos trabalhos *Além do princípio do prazer* (1920); *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921); e *O eu e o id* (1923), obriga Freud a se voltar

entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, a libido tem o objetivo de tornar inócua a pulsão destruidora desviando-a em grande parte para fora, no sentido de objetos do mundo externo. O masoquismo é mais antigo que o sadismo. Segundo Freud (1924/1980, p.204-5):

A pulsão é então chamada de pulsão destrutiva, pulsão de domínio ou vontade de poder. Uma parte dela é colocada diretamente a serviço da função sexual (...) é o sadismo propriamente dito. Outra parte (...) permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante descrita acima, lá fica libidinalmente presa. É nessa porção que temos de identificar o masoquismo original, erógeno (...) que, por um lado, se tornou componente da libido e, por outro, ainda tem o eu (self) como seu objeto. Esse masoquismo seria assim prova e remanescente da fase de desenvolvimento em que a coalescência (tão importante para a vida) entre a pulsão de morte e Eros se efetuou. (...) O masoquismo erógeno acompanha a libido por todas as suas fases de desenvolvimento e delas deriva seus revestimentos cambiantes. (grifos nossos)

Logo no início da passagem acima, Freud caracteriza a ânsia de poder em referência à pulsão de morte como pulsão de domínio. Isso implica que poder e domínio estão ligados à agressividade originária dos seres humanos e, desse modo, em toda forma de dominação o mecanismo psíquico operante tem como 'relação-modelo' o par sadismo e masoquismo.

Outro aspecto é que Freud (1924) apresenta o masoquismo erógeno em referência à pulsão de morte, como um meio de impedir a satisfação imediata da pulsão de morte, ou seja, de impedir a autodestruição, que a vida fosse tomada pela morte. Sob esse prisma, o autor confere uma positividade ao masoquismo erógeno. O masoquismo erógeno não é da ordem da patologia, mas do originário: um fator constitutivo da organização psíquica. Portanto, o

novamente para a questão do masoquismo, propondo-lhe uma teoria definitiva. Dessa maneira, trabalhamos aqui, no contexto da segunda tópica.

masoquismo original está ligado à estruturação do psiquismo, ficando assim associado ao desamparo originário, e indica a possibilidade da dimensão erótica e da sublimação no psiquismo²⁶.

A partir do contexto teórico de 1920, como desenvolve Birman em *Cadernos sobre o mal* (2009), a agressividade ganha o teor de estruturante, que direcionada para fora se transforma em destrutividade e sadismo e quando voltada para dentro se transforma em autodestrutividade e masoquismo. Outro aspecto é que a agressividade também se inscreve nas relações entre as instâncias psíquicas como, por exemplo, é o caso da crueldade do supereu para com o eu na melancolia e na neurose obsessiva ou mesmo no pânico²⁷.

A desintrinação pulsional e o surgimento pronunciado da pulsão de morte tornam-se fundamentais na compreensão de processos patológicos, o que remonta a hipótese de que a precarização do trabalho poderia ser compreendida como um dos efeitos da pulsão de agressão no campo do social, mais especificamente, da 'pulsão de domínio ou vontade de poder' e, em consequência disso, o mecanismo psíquico em jogo teria como 'relação-modelo' o par sadismo e masoquismo²⁸.

Neste ponto retomo o trabalho da civilização que, fundamentalmente, refere-se aos modos de regulação dos relacionamentos sociais, às modalidades de exercício do poder do indivíduo e da sociedade, sendo que a “substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização”. (FREUD, 1930/1980, p.115)

²⁶ Conforme desenvolvido em estudo anterior; ver também Birman em *Cartografias do feminino* (1999)

²⁷ A respeito do eu na neurose e na melancolia ver Freud em *Eu e o id* (1923) e sobre o pânico ver Menezes em *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006).

²⁸ A respeito da desintrinação pulsional nos processos Conforme demonstrei em estudo anterior e segundo Freud na 32ª *Conferência* (1932) e *O eu e o id* (1923).

A agressividade, diz Freud (1930/1980, p.135) “constitui a base de toda relação de afeto e amor entre pessoas” e, portanto, regula “as diferenças em poder e influência” que podem ser “mal empregadas pela agressividade”, como ocorre no processo da precarização do trabalho, tendo em vista que o aumento e a intensificação da força de trabalho se estrutura em bases cada vez mais desregulamentadas, gerando um processo de perda de estabilidade e de exploração do trabalho, em que as relações de trabalho são indefinidas, há perda de direitos, adoecimentos de toda ordem e o enfraquecimento das organizações coletivas. Típico quadro encontrado na *‘Fábrica de manequins’*.

Com isso, Freud (1930) nos alerta para a dimensão psíquica da política e do poder, para os impasses da agressividade originária e estruturante, enunciando que no limite governar, educar e exercer a psicanálise, seriam práticas (trabalhos) impossíveis, tendo em vista os resultados insatisfatórios nas tentativas de domínio da força pulsional, no *trabalho* com a tensão das forças entre os seres humanos²⁹.

Há uma direção teórica de leitura que enfatiza a dimensão da política e do poder no discurso freudiano. No presente estudo, optou-se pelas idéias de Joel Birman (1999, 2001, 2009) e Michel Plon (1999, 2002), tendo em vista que se encadeiam nos interesses desta pesquisa.

Não há especificamente uma teoria de Freud sobre a política e o poder, mas a ausência de uma designação explícita não significa o desinteresse do autor por esses temas haja vista que trabalhos como *Totem e Tabu* (1913), *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930),

²⁹ Sobre a impossibilidade de educar, governar e exercer a psicanálise, ver Freudm *Análise terminável e interminável* (1937) e *Prefácio à Juventude Desorientada*, de Aichhorn (1925).

dentre outras coisas, tratam de política e poder. Assim como o tema do social, a política e o poder aparecem inseridos em um conjunto teórico de questões mais abrangentes.

A política e o poder são considerados da perspectiva da economia pulsional e dos circuitos do desejo, do aspecto de que somos seres desejantes, fundados nas pulsões e construídos na relação com o outro, com a cultura. Mas, a agressividade originária criou impasses para a '*governabilidade*' e para a '*regulação do poder*', ou seja, para a prática da política como 'a arte de organizar e dirigir uma coletividade humana', designando diferentes modos de governar os seres humanos, que segundo Freud, é uma prática no limite do impossível.

Essa direção teórica de leitura do discurso freudiano indica que a regulação política do espaço social tem como correlato psíquico a relação do sujeito com suas fontes de prazer e de gozo, portanto, da circulação das pulsões e do desejo. Para Freud o psiquismo é uma relação do sujeito consigo mesmo e nos laços sociais com as instâncias de poder.

Segundo Birman (1999, p.283):

Se considerarmos a economia política dos bens e dos valores no campo social como o correlato, para o sujeito, da economia do gozo e do prazer, fica evidente, pois, que *são as formas de existência das normas e dos dispositivos de poder no espaço social que agenciam as formas de ser da subjetividade*. Com isso, o sujeito inscrito na trama complexa das relações intersubjetivas se inscreve, ao mesmo tempo, nos registros social, político e econômico, sendo impensável sua estrutura na exterioridade daquela trama.

A oscilação do sujeito entre os polos narcísico e alteritário de seu psiquismo, assim como sua fixação em um deles, está na estrita dependência de que as formas organizadas do poder social permitam ou não a satisfação de suas demandas pulsionais. *São as normas e dispositivos de forças presentes*

no espaço social que possibilitam a boa ou má circulação de bens e valores, assim como a dinâmica das satisfações desejantes e do gozo pulsional. (grifos nossos)

O autor enfatiza que a grande consequência de todos esses pressupostos é que as formas destrutivas de poder – como, por exemplo, as que existem no Brasil, onde é prática cotidiana apropriar-se de bens públicos e considerá-los privados –, encaminham as subjetividades para o polo do narcisismo, para o registro do ego ideal e do amor de si, prejudicando o registro da alteridade, do ideal do eu/supereu e do amor do outro. Em decorrência disso, “a perversão se institui como a maneira por excelência de usufruto dos bens e dos valores que circulam no espaço social” (BIRMAN, 1999, p.284), o que quer dizer que, neste tipo de relação, o outro é manipulado como um objeto para usufruto, a exemplo do que ocorre com *‘Fábrica de manequins’*.

A partir da direção de leitura do discurso freudiano, da dimensão psíquica da política e do poder, é possível compreender o *processo da precarização do trabalho como um dos efeitos da pulsão de agressão como ‘vontade de poder’*, uma forma de manifestação da perversão no espaço social. Esta articulação metapsicológica fundamenta a hipótese de que *‘Fábrica de manequins’ expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho*.

Antes de trazermos um recorte sobre o tema da perversão no laço social, objetivando um aporte para finalizar o trabalho com a hipótese fundamental deste estudo, é necessário marcar os contornos da idéia de ‘trabalho’ com a qual estamos dialogando, assim como traçar algumas características do processo de precarização do trabalho.

PARTE II

CAMINHANDO PARA QUESTÕES DA CONTEMPORANEIDADE.

Trabalho... De que se trata?

Como uma referência geral ao termo “trabalho”, se nos reportarmos ao *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1986, p.1695), veremos que diz respeito a:

1) Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim (...) 2) Atividade coordenada de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento (...) 3) O exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão (...) 4) trabalho remunerado ou assalariado (...) 5) local onde se exerce essa atividade (...) 6) Qualquer obra realizada.

Essa passagem mostra o trabalho como um ato ou um efeito das práticas humanas, relativas aos campos físico e psíquico, sempre com uma finalidade ou um objetivo. É uma atividade necessária para realização de qualquer coisa. Trabalho como produto / realização / criação; trabalho como energia / exercício; trabalho como espaço; trabalho como ofício / profissão; trabalho como dinheiro / troca.

Com relação ao aspecto etimológico, a palavra “trabalho”, substantivo masculino, deriva do verbo “trabalhar” que vem do latim vulgar *tripaliare* “martirizar com o *tripaliu* (instrumento de tortura)”. (FERREIRA, 1986, p. 1695).

Tripalium, do latim tardio *tri* (três) e *palus* (pau), é um instrumento feito de três paus finos terminados em ponta, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores batiam o trigo e as espigas de milho para rasgá-los e debulhá-los. Contudo, a maioria dos dicionários registra *tripalium* apenas como instrumento romano de tortura, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão na forma de uma pirâmide, no qual os escravos eram amarrados e torturados, além de também servir para manter presos os animais difíceis de ferrar¹. Na medida em que “trabalhador” é aquele que trabalha, que opera o *tripalium*, a palavra “trabalhador” evoca o sentido de “torturador” e não, somente, de “vítima/torturado”.

O tema do trabalho compreende uma gama extensa e diversificada de dimensões articuladas às concepções de homem na relação com sua própria história. Se por um lado, a realidade do trabalho é tão antiga quanto a própria humanidade, na ordem da representação tem uma longa história. O trabalho faz parte do cotidiano das pessoas de tal modo que as reflexões sobre este tema exigem meios diversificados e convoca a um percurso multidisciplinar, como enfatizam Mercure e Spurk (2005) e Navarro e Padilha (2007).

Neste momento, a intenção é mostrar que não há consenso sobre um conceito de trabalho, assim como, delimitar o campo conceitual com o qual estamos dialogando que se articula em torno das noções de: Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega; Ricardo Antunes; e Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Laurell e Noriega (1989, p.104; 106), por exemplo, ressaltam que a capacidade do trabalho de “criar intencionalmente novos objetos, mas também

¹ Segundo Wikipédia em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tripalium>.

novas relações entre os homens (...) é uma das chaves na compreensão da especificidade histórica dos processos psicológicos humanos”. Os autores mostram que uma análise do trabalho deve ter duas vertentes: uma técnica e outra social. Ou seja, na análise do trabalho é preciso considerar as características físicas, químicas e mecânicas do objeto de trabalho, assim como porque e como chega a sê-lo (vertente social). Os instrumentos de trabalho empregados (tecnologia) devem ser compreendidos em relação a sua conformação técnica, mas também como a materialização de uma determinada relação entre capital e trabalho. O trabalho deve ser entendido, por um lado, como processos corporais e, por outro lado, como expressão concreta da relação de exploração por meio de sua organização e divisão. Em linhas gerais, é essa a idéia de trabalho que permeia o campo da saúde do trabalhador conforme vimos no capítulo um do presente estudo.

No campo da sociologia, o trabalho aparece como categoria central no entendimento da estruturação e organização da vida social tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. Entretanto, frente à crise da sociedade industrial, à questão da reestruturação produtiva do capital, na atualidade, discute-se a validade de manter ou não a centralidade do trabalho².

A partir de duas correntes de pensamento na França, uma caracterizada pelas manifestações de ‘maio de 68’, e outra pelo debate no fim da década de 1990, Linhart (2007, p.34) discute o que representa o trabalho na nossa sociedade³. Procura analisar os pressupostos do pensamento que questiona a

² Este assunto que não faz parte do escopo desta pesquisa, portanto, o intuito é apenas marcar a existência desse debate.

³ Para a corrente de pensamento caracterizada pelas manifestações de “Maio de 68”, Linhart (2007) destaca alguns estudiosos de referência como: Chassagne e Montracher; Rousselet;

centralidade do trabalho, objetivando “recolocar em perspectiva a mais-valia subjetiva e social que todo trabalho produz, quaisquer que sejam, aliás, as dolorosas obrigações que ele imponha.” A autora mostra que:

(...) a força, a violência e a radicalidade desse questionamento levou alguns a pensar que se assistia a uma verdadeira guinada histórica que conduziria a uma verdadeira crítica ao valor trabalho por categorias específicas de assalariados. (...)

Para certa corrente de pensamento não se trata mais de afirmar que caminhamos em direção a uma segmentação da sociedade, mas sim de que o trabalho perde, para todos, sua centralidade tanto objetiva quanto subjetiva: com a diminuição da quantidade de trabalho necessário, graças aos fantásticos ganhos de produtividade resultantes do uso de novas tecnologias cada vez mais competitivas, o trabalho perde sua importância. Além disso, o trabalho modernizado nem sempre consegue satisfazer as aspirações dos membros da sociedade, pois continua sendo um trabalho alienado... (LINHART, 2007, p.33-4).

Autores como Antunes (1995), Borges (2000) e Franco (2004) são contrários às teses que advogam o fim da centralidade do trabalho. O primeiro demonstra que é impossível pensar no fim do valor do trabalho, principalmente, a partir dos conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto, tendo em vista que o trabalho abstrato é o denominador comum para se equiparar valores de troca de mercadorias diferentes. Consideram que não é possível pensar que o trabalho não seja central no sentido de promover uma identidade psicossocial, porque a sociedade ainda é capitalista e o trabalho, portanto, continua sendo gerador de riqueza. Sua proposta é dar sentido ao trabalho humano para que a vida também possa ser dotada de sentido e desse modo, instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano dentro e fora do trabalho.

Auffray, Baudoin e Collin; Giroud; Pialoux. Já para os debates no final de 1990, destaca, principalmente, Dominique Méda e Bernard Perret, os quais buscam filiação em André Gorz.

Em *Dimensões da precarização estrutural do trabalho* (2007, p.16), Antunes propõe que há uma '*nova morfologia do trabalho*', "cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas". No mundo contemporâneo, há um novo tipo de trabalho mais 'polivalente' e 'multifuncional', que denomina de '*concepção ampliada de trabalho*', em que os contornos mais gerais dizem respeito aos seguintes aspectos:

- 1) Redução do proletariado industrial, fabril, estável e especializado (herdeiro da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista), de ramos mais tradicionais, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho;
- 2) Aumento do novo proletariado fabril e de 'serviços', em escala mundial, presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado: são os terceirizados, subcontratados, temporários e *part-time*, dentre tantas outras formas semelhantes de alternativas de 'trabalho informal'. No Brasil, quase 60% da população economicamente ativa está neste tipo de situação, segundo Antunes (2008);
- 3) Principalmente, nas últimas décadas do século XX, houve uma expansão significativa dos assalariados médios no 'setor de serviços' que, inicialmente, incorporou muitos trabalhadores e trabalhadoras vindos do setor industrial; contudo, as mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão afetaram o setor de serviços que cada vez mais se submete à racionalidade do capital e à lógica dos mercados;

- 4) Aumento significativo do trabalho feminino em diversos países, inclusive na América Latina, entretanto os níveis de remuneração são em média inferiores aos dos homens. No Brasil, o salário médio das trabalhadoras gira em torno de 60% do salário dos trabalhadores, segundo Antunes (2008);
- 5) Crescente exclusão dos jovens que atingiram idade de ingresso no mundo do trabalho, que sem perspectiva de emprego, acabam se submetendo a trabalhos precários;
- 6) Exclusão dos trabalhadores considerados 'idosos', com idade próxima dos 40 anos que, uma vez desempregados, dificilmente, conseguem reingressar no mercado de trabalho, também se submetendo a trabalhos precarizados do tipo 'informal' e 'voluntário';
- 7) Em diversas partes do mundo, inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho em várias atividades produtivas;
- 8) Em consequência de todas as tendências apontadas acima, fruto da reestruturação produtiva do capital, das políticas neoliberais, do cenário de desindustrialização e privatização, há a expansão do 'Terceiro Setor' como alternativa de ocupação profissional, por meio de empresas de perfil comunitário, motivadas, principalmente, por trabalhos voluntários realizados, por exemplo, no interior das Organizações Não Governamentais (ONG's);
- 9) Expansão do trabalho domiciliar, por meio das tecnologias de informação. Uma das consequências disso é o aumento das formas de exploração do contingente feminino, tendo em vista que o trabalho

produtivo a domicílio acaba se misturando com o trabalho reprodutivo doméstico.

Frente a isso, na atualidade, quando se pensa na ‘classe trabalhadora’ em relação a esse desenho heterogêneo e multifacetado do trabalho caracteriza-se uma *nova conformação da classe trabalhadora*,

(...) abarcando a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos; devemos incorporar a totalidade do trabalho social e coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria, seja ela material ou imaterial, em troca de salário. E devemos incluir também o enorme contingente sobranse de força de trabalho que não encontra emprego, mas que se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora desempregada. (ANTUNES, 2007, p. 14).

Essa descrição conceitual a respeito da concepção ampliada de trabalho configura um quadro interessante no qual é possível incluir nosso objeto de investigação, assim como reconhecer as mais diferentes empresas com as quais nos defrontamos cotidianamente nas inspeções da Vigilância em Saúde do Trabalhador como: supermercados, marmorarias, serralherias, marcenarias, gráficas, shoppings, indústrias químicas, indústrias têxteis, teleatendimentos, bancos, oficinas mecânicas, escolas e fábricas de manequins, dentre outras.

Sobre a nova conformação da classe trabalhadora, esse autor recomenda que se deva incluir também o proletariado rural. Trata-se da *classe-que-vive-do-trabalho*, da classe trabalhadora de hoje, um conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho. “Só não fazem parte da classe trabalhadora moderna, os gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, gestão e sistema de mando do capital”, (ANTUNES,

2007, p.21), assim como os pequenos proprietários rurais e urbanos, pequenos empresários e aqueles que vivem de juros e especulação.

Lembrando as recomendações de Maria Sylvia de Carvalho Franco a respeito do correto entendimento do trabalho no Brasil, no clássico, *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), ao investigar a gênese da sociedade e do Estado brasileiros, mostra que se faz necessária a referência da escravidão à estrutura global da fazenda, uma unidade socioeconômica que em seu modo de organização articulou a produção mercantil e a produção direta dos meios de vida. Isso quer dizer que o funcionamento desta unidade de produção estava vinculado à existência de senhores e escravos, o que significou “trabalho diferenciado, mas trabalho para todos”.

Somos uma sociedade fundada na escravidão, na qual o trabalho como atividade atravessou toda a sociedade, impondo-se mesmo para as camadas dominantes. O objetivo de ganhar produzindo integrou o trabalho como prática regular mesmo para o colonizador. Entretanto, o ideal de riqueza da sociedade colonial brasileira foi perseguido por meio da “grande empresa trabalhada por escravos”. A esse respeito, Carvalho Franco (1969/1997, p.213) enfatiza que nessa sociedade:

O trabalho não aparece como elemento necessariamente desqualificador e nem a atividade lucrativa como infamante para os senhores de homens. E, reafirmo, trata-se de uma sociedade *escravocrata*, em que forçosamente o princípio da separação nítida entre o requisito do trabalho e o privilégio de sua dispensa se fazia fundamental para a própria afirmação do poder. É fora de dúvida que esse amálgama de escravidão e produção mercantil, gerida e controlada diretamente pelas camadas privilegiadas, seguiu cheia de ambigüidades e tensões e o *ajustamento entre dominados e dominantes definiu-se de maneira complexa no processo de produção.* (grifos nossos)

O regime servil implicava a desqualificação do trabalho, mas, em uma sociedade onde a camada dominante se propunha a enriquecer produzindo, era necessária uma acomodação entre a oposição do menosprezo pelo trabalho e sua aceitação como prática cotidiana dos homens livres. “De um modo geral, os homens livres alimentaram um projeto de senhores – ‘nenhum brasileiro consente em jamais servir, todos desejam ser amos’.” (CARVALHO FRANCO, 1969/19997, p. 216).

A fluidez entre o que seria atividade de homens livres e de escravos, trouxe uma diversificação do trabalho que procurava excluir o homem livre do esforço físico, reservando-lhe tarefas de supervisão. Existia um menosprezo pelo uso das mãos que se limitou aos estereótipos de *status*; por exemplo, um artesão livre chegava a alugar um negro para carregar suas ferramentas quando transitava pelas ruas.

Como as unidades de produção nasceram e se desenvolveram condicionadas aos mercados internacionais, como no caso do café no oeste paulista ou no sul fluminense, de tempos em tempos ocorriam transformações técnico-econômicas que repercutiram de maneira decisiva no interior das estruturas sociais. Em momentos de depressão, a superação da pobreza pelo esforço produtivo recolocava o trabalho como necessidade para todos: tanto para aqueles que começavam uma atividade com poucos recursos como para aqueles que já se encontravam em situação melhor. Em função disso, nunca foram definidos, claramente, privilégios ou proibições nas atividades ocupacionais, sendo reservado aos homens livres tanto os trabalhos de supervisão como os de execução.

A escravidão introduziu a noção de degradação do trabalho e a contradição que se revela no seu interior entre a desqualificação e a valorização, refletindo as oposições da sociedade brasileira e o significado pleno do trabalho para esta sociedade.

Na atualidade, os modos de organização do trabalho reeditam, sob outras formas de dominação, a sujeição anteriormente existente e, nesse sentido, a precarização do trabalho redefine, de certa forma, a velha precarização do Brasil Colônia, como ilustra o caso da *‘fábrica de manequins’*.

Vale ressaltar que a instituição da escravidão na Antiguidade tinha um sentido muito diferente que na modernidade⁴. Na Antiguidade era necessário ter escravos em virtude da natureza servil das ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida. Por isso mesmo é que a escravidão era defendida na Antiguidade, tendo em vista que era uma tentativa de excluir o labor ou o trabalho das condições da vida humana. Na modernidade a escravidão foi uma forma de obter mão-de-obra barata, foi um instrumento de exploração com a finalidade de obter lucro, como mostram Arendt (1958) e Carvalho Franco (1969).

A respeito da condição humana, Arendt (1958) propõe que as atividades humanas constitutivas da expressão *vida activa*, podem ser distribuídas em três categorias fundamentais: *labor, trabalho e ação (labor, work and action)*.

⁴ Segundo Giddens (1991) e Bauman (1998), modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que, posteriormente, tornaram-se, de certa maneira, mundiais em sua influência. Dessa forma, o termo modernidade implica uma série de transformações sociais, materiais, políticas e intelectuais a partir da emergência e difusão do Iluminismo, e que acabaram por se misturar à Revolução Industrial e às transformações geradas pelo Capitalismo. Houve, portanto, uma alteração da ordem social, ou seja, da ordem tradicional (sociedade tradicional) para a ordem moderna (sociedade moderna).

O labor assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. É um processo com caráter de repetição cíclica, tendo em vista que se move no mesmo círculo descrito pelo processo biológico do organismo, terminando somente com sua morte, com a exaustão da força de trabalho. O agente dessa atividade é *animal laborans*, o homem na dimensão comum com os animais. “A condição humana do labor é a própria vida.” (ARENDT, 1958/2007, p. 15).

O trabalho transforma a natureza em coisas artificiais como, por exemplo, uma árvore em um móvel. Nesse sentido, “o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana” (ARENDT, 1958/2007, p. 15). Para a autora, o trabalho é resultado de um processo cultural⁵. Dá certa durabilidade ao caráter efêmero do tempo, assim como certa permanência a vida mortal. O agente do trabalho é o *homo faber*, o homem que faz o mundo, que cria o artifício humano, dependente de suas mãos, de seus instrumentos de trabalho. “A condição humana do trabalho é a mundanidade.”

A ação é a

(...) única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à *condição humana da pluralidade*, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política (....). (ARENDT, 1958/2007, p. 15-6, grifos nossos e da autora)

Essa passagem mostra que a ação se refere à necessidade do homem de viver em grupo, à pluralidade humana que “é a paradoxal pluralidade de seres singulares” (ARENDT, 1958/2007, p.189) o que, sob o ponto de vista

⁵ Arendt (1958) não compreende o trabalho humano como ontológico, ao contrário de Marx. Para a autora o trabalho é uma atividade que o homem impôs a sua própria espécie, e nesse sentido, não é intrínseco ou constitutivo da espécie humana. Sobre isso, ver principalmente, capítulo 3, tópico 11: “O Labor do Nosso Corpo e o Trabalho de Nossas Mãos”, p.96-101.

psicanalítico, se aproxima do trabalho da civilização, da condição de desamparo e da oscilação do sujeito entre os registros do narcisismo (eu ideal/amor de si) e da alteridade (ideal do eu, supereu/amor do outro).

A importância na consideração da dimensão humana da política é um ponto de convergência entre as reflexões de Freud e de Arendt. Lembremos que para Freud a política e o poder são considerados da perspectiva da economia pulsional e dos circuitos do desejo e que a agressividade originária criou impasses para a prática da política (para a '*governabilidade*' e para a '*regulação do poder*'), segundo Plon (1999, 2002) e Birman (1999, 2001, 2009).

A respeito da distinção da concepção grega de vida, '*zoé*' e '*bios*' Arendt mostra que em contraposição, a '*zoé*', à vida orgânica, a luta do homem contra a necessidade, ao processo do labor, '*bios*' se refere à vida política, a uma espécie de *práxis*, em que a ação e o discurso são atividades cujo resultado será sempre uma história a ser narrada.

O trabalho em '*Fábrica de manequins*' aparece fortemente marcado como uma questão de sobrevivência, expressando uma sujeição à necessidade, em que o trabalhador vai perdendo a modalidade '*bios*', ficando reduzido à modalidade '*zoé*', ao labor, à pura vida biológica, a um '*trabalhador manequinizado*': "*Aqui tá bom, né... porque no fim da semana eu tenho dinheiro pra levar pra casa*" (Fragmento do relato de trabalhador).

Um dos aspectos das estratégias do poder, na contemporaneidade, é incidir sobre o sentido da vida, como mostram Rosa, Vicentin e Catroli (2009, p. 58; 61). São formas de poder que investem na redução da vida a sua modalidade biológica, procurando abalar "a potência da experiência compartilhada que escreve a história do sujeito e da comunidade". Para as

autoras, a “estratégia política de controle e submissão no mundo contemporâneo enreda o sujeito em seu campo libidinal” de tal forma que “o sujeito enreda-se no gozo”.

Nesse quadro, *‘Fábrica de manequins’* pode ser pensada como um dos efeitos da forma de manipulação do poder que procura reduzir o homem ao labor, à pura vida biológica, que tende a criar condições para um impedimento da ação política.

Sobre as mudanças no mundo do trabalho e o complexo processo da precarização do trabalho.

As mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas do século XX e em meados do século XXI alteraram a ordem social moderna, com suas conquistas tecnológicas, científicas, culturais e políticas, criando uma nova ordem social. Vimos surgir novos estilos, costumes de vida e diferentes formas de organização social. É evidente o declínio da esfera pública e política, a mistura entre o público e o privado, as novas formas de identidade social, o impasse histórico do socialismo, a expansão dos fundamentalismos, os tribalismos, as consequências que a informatização gerou na produção material e no cotidiano, a crise ecológica e as dimensões da globalização⁶, conforme Bauman (1998, 2001) e Giddens (1991, 2002).

⁶ No campo da sociologia há uma polêmica em torno da discussão se, na atualidade, vivemos um novo momento no projeto da modernidade ou se estamos numa nova era chamada de pós-modernidade, o que marca o fim da modernidade na contemporaneidade. Lyotard (1985) e Lipovetsky (1973), por exemplo, defendem a segunda posição, ou seja, de que há uma ruptura, caracterizando a pós-modernidade por uma evaporação da *grand narrative* ou como o império do vazio e do efêmero. Entretanto, outros autores apostam na primeira posição, isto é, de que ainda vivemos a modernidade, mas na radicalização de seus pressupostos como, por

Parafraseando Bauman (2001) “fluidez” é a principal metáfora para o estágio presente da era moderna. Os fluidos além de não manterem sua forma como fazem os sólidos, “não fixam o espaço nem prendem o tempo”. A modernidade foi um processo de “liquefação” desde o começo, tendo em vista que a colocação em ordem dependeu do dismantelamento da ordem tradicional herdada e recebida – a sociedade tradicional. Entretanto o “derretimento dos sólidos”, sua principal realização, não ocorreu com o intuito, simplesmente, de acabar com todos os sólidos (o repúdio e destronamento do passado, sobretudo da tradição) e construir um mundo livre deles, mas

(...) para limpar a área para *novos e aperfeiçoados sólidos*, para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável (...)

O derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. (BAUMAN, 2001, p. 9-10, *grifos nossos*)

O “derretimento dos sólidos” criou uma nova ordem que deveria ser mais “sólida” do que aquelas que ela substituía, tendo em vista que se definia somente pela ordem econômica. Tudo o que fosse suspeito de limitar a *liberdade individual* de escolher e agir deveria ser banido. Nessa “nova ordem social, ‘ser’ significa um *novo começo permanente*”. (BAUMAN, 1998, p. 20). A época da *modernidade sólida* que era também

(...) o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela *mutualidade de sua dependência*. Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua

exemplo, Giddens (1991; 2002), referindo-se à existência de uma “modernidade radicalizada” ou “modernidade tardia” e Bauman (2001) com o termo “modernidade líquida” para diferenciar da “modernidade sólida”.

reprodução e crescimento (...) Capital e trabalhadores estavam unidos (...) [e] a fábrica era seu habitat comum (BAUMAN, 2001, p. 165)

Terreno fértil para o desenvolvimento de métodos e técnicas em relação à organização do processo de trabalho, que aprofundou a divisão do trabalho, assegurando o controle do tempo do trabalhador pela gerência. Isso significou o derretimento da união entre concepção e execução do trabalho. Foi a perda progressiva do controle do trabalhador sobre o processo produtivo, sobre seu 'trabalho'.

Tendo em vista que esta pesquisa se propõe a um diálogo na interface, não posso me furtar a trazer alguns elementos básicos que servem de pano de fundo para a nossa discussão psicanalítica.

Em meados do século XX, Henry Ford marcou a história pela via da obsessiva marcha adiante: o progresso. Imperava a ideologia de uma dinâmica social caracterizada pela inovação permanente e pelo progresso: a ordem social determina que "ser" significa um novo começo permanente. O progresso não era visto como obra da história, mas do uso que as pessoas fazem do presente. Isso alterou o sentido da historicidade humana. Como mostra Bauman (2001, p.151):

A autoconfiança moderna deu um brilho inteiramente novo à eterna curiosidade humana sobre o futuro. (...) O futuro era visto como os demais produtos nessa sociedade de produtores: alguma coisa a ser pensada, projetada e acompanhada em seu processo de produção. *O futuro era a criação do trabalho, e o trabalho era a fonte de toda a criação.* (grifos nossos)

Nesse contexto, ao criar um sistema de produção com inovações tecnológicas e organizacionais, aliadas à noção de administração científica de

Taylor e com formato corporativo nos empreendimentos, Ford acaba por criar uma nova ordem racional, um modelo, um padrão para as tendências de seu tempo. Ou seja, um *ideal* que a maioria dos empresários lutava para conseguir: “o ideal era de atar capital e trabalho numa união que... nenhum poder humano poderia, ou tentaria, desatar”. Desse modo, “Ford empresta seu nome para o modelo universal das intenções e práticas típicas da modernidade sólida ou do capitalismo pesado” (BAUMAN, 2001, p. 166): o fordismo.

Isso implica que Ford teria proclamado a idéia de que somente o presente é o que importa e o domínio do futuro depende dessa autoconfiança. Isso é o que faz os negócios prosperarem e por essa mesma razão o passado pode ser ignorado. Não interessa mais a tradição, a história. A única história que interessa é a do presente, o que se faz hoje. O resto, não tem sentido: é resto!

É importante destacar, nas palavras de Bauman (2001, p. 152), que o “progresso não eleva ou enobrece a história. O ‘progresso’ é uma declaração da crença de que a história não conta e da resolução de deixá-la de fora das contas”. A ancoragem do indivíduo no seu próprio presente é instável, o que acabou gerando um mundo de flexibilidade, sob condições extremas de insegurança como mostra a cena social atual. Do prisma da psicanálise, é impossível a existência do sujeito sem uma linhagem, sem uma nomeação, algo que lhe transcenda (‘ação específica) sem um ‘gancho’ para que não se perca no abismo do desamparo.

A sociedade passou a ser modelada pela lógica fordista e o trabalho, “ocupou um lugar cada vez mais importante em todos os planos, porque os outros papéis sociais perderam sua substância, porque o encontro com o outro

foi condicionado pelo ritmo e pela organização espacial do trabalho”.
(LINHART, 2007, p. 62)

Vale lembrar que as principais características do fordismo são: separação entre concepção e execução do trabalho; fragmentação e rotinização das tarefas; a noção de um homem / uma tarefa, com especialização desqualificante; controle do tempo de execução das tarefas orientadas por um processo em que ‘disciplina’ é uma característica fundamental; pouca ou nenhuma atenção ao *saber* do trabalhador, produção em massa com preços cada vez menores para um mercado também de massa, como indicam Santana e Ramalho (2004).

A partir dos anos 1970, a crise do sistema fordista de produção foi deflagrada pela questão da demanda e do consumo, isto é, a produção em massa e verticalizada, no seu cume, acabou por se defrontar com mercados cada vez mais saturados e com novos padrões de exigência. Assim, as empresas passaram a ter que produzir com versatilidade e qualidade, o que extremou a concorrência. Isso exigiu não só o aumento da tecnologia, flexibilização da máquina, mas também uma flexibilização do trabalhador. Desse modo, como apontam Santana e Ramalho (2004, p.18):

A flexibilização no processo de trabalho imporia o deslocamento da relação um homem / um posto / uma tarefa e a aproximação das etapas de concepção, execução e controle, baseando-se na incorporação progressiva da competência dos trabalhadores no processo produtivo. Esse trabalhador “coletivo”, organizado em grupos ou “ilhas” que, com a redução da hierarquia gerencial no interior do processo e, muitas vezes, subsidiado pelo suporte microeletrônico, passa a ter sobre si a responsabilidade de agir qualificadamente sobre pontos diversos do processo.

A chegada e o avanço da modernidade podem ser detectados e compreendidos por meio dos marcadores *tempo* e *espaço*, que foram separados da prática da vida e entre si, sendo assim, tratados como categorias distintas e independentes da estratégia de ação. Isso quer dizer que *tempo* e *espaço* deixam de ser considerados como eram na sociedade tradicional: entrelaçados, indistinguíveis da experiência vivida, inflexíveis e presos numa certa equivalência entre si. Com a modernidade “o tempo adquire história uma vez que a velocidade do movimento através do espaço (...) se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humanas” (BAUMAN, 2001, p.16).

A separação do tempo e do espaço culminou numa recombinação que permitiu o zoneamento tempo-espacial preciso da vida social e num alvo indefinido (ou global). O tempo passa a ser quantificado, regulando as práticas sociais⁷. Do ponto de vista psíquico, significa uma alteração da relação do sujeito com a temporalidade. O sujeito “passa a ser regulado por engrenagens, produtivas e burocráticas, que realizam a *extração* sistemática do tempo”, nos dizeres de Birman (2001, p.267). O sujeito vai perdendo a possibilidade de domínio do seu tempo, sendo dominado pelas “montagens quantificantes do social”. O autor mostra que:

A racionalização da temporalidade do sujeito produz uma quantificação do gozo e do prazer, desdobrando-se na

⁷ Nas sociedades pré-modernas, o cálculo do tempo era vinculado ao lugar e, geralmente, impreciso e variável. Não era possível dizer a hora do dia sem fazer referência a outros marcadores socio-espaciais. A criação do relógio mecânico e sua difusão na população separaram, definitivamente, tempo e espaço. O relógio acabou por expressar uma dimensão uniforme de tempo que correspondeu à uniformidade na organização social do tempo, tendo em vista que quantificou a designação precisa de “zonas” do dia (como as jornadas de trabalho). Essa mudança, segundo Giddens (1991), coincidiu com a expansão da modernidade (final do século XVIII).

homogeneidade (...). Não é estranho nem surpreendente que a perversidade que marca as formas modernas de poder se construam simultaneamente ao processo de racionalização da temporalidade. *A extração do tempo tem como corolários a extração do gozo e da mobilidade do corpo, que homogeniza o sujeito. Com isso, a perversão se constitui com o a figura cardinal do sujeito na modernidade.* (BIRMAN, 2001, p.268; grifos nossos).

Em um contexto psicanalítico, a partir da extração racional do tempo e do gozo o exercício do poder busca imobilizar o fluxo pulsional do sujeito. São formas complexas de relação com a temporalidade e o gozo, constituindo-se em “formas perversas de subversão da experiência da temporalidade [que] se inscrevem em montagens perversas nas quais a modernidade ordenou o sujeito”. (BIRMAN, 2001, p.270)

A racionalização e extração do tempo fazem parte das estratégias de poder, na contemporaneidade, que buscam incidir sobre o sentido da vida, procurando reduzi-la a modalidade ‘zoé’, abalando a experiência compartilhada e empobrecendo a sexualidade, tendo em vista que o destino erótico do sujeito vai sendo reduzido a passividade e a submissão.

Está em jogo uma *nova técnica do poder*: a instantaneidade. A aceleração da velocidade do movimento parece ter chegado ao seu limite com a velocidade do sinal eletrônico. O tempo moderno se tornou uma arma na conquista do espaço e a velocidade do movimento, assim como os recursos de mobilidade, tornaram-se a principal ferramenta de poder e de dominação. Na era da instantaneidade, mover-se é recurso de poder.

Como diz Bauman (2001, p. 16-7):

(...) [é] o *fim da era do engajamento mútuo*: entre supervisores e supervisados, capital e trabalho, líderes e seguidores,

exércitos em guerra. As principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial (...).

O poder se tornou extraterritorial, não é limitado nem desacelerado pelo espaço. Não importa mais onde está aquele que dá as ordens. Basta um simples telefonema, mensagem de texto ou e-mail. Desse modo, os detentores do poder podem se livrar de qualquer aspecto que incomode, inclusive as pessoas. A desintegração social e a derrocada das agências efetivas de ação coletiva são

(...) tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem. (BAUMAN, 2001, p. 21-2).

O advento da “modernidade fluida” produziu uma profunda mudança na condição humana. O derretimento dos sólidos adquiriu um novo sentido e foi redirecionado para um novo alvo, dissolvendo “as forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política”. O que os sólidos estão derretendo “são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas”. (BAUMAN, 2001, p. 14).

O derretimento dos sólidos provocou mudanças na organização do processo de trabalho, provocando um processo de reestruturação da atividade

produtiva na sociedade, principalmente, a partir de 1970, como dissemos anteriormente.

A reestruturação produtiva foi deflagrada pela crise do sistema taylorismo-fordismo, com a incorporação de inovações tecnológicas no sistema produtivo e as novas formas de gestão da força de trabalho, segundo mostram Santana e Ramalho (2004). Isso significa que houve um reordenamento da produção e acumulação que gerou efeitos nos processos e relações de trabalho, assim como nos modos dos trabalhadores se organizarem.

Houve um significativo aumento do índice de produtividade, provocando alterações nas relações entre as empresas (um dos grandes efeitos, foi a globalização e tudo o que isso implica em relação à problemática da subjetividade) e nas formas de organização da produção, em que as unidades passaram a ser mais enxutas e o que estava fora do “foco” do trabalho passou a ser terceirizado.

Os processos de trabalho foram afetados pelo sistema de produção flexibilizada e por formas de organização do trabalho como a “reengenharia” (maior índice de produtividade com custo baixo, adequando-se ao mercado) e os “programas de qualidade total” (manter um padrão de qualidade que possa competir no mercado nacional e internacional).

Esse quadro interferiu nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores (os sindicatos). Uma questão imediata que surge, a qual não é importante neste trabalho, mas deve ser frisada, diz respeito à função e o alcance da organização sindical, na atualidade.

Nesse contexto as palavras de ordem são: *flexibilização* e *desregulamentação*. Outro aspecto fundamental diz respeito aos sérios problemas sociais decorrentes desse quadro, como enfatizam Santana e Ramalho (2004): o alto índice de desemprego e a incerteza de garantias em relação aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Soma-se a isso a política de desmantelamento do Estado, ou seja, de que o Estado não assegura mais o bem-estar social aos cidadãos.

No caso brasileiro, amparando-nos na leitura de Ricardo Antunes, o capitalismo no século XX teve um verdadeiro processo de acumulação industrial, principalmente, a partir de Getúlio Vargas. Com aspecto fortemente estatal e nacionalista, a industrialização brasileira só deslanchou a partir de 1930, dando seu segundo salto no padrão de acumulação industrial, em meados de 1950, com Juscelino Kubitschek (JK). A partir do “Golpe de 64” houve o terceiro salto quando foi acelerada a industrialização e internacionalização do Brasil⁸.

A dinâmica interna do padrão de acumulação industrial brasileiro se estruturava em um “processo de superexploração da força de trabalho” que, segundo Antunes (2006, p. 17), era “dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos”. Esse padrão de acumulação – sustentado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – desde JK e durante a ditadura militar, viveu ampla expansão como, por exemplo, a “fase do ‘milagre econômico’ (1968-1973). O país vivia, então, sob os binômios: ditadura e acumulação, arrocho e expansão”.

⁸ Cf. Antunes, 2006.

Somente em meados da década de 1980, com o fim da ditadura militar, no governo Sarney, que esse padrão de acumulação começou a sofrer alterações. Antunes (2006, p. 17) mostra que mesmo se mantendo vigente de alguma maneira, presenciou-se o

(...) início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva do capital e seu colorário ideopolítico neoliberal.

No caso brasileiro, portanto, houve um processo de desestruturação do mercado de trabalho sob a égide da fragilização e da relativização da importância do núcleo estruturado do trabalho, ou seja, do vínculo empregatício formalizado e com alguma proteção social, como mostra Borges em *Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização* (2007). Esse processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional, comporta diferenças regionais, mas, de maneira geral, tem dois grandes momentos: o primeiro em meados de 1980 e o segundo, em 1990. Isso quer dizer que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, somente, a partir de 1990, no governo Collor, deslançando, novamente, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real

Na década de 1980 houve um processo de reengenharia industrial e organizacional em que a reestruturação produtiva, caracterizou-se

(...) pela retração de custos, mediante a redução da força de trabalho, de que forma exemplos os setores automobilístico e de autopeças, e também os ramos têxtil e bancário, entre outros. De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de

elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (círculo de controle de qualidade)⁹ e dos sistemas de produção *just-in-time*¹⁰ e *kanban* entre os principais elementos. (ANTUNES, 2006, p. 17)

O fordismo brasileiro começava a se mesclar ao toyotismo, modelo japonês de organização do trabalho desenvolvido por Ohno (por isso também é chamado de *Ohnismo*) e aplicado na empresa Toyota Motor Co. – no início da década de 1950. Trata-se de uma forma de gestão específica, como mostra Lima (2007, p.115) no estudo *Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento*, em que procura mostrar a experiência de implantação dessa nova forma de gestão no Brasil, por meio da construção da segunda unidade da Toyota em São Paulo. O autor identifica “a especificidade das estratégias de controle e disciplina que visam a quebrar as resistências dos trabalhadores, impondo como modelo o trabalhador colaborador e a empresa como o ambiente onde pode aflorar o consenso social”.

Segundo Ohno (1997, p.30) para implantação do toyotismo

[é necessário] um sistema de gestão total que desenvolva a habilidade humana até sua mais plena capacidade, a fim de melhor realçar a criatividade e a operosidade, para utilizar bem instalações e máquinas, e eliminar todo o desperdício (apud LIMA, 2007, p. 119).

A partir da década de 1990 a reestruturação produtiva do capital se desenvolveu intensamente no Brasil, nas condições do cenário mundial de

⁹ Refere-se à mobilização operária organizada em grupos de cinco a dez trabalhadores no local de trabalho, para discutir sobre as dificuldades técnicas do cotidiano de produção, procurando identificar problemas e apresentar sugestões para solucioná-los; na verdade, uma técnica de gestão que manipula o trabalhador.

¹⁰ Técnicas derivadas do sistema de produção Toyota, que trabalham com a capacidade próxima do limite em situação de crescimento estável: hora certa, tempo certo, erro zero.

“especialização flexível” e “acumulação flexível”¹¹. Esse processo deslanchou sendo intensificado “pela *lean production*, pelas formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas”. (ANTUNES, 2007, p. 15)

Em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Antunes (2006) reúne pesquisas realizadas em diferentes lugares do país que mostram teses, hipóteses e idéias, traçando um desenho diferenciado, multiforme e polissêmico, que permitiu recuperar algumas dimensões essenciais do processo de reestruturação produtiva no Brasil contemporâneo e de como isso vem afetando o mundo do trabalho¹². Foi considerada uma rica heterogeneidade (setorial e regional), procurando assim, a melhor compreensão das formas diferenciadas de reestruturação produtiva¹³. O autor mostra que se configura uma realidade em que há uma mistura de elementos do fordismo, ainda vigentes, e elementos dos influxos toyotistas. No capitalismo brasileiro contemporâneo:

(...) enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. *A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão acentuadas e*

¹¹ Segundo Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 29), são duas teses clássicas com as quais se identificam os estudos de sociologia do trabalho no Brasil: “a tese da ‘*especialização flexível*’ que se constituiu como novo paradigma produtivo-industrial e alternativo à produção fordista, e a tese da ‘*acumulação flexível*’ que expõe um novo regime de acumulação (de transição em resposta à crise do fordismo) de caráter mais sistêmico, pois trata do capitalismo e das mudanças estruturais que este vem sofrendo”.

¹² O livro é resultado de um processo de pesquisa coletiva, coordenado por Ricardo Antunes, envolvendo o IFCH/Unicamp, assim como pesquisadores de outras instituições: Unesp (Presidente Prudente e Marília), Universidades Federais de: Acre, Alagoas, Londrina, Santa Catarina e Uberlândia, USP (Ribeirão Preto). São pesquisas realizadas por ele e outros autores como Luciano Vasapollo e Eurenice Lima citados no presente estudo.

¹³ Por exemplo, há uma pesquisa sobre trabalhadores do canto erudito intitulada: *A precarização do trabalho imaterial: o caso do cantor de espetáculo lírico*, de Juliana Coli.

coexistindo com o fordismo (...) quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos. (ANTUNES, 2006, p. 19; grifos nossos).

É isso o que interessa para os capitais nacionais e estrangeiros: essa *mescla* “entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho ‘qualificada’, ‘polivalente’, ‘multifuncional’, apta para operá-los”, porém recebendo salários inferiores e sendo regidas por direitos sociais flexibilizados, como afirma Antunes (2006, p.19). O resultado é um “aumento da super exploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país”.

Todo esse breve apanhado histórico nos ajuda a contextualizar o quadro encontrado em *‘fábrica de manequins’*: uma precarização típica do capitalismo brasileiro e de sua história respaldada pela era da reestruturação produtiva destruidora de direitos.

Na atualidade, o tipo de atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes e multifuncionais. Trabalhador flexível, produto flexível, vínculo flexível. É a flexibilização crescente das relações de trabalho, do poder das instituições sindicais e do coletivo, o que só faz aumentar o mercado de trabalho informal e o desemprego. E “é justamente com essa *flexibilização* imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à *condição de trabalho precarizado*”, como mostra Vasapollo (2006, p. 53).

Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 29) compreendem *flexibilização* como:

(...) um processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemonizado pela esfera financeira, cuja

fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e desta forma, generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho. Nesta fase, a liberalização e liberdade do mercado atingem nível inédito de desenvolvimento. Esse processo mais geral determina e articula a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos, definindo o caráter da reestruturação produtiva mais recente, especialmente no que se refere à estratégia das empresas na adoção de novos padrões de gestão do trabalho (toyotismo, produção enxuta, etc).

Com esse pano de fundo dado pelo referencial dos autores da sociologia geral e da sociologia do trabalho, podemos voltar a um ponto de vista psicanalítico e pensar como as formas de subjetivação estão entrelaçadas nesse panorama.

A flexibilização vai alterando os modos de subjetivação. Nada permanece tudo esvaece. “A vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante”, nas palavras de Bauman (2007, p. 8). Refletir a respeito da condição da subjetividade, na atualidade, exige pensar nos arranjos e negociações subjetivas que o sujeito tece frente a seu desamparo, o que nos remete à caracterização da identidade contemporânea e aos ideais atuais, esclarecendo assim, desdobramentos dessas considerações em relação às novas formas de subjetivação e seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais.

As transformações dos anos 1990 mudaram o padrão de desenvolvimento e as formas de inserção e manutenção no mercado de trabalho, alterando as expectativas sobre o futuro e os projetos de vida daqueles que vivem do trabalho. Mudou-se de uma economia fechada e protegida por um arcabouço legal – os setores estratégicos eram controlados

pelo Estado –, para uma economia aberta e vulnerável à instabilidade da economia globalizada, em que grande parte dos setores estratégicos foi privatizada e desnacionalizada, o que significa dizer que o centro de decisões não atende mais às necessidades da população brasileira, respondendo a interesses alheios, como mostra Borges (2007, p. 82):

(...) passou-se de uma economia com elevado dinamismo no seu mercado de trabalho, com geração contínua de postos de trabalho (bons e ruins), para uma economia que destrói os melhores empregos e gera quase que exclusivamente, postos de trabalho mal remunerados, desprotegidos e em número insuficiente. Com isto o mercado de trabalho brasileiro, estruturalmente marcado pela presença expressiva da informalidade e do subemprego, aprofunda esses traços e a eles agrega elevadíssimas taxas de desemprego aberto e oculto.

Esse quadro é caracterizado por um *processo de precarização estrutural do trabalho*, como mostra Antunes (2007). Os capitais globais exigem a flexibilização da legislação social protetora do trabalho, o que significa aumentar os mecanismos de extração do sobretrabalho e ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, no início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e nos anos de 1930, na Era Vargas, no Brasil.

Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 30) mostram que os debates sobre precarização do trabalho no Brasil referem-se aos impactos e efeitos da flexibilização,

(...) cujas noções que marcam as análises são a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilização dos coletivos, a informalização do trabalho, a fragilização e crise dos sindicatos e, a mais

importante delas, a idéia de *perda* – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão conteúdo à *idéia de precarização, considerada como a implicação mais forte da flexibilização*. (Grifos nossos e das autoras).

A flexibilização e a desregulamentação criam/sustentam uma *condição de trabalho precarizado* visível nas formas de subcontratação, terceirização e *part-time*, segundo Antunes (2007). Há um processo de destruição, portanto, de perda dos direitos conquistados e dos modos de vida estabelecidos. ‘*Fábrica de manequins*’ é uma ilustração disso.

Para Mészáros (2007) há uma manipulação ideológica da flexibilização com o objetivo de mostrá-la como elemento benéfico em detrimento de seu aspecto destrutivo no aumento da exploração da força de trabalho, o que sob o ponto de vista psicanalítico, nos remete à montagem perversa, tendo em vista que se organiza um tipo de laço social que enfatiza um modo de funcionamento que encoraja a avidez pelo poder de uns a custa da submissão de outros. Os laços entre os envolvidos são pautados em leis próprias que se devotam por exercer em nome da ilusão de uma vida social satisfatória, perfeita e completa.

Como mostra Borges (2007, p. 88), desde os anos de 1990, há um discurso dominante nos meios de comunicação, no governo e no meio científico que

(...) exalta o trabalho autônomo, o empreendedorismo e o cooperativismo como alternativas ao desemprego – considerado inevitável – e como formas contemporâneas e mais adequadas ao capitalismo flexível dos dias atuais e igualmente mais vantajosas para os trabalhadores do que o emprego tradicional, porque ofereciam maiores graus de liberdade, de autonomia e possibilidade de ganhos mais elevados.

Em *Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil* (2007, p. 31) é interessante notar que, Thébaud-Mony e Druck demonstram que a literatura da sociologia francesa traz o mesmo conteúdo que os estudos brasileiros a respeito da precarização do trabalho compreendida como processo social:

(...) constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização / subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação de trabalho e previdenciária. *Um processo que atinge todos os trabalhadores, independente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical. (grifos nossos)*

Essa passagem mostra que todo trabalhador está submetido à condição de trabalho precarizado. Isso nos remete ao tópico anterior, a respeito do tema trabalho, em que Antunes (2007), propõe que há uma nova morfologia do trabalho, o que caracteriza uma nova conformação da classe trabalhadora: a *classe-que-vive-do-trabalho*.

A reestruturação produtiva do capital em escala global vem promovendo uma “redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado”¹⁴ e um “aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*” (ANTUNES, 2007, p. 18) como a tercerização, sua principal prática, que em distintas formas evidencia o aumento da desregulamentação do trabalho e do desemprego estrutural, tornando crescente o trabalho ‘informal’.

¹⁴ Visível nas regiões do ABC paulista e de Campinas, por exemplo.

Há uma lógica da locação do trabalho humano de todas as maneiras possíveis e em todas as suas dimensões, que acaba por caracterizar nossa época como a da “informalização do trabalho”. Como diz Antunes (2006, p. 25):

(...) em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, *estamos presenciando a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos assalariados do call center, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo ciberproletariado, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização, pela vivência da precarização*, daquilo que (...) Luciano Vasapollo denominou de *trabalho atípico*. (grifos do autor e nossos).

Essa é a nova morfologia do trabalho, que diz respeito a um trabalho amorfo, liquefeito, sem contorno e definição claros, sustentado na flexibilidade e desregulamentação, que promove a informalização e a vivência de precarização, uma dimensão de perdas relativas ao *mal-estar* no campo do trabalho. Como enfatiza Borges (2007, p. 92):

(...) a diversificação das formas de contratação da força de trabalho necessária ao processo produtivo, ao ampliar os contingentes de trabalhadores submetidos a contratos de trabalho atípicos (informais, ilegais ou cobertos pelas leis que flexibilizam as relações de trabalho), faz com que esse *processo signifique o desmonte real e simbólico do trabalho socialmente protegido*. (grifos nossos).

Pelo exposto, a precarização estrutural do trabalho aumenta os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores ao mesmo tempo em que põe a descoberto uma condição de submissão no trabalho e uma forma de dominação perversa.

A respeito do mal-estar atual e a montagem perversa no campo do trabalho

Vimos que o desamparo (*Hilflosigkeit*) instaura o mal-estar (*Unbehagen*), nas relações entre os seres humanos. Foi isso que Freud desenvolveu em *O mal-estar na civilização* (1930), caracterizando o mal-estar como uma nostalgia do pai e um apelo à sua proteção presentes no sofrimento psíquico. O sujeito está lançado em um mundo sem Deus: o pai falhou e já não é mais uma figura protetora e por isso todo ser humano está exposto à possibilidade da morte e do trauma (condição de desamparo).

Desde *Totem e tabu* (1913) o pai não protege mais seus filhos. O pai real da horda oferecia uma proteção capaz de fazer da filiação um destino, mas, enquanto gozava do poder absoluto e do desfrute de todas as mulheres, aos filhos restava a exclusão da palavra e da sexualidade. Somente com o assassinato do pai, ocorre a passagem da condição de filho para a condição de irmão, ou seja, da condição de uma massa submissa para a condição de sujeito desejante (ou de cidadão) e isso não se dá sem o luto pelo amparo que o pai tirano oferecia. Depois do assassinato do pai, os irmãos estão livres, porém desamparados.

É preciso uma proteção para que os irmãos não se destruam mutuamente, entregues que estão à violência pulsional. Diz Freud (1913/1980, p.172): “O pai morto tornou-se mais forte que o fora vivo.” Para evitar o extermínio, os irmãos se organizam e criam um modo de barrar esse gozo ilimitado: restauram a autoridade simbólica do pai sob a forma da proibição do incesto. A partir de agora cada filho tem direito a todas as mulheres menos à mulher do pai. Freud está nos dizendo da importância do surgimento de uma

instância interditora¹⁵, que visa impedir a satisfação imediata da pulsão e ao mesmo tempo permitir a ligação durável e inevitável do desejo e da Lei, tanto no indivíduo quanto no coletivo. A instauração da função paterna implica em uma instância simbólica mediadora do desejo. Portanto, a função paterna é que garantirá as identificações e, por conseguinte, o corpo-próprio e o mundo subjetivo simbolicamente organizado. Nesse sentido, a função paterna também é mediadora das relações entre o sujeito e a cultura.

Sem a referência a uma Lei simbólica, segundo Freud, nenhuma cultura é concebível. O parricídio institui a função paterna na origem da humanidade e implica a necessidade de uma referência externa a essa Lei, que se manifestará na 'organização social, nas restrições morais e na religião', portanto, na necessidade de instituições sociais. Não há sociedade sem um sistema de repressão coletivo, sem um sistema de parentesco, de regras de aliança e filiação. A organização social é uma nova versão da Lei paterna. Entretanto, Freud deixa-nos a mensagem de que o advento do social teria nascido de um crime cometido em conjunto, do qual a humanidade jamais se libertaria. Em *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1930), Freud retoma o tema de *Totem e tabu* (1913), enunciando que o sujeito está lançado em um mundo sem garantias sobre o existir e o futuro.

O mal-estar na civilização (1930) é considerado um ensaio crítico de Freud voltado à modernidade e não à civilização no geral, como demonstram Birman (1997, 2001) e Bauman (1998). Não poder contar mais com a figura do pai idealizado e protetor, o Deus todo-poderoso, constitui-se em um dos maiores problemas do homem moderno para Freud.

¹⁵ Ideal do eu e supereu articulados à função paterna.

A leitura freudiana do mal-estar na civilização faz contraponto e se complementa com o pensamento de outros autores em campos diferentes a respeito da modernidade, como indica Birman (2001, p.229), em relação a Heidegger, que caracterizou a modernidade como a figura da *morte de Deus*, retomando a filosofia de Nietzsche e, também, Weber que considerou o desencantamento do mundo como a marca da modernidade, o *esvaziamento dos deuses* e a *racionalização* crescente.

Esses horizontes teóricos tão diversos revelam que “a construção da modernidade implicou a produção do desamparo, sendo este o mal-estar fundamental sublinhado pelo discurso freudiano”. (BIRMAN, 2006, p.50) Nesse quadro, o desamparo é efeito da modernidade e o seu constante crescimento é o preço que pagamos por termos apostado no projeto moderno. O mundo moderno é por excelência o mundo da experiência do desamparo, tendo em vista que para as subjetividades ele é resultado de uma mudança radical no ser do sujeito no mundo¹⁶.

Recordemos que é a identificação integrada à formação do ideal do eu que articula o funcionamento dos indivíduos nos grupos e das instituições. É essa dupla espécie de vínculo (‘a identificação e a colocação do objeto no lugar do ideal do eu’) que regula a ação política e o exercício do poder. E para Freud a essência real da questão é: “*se o objeto é colocado no lugar do eu ou do ideal do eu*” (FREUD, 1921/1980, p.144). Portanto, a construção dos laços sociais é um efeito da problemática do indivíduo em relação aos ideais e às identificações, ou seja, em relação à alteridade. Entretanto, quando os vínculos de uma sociedade são constituídos, principalmente, pela identificação dos seus

¹⁶ Cf. Birman, 1997 e 2001; Menezes, 2006 e 2008.

membros uns com os outros, sem que um ideal comum tenha a importância que lhe deveria caber na formação de um grupo, corremos o perigo da massificação das identidades, como nos adverte Freud (1930/1980, p.138):

Além e acima das tarefas de restringir as pulsões, para as quais estamos preparados, reivindica nossa atenção o perigo de um estado de coisas que poderia ser chamado de *'pobreza psicológica dos grupos'*. Esse perigo é mais ameaçador onde os vínculos de uma sociedade são principalmente constituídos pelas identificações dos seus membros uns com os outros, enquanto que indivíduos do tipo de um líder não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação de um grupo.

Na contemporaneidade, o sujeito forja uma identidade imaginária em que, nas identificações imaginárias, parte de si para si mesmo, tendo, como consequência, uma referência autônoma e independente da maneira como é visto pelo outro. Os indivíduos manifestam capacidades psíquicas reduzidas. A 'miséria psicológica' é a miséria de suas vidas sexuais fragmentadas, parciais. Nestes casos, há uma massificação das identidades porque na conformação das instâncias identificatórias há um predomínio das formações do eu ideal sobre as do ideal do eu: a alteridade cede lugar para o narcisismo. Em outras palavras, a subjetividade descentrada dá lugar à subjetividade autocentrada, acabando por configurar modos hegemônicos de produção de subjetividade¹⁷.

No contexto da 'modernidade líquida', a infixidez e o desenraizamento são aspectos pouco férteis na constituição de uma identidade individual que consiga retificar as consequências do processo de desencaxe dos sistemas

¹⁷ Cf. Birman, 2001; Menezes, 2006 e 2008.

sociais gerados pela modernidade¹⁸. Os ‘eus’ estão flutuantes e à deriva do desamparo.

Como desenvolvi em *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006), face às exigências dos ideais da cultura contemporânea – o autocentramento e o excesso de exterioridade –, o sujeito responde no regime da idealização do eu (narcisismo) correndo o perigo de se perder no lugar do *Hilflosigkeit*.

O autocentramento absoluto do sujeito se expressa no individualismo em seu limite máximo e se apresenta sob a forma da “*estetização da existência*, na qual o que importa para individualidade é a exaltação gloriosa do próprio eu”. (BIRMAN, 2001 p.166). Porém, o autocentramento do sujeito não permite se descentrar de si mesmo, impossibilitando a admiração do outro na sua diferença. Essa é a característica fundamental da subjetividade na cultura contemporânea, uma subjetividade que privilegia processos psíquicos narcísicos, ou seja, a idealização da onipotência do eu (eu ideal), e que se transforma em terreno fértil para o desenvolvimento da violência e da criminalidade, formas de expressão do mal-estar atual.

As formas corriqueiras de predação do corpo do outro são a evidência do autocentramento no registro do sexual. A manipulação do corpo do outro se constitui como técnica de existência para a individualidade, como forma privilegiada para exaltação de si mesmo. Escreve Birman (2001, p.167):

Por meio da predação, o sujeito empreende também a estetização de seu eu, por um outro viés, polindo seu brilho pelo cultivo infinito da admiração do outro. Constitui-se aqui a

¹⁸ Sobre os processos de desencaixe, veja Guiddens em *As consequências da modernidade* (1991).

manipulação do outro como técnica de existência para a individualidade, maneira privilegiada para a exaltação de si mesmo. Com efeito, para o sujeito não importam mais os afetos, mas a tomada do outro como objeto de predação e gozo, por meio do qual se enaltece e glorifica. (Grifos nossos)

O autor não identifica a noção de autocentramento do sujeito com a noção de sujeito dentro-de-si, mas fora-de-si. Para Birman (2001, p.170) “o que caracteriza o autocentramento da subjetividade na cultura do narcisismo é justamente o excesso de exterioridade”. Deparamo-nos com uma

... nova modalidade de sujeito fora-de-si que não é representada pelo modelo da psicose¹⁹. (...) o sujeito autocentrado é efetivamente fora-de-si, pois é exterioridade por excelência. (...) Em relação ao passado recente, vivemos uma situação inversa, em que o fora-de-si como autocentramento do sujeito é valorizado socialmente²⁰ e não excluído, como no caso da psicose. Uma inversão fundamental se operou, uma migração de posições aconteceu no campo social, pois agora o sujeito fora-de-si, em sua nova modalidade, é socialmente integrado e investido. Trata-se de uma forma de subjetividade fora-de-si (...) uma *forma perversa de existência*, isto é, justamente o contrário da existência da psicose. Estamos aqui no fundamento da inversão que se processou, já que a perversão ocupa o lugar da psicose, mas, diferente desta, a perversão é legitimada e valorizada socialmente. (BIRMAN, 2001, p. 171)

Nesse cenário, o desejo assume uma característica autocentrada, em que a intersubjetividade vai sendo esvaziada de trocas humanas. Isso é facilmente perceptível quando detectamos que, na atualidade, a *solidariedade* enquanto valor está em baixa. A alteridade se fundamenta em que o sujeito humano reconheça o outro na sua singularidade. Mas, se o sujeito

¹⁹ Como modelo de alienação mental do século XIX, em que o sujeito fora-de-si era desvalorizado e excluído socialmente.

²⁰ Quando o sujeito não é assim, tende a ser recusado pela sociedade como é o caso dos deprimidos, daqueles tomados pelo pânico ou que sofrem de um excesso de interiorização. Estes tipos de manifestação da subjetividade constituem-se no ‘excluído social’, aquele que não é capaz de responder às exigências do ‘tipo psicológico ideal atual’, conforme trabalhado no estudo, *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade* (2006), Menezes.

contemporâneo só enxerga a si mesmo, o outro é apenas um objeto a ser usufruído. Se o que interessa é o engrandecimento da própria imagem, o outro é, simplesmente, um meio para incrementar a autoimagem e quando não servir mais a esse propósito, pode ser descartado como um objeto qualquer sem mais função alguma. Se o outro é obstáculo, basta eliminá-lo. A vida torna-se algo banal. Hoje, a morte e o assassinato são triviais no cotidiano. Vivemos numa época em que a crueldade e a indiferença são práticas corriqueiras.

Lembremos que a psicanálise freudiana, ao tratar da constituição do sujeito nos laços sociais, vai considerar a questão de poder. Trata-se aqui, das formas destrutivas de poder de que falamos no início deste capítulo, que encaminham as subjetividades para o polo do narcisismo, para o registro do eu ideal e do amor de si, prejudicando o registro da alteridade, do ideal do eu / supereu e do amor do outro. Em decorrência disso, desenvolve-se um tipo de laço social que privilegia o funcionamento perverso, tendo em vista *a coerção a negar a alteridade do outro e o dever de instrumentalizá-lo*²¹.

De maneira esquemática, a teorização da perversão na obra freudiana pode ser compreendida a partir da organização de *três momentos essenciais*, como sugerem Ferraz (2000) e Chasseguet-Smirgel (1987). No *primeiro momento*, marcado, principalmente, pelo modelo “as neuroses são, por assim dizer, o negativo das perversões” (FREUD, 1905/1980, p.168), o perverso

²¹ Cf. Fleig, 2008; Szpacenkopf, 2003; e Peixoto Jr., 1999, cujas obras têm em comum os estudos de Contardo Calligaris, em especial: *Recherche sur la perversion comme pathologie sociale – La passion de l’instrumentalité*, Thèse pour le Doctorat, Nouveau Régime em Lettres et Sciences Humaines, Université de Provence Aix-Marseille I, 1993 e “A sedução totalitária”, in *Clínica do social*, São Paulo: Escuta, 1990. À exceção de Fleig, que trabalha com as idéias de Charles Melman em *A lógica da perversão*, 2007 (entrevista no apêndice do livro) e em “Le pervers suprême”, in *Qu’appelons-nous perversion?* Paris: Chiers de l’Association Freudienne Internationale, 1999, Szpacenkopf e Peixoto Jr. utilizam os trabalhos de Jurandir Freire Costa, principalmente, “Psiquiatria burocrática – duas ou três coisas que sei dela”, in *Clínica do social*, São Paulo: Escuta, 1990.

atuaria as fantasias pré-genitais que o neurótico recalca. Nesse sentido, a sexualidade do perverso não seria uma aberração, mas a manifestação daquilo o que se encontra latente em todos os seres humanos. A perversão seria a manutenção da disposição perverso-polimorfa da sexualidade infantil na vida adulta. No adulto perverso, uma das pulsões parciais assumiu a predominância e, desse modo, um eixo pré-genital organiza sua vida sexual tanto quanto a primazia da genitalidade domina a sexualidade de um neurótico. A diferença com a sexualidade de uma criança é a ausência dessa organização pulsional: “todos os componentes pulsionais possuem iguais direitos, cada um dos quais seguindo seus próprios rumos na busca do prazer.” (FREUD, 1917/1980, p.378)

Em um segundo momento, a teorização freudiana da perversão se relaciona com o complexo de Édipo e a dinâmica das identificações. Em ‘Uma criança é espancada’: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919), Freud reforça a idéia da gênese da perversão em uma fixação da libido, de modo que um de seus componentes teria se desenvolvido precocemente e, portanto, conservado sua forma infantil. Se esse componente for recalcado ou sublimado a perversão infantil não persiste na vida adulta. O Édipo seria o ‘complexo nuclear’ tanto das neuroses quanto das perversões. Esse modelo da perversão vai sendo aprofundado a partir de 1920, com a teorização da pulsão de morte e o aprimoramento da teorização da problemática edípica²². Ferraz (2000, p.30) chama atenção para este momento da teorização freudiana da perversão, em que “vai se tornando visível a

²² Conforme Freud em *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade* (1923); *A dissolução do Complexo de Édipo* (1924a); e *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925).

estranha lógica existente na ligação entre o erótico e o terrorífico nas perversões, tema consagrado, em 1924, no artigo *O problema econômico do masoquismo*”.

No terceiro momento, definitivo na teoria freudiana, a perversão é associada à recusa (*Verleugnung*) da castração e à noção de clivagem do eu, conforme Freud em *Fetichismo* (1927a) e *A divisão do eu nos processos de defesa* (1940a[1938]), respectivamente. No primeiro artigo, Freud (1927a/1980, 179-80) explica que “o fetiche é um substituto para o pênis”, não para um pênis qualquer, mas para o pênis da mãe que outrora a criança acreditou que existia e que não quer abandonar. Portanto, “o menino se recusou a tomar conhecimento do fato de ter percebido que a mulher não tem pênis”. O que Freud mostra é que o menino abandona e ao mesmo tempo conserva uma crença: a universalidade do pênis (do falo).

O fetiche se destina a preservar o pênis da extinção: “Permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela. Também salva o fetichista de ser homossexual, dotando as mulheres da característica que as torna toleráveis como objetos sexuais.” (FREUD, 1927a/1980, p.181) O fetichista conserva uma atitude infantil ao perpetuar duas atitudes opostas (a recusa e o reconhecimento da castração na mulher), que se ajustam à realidade exterior e persistem lado a lado sem que uma anule a outra, o que é possível ao preço de uma ‘fenda no eu’²³. “Essa maneira de lidar

²³ Segundo Freud (1940a[1938]), a clivagem do eu é um mecanismo presente mesmo no modo de funcionamento neurótico. Como enfatizam Laplanche e Pontalis (1986), a clivagem é um processo que deve ser distinguido de outro que se dá por qualquer recalçamento neurótico. Na clivagem do eu coexistem dois tipos de defesa (é uma cisão intrassistêmica) diferente de um conflito entre o eu e o id (uma clivagem entre instâncias). Outra diferença é que uma das defesas do eu incide na realidade exterior: a recusa de uma percepção. Nesse sentido, a diferença do mecanismo de clivagem na psicose e na neurose, como mostra Ferraz

com a realidade”, escreve Freud (1940a[1938], p.311), “quase merece ser descrita como astuta.”

A oscilação entre o desmentido da realidade e sua aceitação encerra o perverso em uma falta não simbolizável que o condena ao trabalho psíquico inesgotável de negar a castração da mãe, passando sua existência a provar tal convicção contraditória. O perverso não aceitou o ditame da castração e da Lei do pai, não se submetendo a ela. A saída para a angústia de castração só é possível sob a forma de transgredi-la continuamente.

A castração, em relação ao Édipo, ao mesmo tempo em que impõe uma lei, expõe uma falta e permite o acesso do indivíduo ao mundo simbólico. A função *princeps* da castração simbólica é instituir uma função estruturante para o psiquismo da criança. A castração tem seu impacto no narcisismo: na medida em que a criança considera o falo parte da imagem do eu, a ameaça ao falo põe em risco essa imagem e tira sua eficácia da conjunção entre a predominância do falo e a ferida narcísica, como esclarecem Laplanche e Pontalis (1986). Dessa maneira, na angústia de castração está em jogo um elemento de perda, de separação de um objeto: o seio, a mãe, as fezes, o pênis.

Uma mãe, que dirige seus desejos para outros objetos (que não somente a criança), permite a entrada do pai em cena, produzindo um limite, um corte nessa relação dual (criança/mãe), ou seja, promove a castração. A castração atua duplamente: ao mesmo tempo em que priva a criança de ter sua mãe, priva a mãe do objeto de seu desejo. Em outras palavras, a criança

(2000), diz respeito a uma diferença quantitativa: na primeira, a maior parte do eu se desliga da realidade, enquanto que na segunda, coexistem as duas atitudes opostas à castração, sendo esta a sua característica marcante.

controla o fato de não ser, exclusivamente, o objeto de desejo da mãe, para aventurar-se como sujeito humano, ao designar, simbolicamente, sua renúncia ao objeto perdido. Dessa maneira, a castração escancara uma falta fundamental no sujeito – tanto na criança quanto na mãe, na medida em que nem a criança nem a mãe são completas. A lei intermediada pelo pai (ou quem cumpre a função paterna) é o momento de acesso ao simbólico porque a criança, por meio dessa operação, pode exercer um controle sobre o objeto perdido.

A recusa da castração implica a recusa da diferença, do outro, da alteridade. Essa dinâmica causa uma confusão na criança que não consegue abandonar a posição do ‘ser ou não ser o falo’ em benefício da posição de ‘ter ou não ter o falo’. A aderência ao fantasma da mãe fálica não permite a criança diferenciar entre renunciar ao objeto primordial de seu desejo (a mãe) e renunciar ao seu próprio desejo, tendo em vista que não se aventura na experiência da castração. No futuro perverso a aposta na universalidade dos sexos se revelará nas estratégias narcísicas de domínio do outro, no constante agir caracterizado pelo *desafio a lei e a sua transgressão*²⁴.

Recordemos que os objetivos sexuais individuais precisam ser, em parte, renunciados em nome das exigências da coletividade, da manutenção da civilização. Cada um deve descobrir por si soluções para lidar com suas pulsões seja na ilusão, na religião, na sublimação, seja na criação de laços sociais que podem estar a serviço da manutenção de um gozo ilimitado.

²⁴ Sobre a lógica estrutural do processo perverso, em especial, a questão do desafio e da transgressão, ver Dor em *Estrutura e perversões* (1991); e Menezes em *A lei imperativa do desejo* (1998).

Sobre a perversão como laço social, Szpacenkopf (2003, p.138-41) explica que a ênfase está na

(...) forma de engrenagem com que os parceiros funcionam não importando a chamada patologia de cada um. Aí a dessexualização faz com que os laços sociais obedeçam a uma exigência de funcionalidade, de “serviço comum a um saber partilhado”, de uso de semblante a ser gerido, incluídos numa cena e fazendo parte de uma montagem (...) que não existe sem os elementos que a constituem.

A manipulação do outro como técnica de existência, o triunfo da instrumentalização, só é triunfo se os parceiros funcionarem como instrumentos desta técnica. Em consequência disso, a subjetividade vai sendo reduzida à instrumentalização, estando mais em função da pulsão de agressão, mais especificamente da pulsão de domínio, da vontade de poder. Como disse Freud (1933/1980, p.131), “realmente parece necessário que destruamos alguma outra coisa ou pessoa, a fim de não nos destruirmos a nós mesmos, a fim de nos protegermos contra o impulso de autodestruição”.

Peixoto Jr. (1999, p.270-1) enfatiza que:

Basta um mínimo de instrumentalização dos sujeitos, com a consequente redução de suas possibilidades simbólicas, para que a relação perversa se instale, na medida em que eles passam a emprestar seus bens (seus corpos e seus nomes) para o gozo de um outro. *E basta que este gozo se torne um sistema de regulação social para que a perversão ganhe o impulso em direção ao seu estabelecimento como política.* (Grifos nossos).

Temos aqui elementos suficientes para sustentar *a hipótese de que as relações que se estabelecem em uma cadeia produtiva, mais especificamente, entre as grandes empresas com seus fornecedores, como é o caso de ‘fábrica*

de manequins', revelam uma montagem perversa, tendo em vista que são laços que enfatizam uma forma de funcionamento pautada em leis próprias, em que os envolvidos se devotam por exercer em nome da ilusão de uma vida social satisfatória, perfeita e completa. Uma tentativa de fazer funcionar um sistema sem falhas.

O universo gerencialista, como mostra Gaulejac (2007, p.121, 99), “promete um ideal sem limites: zero de atraso, zero de falha, zero de papel, qualidade total, etc.. Nesse contexto, não é mais normal ser limitado”, o que, do prisma psicanalítico, aproxima-se do ‘jeito perverso de ser’. No poder gerencialista, o poder do chefe é substituído pelo poder do *expert* (o astuto). “As ordens e proibições são substituídas por procedimentos e por princípios interiorizados e conformes à lógica da empresa.” O poder gerencialista guarda uma ambiguidade permanente que, segundo o autor:

Reside na defasagem entre as intenções anunciadas de autonomia, de inovação, de criatividade, de desabrochamento no trabalho, e a aplicação de dispositivos organizacionais, produtores de prescrição, de normalização, de objetivação, de instrumentalização e de dependência. (GAULEJAC, 2007, p.100.)

Nos laços entre ‘*fábrica de manequins*’ e seus “clientes” (*shoppings*; lojas de roupas) prevalece a pressão pela redução de custos, as leis do ‘mercado livre’ dominado pelas empresas que detêm o capital e funcionam segundo a lógica da gestão gerencialista, que se preocupa antes de tudo em “canalizar as necessidades dos clientes sobre os produtos da empresa e de transformar trabalhadores em agentes sociais de desempenho. O trabalhador é

considerado se for rentável. O cliente é rei se for solvível”. (GAULEJAC, 2007, p.50)

A partir do que foi exposto, podemos dizer que na lógica gerencialista o contrato funciona no registro da perversão. Trata-se de modalidades de satisfação ávidas pelo domínio, com ânsia de um poder absoluto, caracterizadas pelo acúmulo, excesso e usufruto do outro, o que acaba levando a uma forma precarizada de produção e das condições de trabalho que expõem o trabalhador a alto risco de adoecimento e morte precoce como prática cotidiana, evidentes na condição servil do *‘trabalhador manequinizado’*. Portanto, nessa montagem, *‘fábrica de manequins’* é relegada à posição de submissão.

Peixoto Jr. (1999, p.271) esclarece que a encenação específica sem a qual o perverso não goza pode se realizar no contexto dos vínculos sociais de modo que o

(...) fetiche enquanto garantia contra a angústia pode ser representado (...) por um bastão de comando. (...) Existem formas ocultas da perversão social onde o véu que recobre o falo transformado em fetiche pode adquirir a forma da massa ou do grupo; os exemplos do nazismo e do fascismo são suficientes para comprovar esta tese.

De forma mais diluída, também faz parte deste rol a propaganda nossa de cada dia, que incita a consumir qualquer objeto que obture a falta (objeto idealizado).

Constitui-se, assim, um tipo de manipulação do poder que se dá por meio de mecanismos de dominação perversa observáveis na esfera pública, por meio de “formações sociais que incidem sobre os sujeitos, apagando

diferenças e impedindo a plena manifestação de suas múltiplas subjetividades”.
(PEIXOTO JR., 1991, p.255)

A respeito da dominação perversa, Helsinger (2004, p.224) observa que reúne

(...) argumentos de dominação legitimados por diversas razões econômicas, sociais, políticas, religiosas, raciais [que] indicam mecanismos repetitivos de opressão, exploração e escravidão nos quais os dominados têm de servir ao dominador por bem ou por mal. Independentemente das relações de tensão, com revoltas, protestos, rebeliões, resistências várias, o que prevalece neste jogo perverso é o *domínio*, o triunfo, a posse, custe o que custar (...). Estes tipos de dominação perversa realmente aparecem quase sempre com argumentações semelhantes. Seja um perverso sádico, assassino, estuprador, (...) seja em totalitarismos, ditaduras, empresas legais, superglobais, capitalistas diante de suas rivais competidoras, grupos de narcotráfico e máfias hoje globalizadas com seus opositores, assim como elites econômicas, políticas, com seus explorados subalternos.

Podemos pensar que no campo do social a dominação perversa articula uma dominação política com uma dominação do sujeito. A dominação perversa pode ser compreendida como um mecanismo de manipulação do poder que sustenta a montagem perversa, por meio de uma estratégia que procura desarticular as respostas do dominado para sua condição de submissão, como ocorre no nível das relações intersubjetivas na cadeia produtiva (*‘fábrica de manequins’* e clientes) situação desvelada pelas condições de trabalho na pequena fábrica.

É preciso evocar a mensagem de Freud de que o enfrentamento da condição de desamparo é fundamental para o desenvolvimento psíquico e para manutenção da civilização²⁵. Para viver as pessoas procuram destinos para

²⁵ Conforme Freud, especialmente, em *Inibições, sintomas e angústia* (1926); *O mal-estar na civilização* (1930); e *Análise terminável e interminável* (1937).

seu desamparo sejam destinos criativos (sua aceitação), sejam destinos funestos (seu evitamento).

A negação da condição de desamparo se dá tanto pelas formas de subjetivação que, segundo Birman (2006), supondo triunfar sobre a condição de desamparo, alimentam-se do horror do outro, acreditando assim poder dominar tal condição, como por aquelas formas de subjetivação que, acreditando se proteger contra o horror do desamparo, privilegiam as experiências do assujeitamento ao outro. O perigo maior está na aliança que encontra eco contra o desamparo, como ocorre na montagem perversa, de modo que esse mecanismo é uma forma de evitar o confronto com o desamparo.

Do ponto de vista metapsicológico, *'fábrica de manequins'* pode ser considerada como uma ilustração, de um dos efeitos da ameaça de uma situação traumática em que a subjetivação torna-se um processo de sujeição. O lugar de assujeitado e submetido é a possibilidade subjetiva oferecida aos *'trabalhadores manequinizados'*, na montagem perversa. Desse modo, o circuito pulsional na pequena fábrica diz respeito ao *masoquismo como figura da servidão*, em que a questão em primeiro plano é a posição de assujeitamento e humilhação na relação com o outro e não o prazer com a dor, como desenvolvi em estudo anterior (MENEZES, 2006 e 2008). A dor é uma consequência da posição servil e submissa diante do outro e não um objetivo a ser alcançado. O objetivo, na verdade, é se proteger do desamparo, do abuso arbitrário e cruel do outro,

A circulação do desejo em *'fábrica de manequins'* caracteriza-se à semelhança do aprisionamento e submissão à figura da mãe fálica, onipotente,

não-faltante, tendendo ao registro da onipotência primordial, ao regime do narcisismo e do eu ideal. Trata-se de um modo de funcionamento que tende, na perspectiva da metapsicologia freudiana, para uma configuração perversa. Quando um sujeito se encontra submetido a uma condição deste tipo, resta-lhe a miserabilidade da posição masoquista na economia libidinal, possibilidade oferecida ao *trabalhador manequinizado* como modo de suportar a forma precarizada de produzir e a condição de risco grave à saúde como práticas cotidianas. Pelo menos no âmbito da fábrica, o circuito pulsional tem esta tendência.

Recordemos que na contemporaneidade há um predomínio das formações do eu ideal (narcisismo) sobre as do ideal do eu (alteridade). As subjetividades contemporâneas se caracterizam pela fragilidade dos mecanismos simbólicos que poderiam nos proteger e, nesse sentido, estamos expostos, em maior ou menor grau, à ameaça de traumas regulares, caracterizando-se o mal-estar contemporâneo pelo excesso pulsional e pela fragilidade de simbolização.

Como enfatiza Birman (2006, p.53):

(...) o mal-estar na atualidade assume uma direção marcadamente perversa. Com efeito, se considerarmos a dimensão *traumática* que o desamparo do sujeito assume nas condições atuais do mal-estar na civilização, as modalidades perversas de construção psíquica são as formas por excelência pelas quais o sujeito recusa a sua condição de desamparo, uma vez que não consegue constituir destinos eróticos e sublimatórios para este.

Nesse quadro, podemos depreender uma leitura da precarização do trabalho como uma das expressões do mal-estar atual, que assume uma direção marcadamente perversa.

No mundo atual desencantado e sem Deus o desamparo do sujeito tornou-se agudo, assumindo formas radicais²⁶. Frente a isso, o sujeito pode privilegiar arranjos e negociações subjetivas que buscam o evitamento do desamparo, como a violência, a servidão e o masoquismo, modos de subjetivação privilegiados na montagem perversa, assim como *'fábrica de manequins'*, evidencia a servidão como um dos modos de subjetivação no complexo processo da precarização do trabalho.

²⁶ Como é o caso do pânico, por exemplo, que irrompe quando o sujeito se depara com o abismo terrífico da experiência do vazio, com a total falta de garantias de ser e estar no mundo, com a ausência de um ideal protetor ilusório que garanta a estabilidade do mundo (psiquicamente organizado); é a descoberta do desamparo com terror.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta geral deste estudo foi examinar como o referencial psicanalítico freudiano poderia colaborar na abordagem do fenômeno da precarização do trabalho, presente na contemporaneidade. Em consequência disso, o objetivo principal foi investigar os modos de subjetivação que ocorrem na precarização do trabalho, no contexto da realidade brasileira atual. Para tanto, procurou-se estabelecer um diálogo na interface psicanálise, saúde e trabalho, interlocução complexa, em função dos limites que cada discurso impõe, mas rica e intrigante, tendo em vista os caminhos percorridos e os achados surpreendentes. No manejo simultâneo das distintas vertentes teóricas criou-se uma dança espiral que, no enlaçamento destas diferentes vertentes com o repertório psicanalítico dominante neste trabalho, propiciou subsídios para minha observação psicanalítica.

A partir da observação psicanalítica de *'Fábrica de manequins'*, procurei transformar aspectos do trabalho diário da Vigilância em Saúde do Trabalhador - VST em uma pesquisa comunicável. Dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade, e recuperando o fundamento do método psicanalítico na sua dimensão de extensão, foi possível transmitir uma investigação psicanalítica sobre o fenômeno social da precarização do trabalho. Esta característica, somada ao pressuposto metodológico básico da VST, que é a abordagem interdisciplinar, tornou legítima a contribuição da psicanálise na análise da relação da saúde com o processo de trabalho. Tendo em vista que a saúde foi contextualizada como um processo social, referindo-

se ao sujeito implicado como ator na cena, a saúde do trabalhador pode ser considerada como um dos efeitos dos modos de produção de subjetividade na atualidade.

Na análise da organização do processo produtivo na pequena fábrica, encontramos uma forma precarizada de produzir, em consequência disso, uma condição de risco grave à saúde do trabalhador, o qual está exposto a riscos físicos, químicos, biológicos, biomecânicos, de acidentes, riscos sociais e riscos para saúde mental. Toda a produção dos manequins está estruturada de tal forma que o trabalhador fica submetido a uma condição de trabalho com exposições múltiplas, que podem levar a perda da saúde e morte precoce. Soma-se a isso, o fato da área de conforto ser uma extensão da produção, o que, ao contrário de propiciar proteção e segurança para o trabalhador, transforma-se na disseminação do risco para fora da empresa: para seu domicílio e para o meio-ambiente, assim como ocorre com o destino inadequado dos resíduos industriais.

A condição de risco, encontrada na pequena fábrica, foi caracterizada como uma *banalização do risco*, tendo em vista que o processo de risco à saúde do trabalhador se transformou em prática cotidiana, o que, infelizmente, é característica da nossa sociedade na atualidade, de modo que pode tender a naturalizar-se no imaginário social. Esse quadro, quando remetido ao conceito de cadeia produtiva, reforçou a idéia de que a banalização do risco pode ser compreendida como um dos efeitos da precarização do trabalho no Brasil, tendo em vista que esta é uma realidade, conforme se caminha para o final da cadeia.

Sob a lente da psicanálise, a questão da ‘naturalização’ do risco no ambiente de trabalho, revelou uma posição de *submissão do trabalhador* a uma condição de trabalho precarizada, que lhe foi imposta pela maneira como está estruturada a organização do trabalho.

No decorrer deste estudo, pudemos mostrar que as condições de trabalho encontradas na ‘*Fábrica de manequins*’, assim como a situação da banalização do risco à saúde do trabalhador, a ausência de vínculo trabalhista e os baixos salários, representam aspectos do complexo processo de precarização do trabalho, que como vimos é um processo de perda constante e tendencial de direitos conquistados e dos modos de vida estabelecidos, assim como das condições de saúde e de trabalho, que se degradam dados os constrangimentos e a lógica do capital. Por estas questões, a precarização do trabalho é considerada a implicação mais proeminente da flexibilização, que aliada à desregulamentação sustenta uma condição de trabalho precarizado visível, principalmente, nas formas de subcontratação e terceirização, tão bem ilustradas pela pequena fábrica.

O breve apanhado histórico, realizado nesta pesquisa, propiciou a contextualização do quadro encontrado na ‘*Fábrica de manequins*’ como uma precarização típica do capitalismo brasileiro e de sua história respaldada pela era da reestruturação produtiva destruidora de direitos. A partir da proposta de Carvalho Franco (1969), na compreensão da escravidão como instituição submetida a outras determinações que lhe deram sentido, que não o princípio unificador do sistema social, foi possível esclarecer que a situação econômica é o elemento articulador da sociedade brasileira, em que a categorização dos indivíduos se deu pela diferenciação social fundada na situação econômica e

na atividade lucrativa, que determinavam a posição ocupada na escala do poder e do prestígio.

Foi possível desenvolver que, na atualidade, os modos de organização do trabalho reeditam, sob outras formas de dominação, a sujeição anteriormente existente e, nesse sentido, a precarização do trabalho redefine de certa forma a velha precarização do Brasil Colônia, como ilustra o caso da *'fábrica de manequins'*.

Se sob o ponto de vista sócio-histórico, o processo da precarização do trabalho aumenta os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, sob o prisma psicanalítico, favorece, estimula e intensifica uma condição de submissão no trabalho e uma forma de dominação perversa.

O Brasil contemporâneo parece um 'caleidoscópio do tempo' em que se mesclam e distinguem o passado e o presente, formas de vida e de trabalho, que segundo Breilh (1991) determinam o padrão de saúde, de adoecer e de morrer, os modos de ser e de pensar. Como nos mostrou Ianni (2004, p.63):

O Brasil Moderno ao mesmo tempo em que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região. O país parece um mapa simultaneamente geográfico e histórico, contemporâneo e escravista, republicano, monárquico e colonial, moderno e arqueológico. Toda sua história está contida no seu presente, como se fosse um país que não abandona e nem esquece o pretérito; memorioso.

A afirmação desse autor de que "é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças", nos deu subsídios para sustentar que, do ponto de vista psicanalítico, esta herança produz efeitos nas subjetividades como a re-atualização do mecanismo perverso e de um modelo

identificatório do *domínio*, expressos no caso da '*Fábrica de manequins*'. Um dos resultados é a produção de formas de subjetividade marcadas pela passividade, evidente na submissão do *trabalhador manequinizado* a uma condição de trabalho precarizada como prática cotidiana e na naturalização da servidão.

O trabalho em '*Fábrica de manequins*' aparece fortemente marcado como uma questão de sobrevivência, expressando uma sujeição à necessidade, em que o trabalhador vai perdendo a modalidade '*bios*', ficando reduzido à modalidade '*zoé*', ao labor, à pura vida biológica, a um '*trabalhador manequinizado*'.

A captura do sujeito na sua sobrevivência é fruto das estratégias de poder na contemporaneidade, como a racionalização e extração do tempo, que buscam incidir sobre o sentido da vida. Por meio do mecanismo de dominação perversa, tais estratégias tendem a criar condições para um impedimento da ação política, procurando desarticular as respostas do sujeito para sua condição de submissão, lançando-o no abismo do desamparo. Desse modo, abala a experiência compartilhada e empobrece a sexualidade, tendo em vista que o destino erótico do sujeito vai se reduzindo à passividade e à submissão, como se tornou evidente nos '*trabalhadores manequinizados*'.

A partir de uma direção teórica de leitura, que enfatiza a dimensão da política e do poder no discurso freudiano, foi possível mostrar que a regulação política do espaço social tem como correlato psíquico a relação do sujeito com suas fontes de prazer e de gozo, portanto, da circulação das pulsões e do desejo. Pudemos compreender o processo da precarização do trabalho como um dos efeitos da pulsão de agressão voltada para fora, mais especificamente,

como pulsão de domínio ou ‘vontade de poder’, uma forma de manifestação da perversão no espaço social. Esta articulação metapsicológica fundamentou a hipótese de que *‘fábrica de manequins’* expressaria um dos efeitos da montagem perversa, no âmbito do trabalho, marcada pelo viés da servidão.

Vimos que a inclinação agressiva inata, originária e autônoma nos seres humanos pode não conseguir encontrar satisfação no mundo externo e se retrain, aumentando a quantidade de autodestrutividade. Nesse sentido, alerta Freud (1933), com o objetivo de se proteger contra o impulso de autodestruição, parece necessário destruir alguma outra coisa ou pessoa e seria este o mecanismo de base da perversão social. A ação da pulsão de morte seria a mola propulsora da perversão.

Ao tratar das formas destrutivas de poder que encaminham as subjetividades para o polo do narcisismo, para o registro do eu ideal e do amor de si, prejudicando o registro da alteridade, do ideal do eu/supereu e do amor do outro, desenvolve-se um tipo de laço social que privilegia o funcionamento perverso, tendo em vista a coerção a negar a alteridade do outro e o dever de instrumentalizá-lo. A recusa da castração está assim, implicada na recusa da diferença, do outro, da alteridade.

A manipulação do outro passa a ser uma técnica de existência. Entretanto, o triunfo da instrumentalização só é triunfo se os parceiros funcionarem como instrumentos desta técnica. Em consequência disso, a subjetividade vai sendo reduzida a instrumentalização, estando mais em função da pulsão de agressão, mais especificamente, da pulsão de domínio ou da vontade de poder.

Este contexto tornou pertinente a hipótese de que as relações que se estabelecem em uma cadeia produtiva, mais especificamente, entre as grandes empresas com seus fornecedores, como é o caso de *‘fábrica de manequins’*, revelam uma montagem perversa, tendo em vista que tais relações desvelam modalidades de satisfação ávidas pelo domínio, com ânsia de um poder absoluto, caracterizadas pelo acúmulo, excesso e usufruto do outro. O trabalhador é considerado como objeto de uso e de gozo, sendo a sua existência condicionada à submissão ao outro, a uma posição servil. Desse modo, cadeia produtiva pode ser inserida nas discussões psicanalíticas a respeito das manifestações perversas no social.

Do ponto de vista freudiano, o trabalho é um elemento essencial da vida humana, tendo em vista sua função estruturante, seja ao possibilitar destinos para as pulsões, seja ao assegurar ao sujeito um lugar no circuito social. Vimos que a essência da noção freudiana de ‘trabalho’ (*Arbeit*) reside nas operações do psiquismo. O trabalho é uma ocasião para elaboração psíquica; constitui-se em um dos meios de expressão do sujeito, podendo ser compreendido como uma resposta sublimatória ao desamparo (*Hilflosigkeit*). Ou seja, para Freud (1930), o trabalho é um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo e viver em sociedade.

O enfrentamento da condição de desamparo é fundamental para o desenvolvimento psíquico e para manutenção da civilização, para viver as pessoas procuram destinos para seu desamparo, sejam destinos criativos (sua aceitação), sejam destinos funestos (seu evitamento). Vimos que a montagem perversa se caracteriza como uma aliança que encontra eco contra o

desamparo, sendo o mecanismo da dominação perversa uma forma de evitar o confronto com o desamparo.

‘*Fábrica de manequins*’ foi considerada como uma ilustração da ameaça da instalação de uma situação traumática em que a subjetivação torna-se um processo de sujeição. Para se proteger do desamparo com terror, do abuso arbitrário e cruel do outro, o circuito pulsional na pequena fábrica se refere ao *masoquismo como figura da servidão*, em que a questão em primeiro plano é a posição de assujeitamento e humilhação na relação com o outro e não o prazer com a dor. A opção de subjetivação preponderante, no contexto da pequena fábrica, foi o aprisionamento e submissão à posição masoquista no circuito pulsional, o aprisionamento à figura da mãe-fállica não faltante.

Desse modo, foi possível estabelecer uma leitura da precarização do trabalho como uma das expressões do mal-estar atual, que assume uma direção marcadamente perversa, assim como foi possível mostrar que ‘*fábrica de manequins*’ evidencia um dos modos de subjetivação do complexo processo da precarização do trabalho: a servidão.

Na medida em que a montagem perversa se caracteriza como uma aliança no evitamento do desamparo, o processo de precarização do trabalho poderia ser compreendido como um dos destinos funestos para o desamparo, sendo esta uma possível articulação metapsicológica entre o desamparo (*Hilflosigkeit*) e a precarização do trabalho.

Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud traça uma analogia entre o processo civilizatório e o caminho do desenvolvimento individual. Assinala que ambos se caracterizam pela luta entre as pulsões de vida e de morte e pelos efeitos deste conflito de forças em permanente mudança. Também, em ambos

os processos, estão em interação duas premências: a premência no sentido da felicidade individual – a ‘premência egoísta’ – e a premência no sentido da união com os outros seres humanos – a ‘premência altruísta’. No processo de desenvolvimento do indivíduo, a ênfase recai sobre a ‘premência egoísta’, enquanto que o processo civilizatório enfatiza a ‘premência altruísta’. As duas premências lutam entre si em todo indivíduo, assim como os processos de desenvolvimento individual e cultural colocam-se em uma posição hostil.

Assim, pode-se esperar que o processo desenvolvimental do indivíduo apresente aspectos especiais, próprios dele, que não são reproduzidos no processo da civilização humana. E apenas na medida em que está em união com a comunidade como objetivo seu, que o primeiro desses processos precisa coincidir com o segundo. (FREUD, 1930/1980, p.165)

Dessa maneira, o indivíduo participa do desenvolvimento da civilização ao mesmo tempo em que busca seu caminho individual. Contudo, o autor escreve:

(...) essa luta entre o indivíduo e a sociedade não constitui um derivado da contradição – provavelmente – irreconciliável entre as pulsões primevas de Eros e de morte. Trata-se de uma luta dentro da economia da libido, comparável àquela referente à distribuição da libido entre o eu e os objetos, admitindo uma acomodação final no indivíduo, tal como, pode-se esperar, também o fará no futuro da civilização, por mais que atualmente essa civilização possa oprimir a vida do indivíduo. (FREUD, 1930/1980, p.166)

Nesse contexto, a montagem perversa fomenta o que há de pior na civilização: a destruição da alteridade, os mecanismos de exclusão e dominação, a violência, a agressividade, a humilhação e a servidão, e que, portanto, precisa ser denunciada sempre. Este estudo é uma tentativa nesse

sentido, tendo em vista que desvelou mecanismos de dominação perversa em relação à saúde do trabalhador. Espero que a psicanálise possa ter trazido alguma contribuição não só para seu patrimônio como para os debates a respeito do complexo processo da precarização do trabalho e para as relações da saúde com o processo de produção.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAHÃO, J.I.; TORRES, C.C. Entre a organização do trabalho e o sofrimento: o papel de mediação da atividade. In: *Produção*, São Paulo, v.14, n.3, p.67-76, set/dez 2004.

ALBUQUERQUE, J.A.G. *Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ALVES, M. A. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.425-44.

ANDREOTTI, M. *Vigilância em saúde do trabalhador*. Aula do Curso sobre Orientações Técnicas e Administrativas na Vigilância em Saúde do Trabalhador, VST-GVISAM-COVISA/PMSP/SMS, 2007.

ANTUNES, R. Qual crise da sociedade do trabalho? In: *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995, p.73-102.

_____. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). In: *Cadernos CRH*, Salvador, n.37, p.23-45, julho/dezembro 2002.

_____. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, 527p.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G. e FRANCO, T. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.13-22.

_____. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In: *Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho*. São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008, p.1-14.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, 339p.

ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE – APPOA. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, 304p.

AZEVEDO, V. A. Z. *Algumas contribuições da psicanálise ao campo do conhecimento da saúde mental no trabalho*. Campinas, 2003, 193p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

BAUMAN, Z. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, 272p.
_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 258p.
_____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, 191p.
_____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 119p.

BERNARDO, M. H. *Discurso flexível trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*. São Paulo, 2006, 225p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

BIRMAN, J. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1997, 240p.

_____. *O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 300p.

_____. *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 418p.

_____. Reviravoltas na soberania. In: ÁRAN, M. (org.) *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 57-74.

_____. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 418p.

_____. *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 334p.

BORGES, A. Mercado de Trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 81-94.

_____. O Capital e a mão invisível do trabalho: notas sobre a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.33, p. 179-95, julho/dezembro 2000.

BREILH, J. *Epidemiologia: economia, política e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1991, 276p.

BUSNARDO, A. M-C. Transformações no trabalho, luta operária e desenraizamento: a reestruturação produtiva no cotidiano e nas representações de trabalhadores metalúrgicos de uma empresa da região do ABC. In: *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, São Paulo, v.6, n.1, 2003.

CANGUILHEM, G. (1966) *O normal e o patológico*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997, 255p.

CASTIEL, S. V. *Sublimação: clínica e metapsicologia*. São Paulo: Escuta, 2007, 144p.

CHANLAT, J-F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996, v.1, p.21-43.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. Los trabajos de Freud sobre la perversión: algunas consideraciones. In: *Ética y Estética de la perversión. Las desviaciones de la conducta sexual como reescritura del universo*. Barcelona: Laia, 1986, p.15-70.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006, 222p.

COSTA, M. S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n.59, p.111-70, 2005.

COSTA, F. D. et al *Programa de saúde dos trabalhadores. A experiência da Zona Norte: uma alternativa em saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1989.

DECCA, E. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário Teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (orgs.) *Psicodinâmica do trabalho – Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1990, p.119-45.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (org.) *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996, p.149-73.

_____. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, 160p.

_____. Subjetividade, trabalho e ação In: *Revista Produção*, São Paulo, v.14, n.3, p.27-34, set/dez, 2004a.

_____. Psicodinâmica do Trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, E.P. (orgs.) *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007, p.13-41.

_____. *A avaliação do trabalho submetido à prova do real*. São Paulo: Blucher, 2008, 125p. (Cadernos de TTO, 2.)

_____. Ativismo profissional: Masoquismo, compulsividade ou alienação? In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (orgs.) *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paralelo 15, 2008a, p. 157-76.

_____. LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (orgs.) *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Paralelo 15, 2004, 346p.

DOR, J. A relação com as mulheres. O desafio. A transgressão. In: *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p.121-33.

DRUCK, G. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.11-22, julho/dezembro 2002.

DRUCK, G.; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.111-39, julho/dezembro 2002.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.) Apresentação. In: *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.7-9.

_____. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.97-18.

_____. *O trabalho contemporâneo: precarização e saúde mental*. In: *Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho*. São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008, p.1-14.

DURAND, M. *Doença ocupacional: psicanálise e relações de trabalho*. São Paulo: Escuta, 2000, 120p.

EGLER, C. A. G. Risco Ambiental como critério de Gestão do Território: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira. In: *Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n.1, p. 31-41, 1996.

ENRIQUEZ, E. *As figuras do poder*. São Paulo: Via Lettera, 2007, 216p.

EVANS, D. *Diccionario Introductorio de Psicoanálisis Lacaniano*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1997.

FERRAZ, F.C. *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, 112p.

FERREIRA, A.B.H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.1695.

FIELD, S. *Manual do roteiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, 223p.

FISPQ Nº 229 MONOMERO DE ESTIRENO / Makeni Chemicals Comércio e Indústria de Produtos Químicos Ltda. Diadema, 2004, 7p.

FLEIG, M. *O desejo perverso*. Porto Alegre: CMC, 2008, 166p.

FORTES, I. O masoquismo: uma figura da servidão. In: ÁRAN, M. (org.) *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p.75-80.

_____. *O sentido do sofrimento: a positividade da dor em Freud*. Rio de Janeiro, 2001, 189p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRANCO, T. A centralidade do trabalho na visão da psicodinâmica de Dejours. In: *Caderno CRH*, Salvador, v.17, n.41, p.309-21, maio/agosto, 2004.

_____. Karoshi: O trabalho entre a vida e a morte. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.141-61, julho/dezembro 2002.

- FREUD, S. (1888) Histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.1, 1980, p.65-83.
- _____ (1900) A Interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.4 e 5, 1980.
- _____ (1905) Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.7, 1980.
- _____ (1909) Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.10, 1980.
- _____ (1910) Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.11, 1980, p.53-124.
- _____ (1911) Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.12, 1980, p.15-108.
- _____ (1913) Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.13, 1980, p.13-191.
- _____ (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.14, 1980, p.85-119.
- _____ (1914) O Moisés de Michelangelo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.14, 1980, p.249-79.
- _____ (1915) As pulsões e suas vicissitudes. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.14, 1980.
- _____ (1916-1917) Conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência X – Simbolismo nos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.15, 1980, p.179-201.
- _____ (1916-1917) Conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência XXIV – O estado neurótico comum. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.16, 1980, p.441-56.
- _____ (1916-1917) Conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência XXI – O Desenvolvimento da Libido e as Organizações Sexuais. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.16, 1980, p.375-95.
- _____ (1918 [1914]) História de uma neurose infantil. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.17, 1980.

- _____ (1919) 'Uma criança é espancada': uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.17, 1980.
- _____ (1920) Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.18, 1980.
- _____ (1921) Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.18, 1980, p.89-179.
- _____ (1923) O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.19, 1980, p.13- 83.
- _____ (1923a) Dois verbetes de enciclopédia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.18, 1980, p.285- 312.
- _____ (1923) A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade . In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.19, 1980.
- _____ (1924) O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.19, 1980, p.197-212.
- _____ (1924a) Dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.19, 1980.
- _____ (1925 [1924]) Uma breve descrição da psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.19, 1980, p.237-59.
- _____ (1926) Inibições, sintomas e angústia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 1980, p.107-210.
- _____ (1926a) Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 1980.
- _____ (1926b) A questão da análise leiga. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 1980, p.205-93.
- _____ (1927) O futuro de uma Ilusão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1980, p.13 -71.
- _____ (1927a) Fetichismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1980.
- _____ (1930) O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1980, p.75-177.
- _____ (1930) *Das Unbehagen in der Kultur*. In: *Gesammelte Werke*, Frankfurt: Verlag, v.14, 1987, p.439, nota 1.

_____ (1940[1938]) Esboço de Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1980, p.165-331.

_____ (1940[1938]a) A divisão do ego nos processos de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1980, p.75-177.

_____ (1950[1895]) Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 1980.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, M.S.; ASSUNÇÃO, A.A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. In: *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.2, p.189-99, maio/agosto, 2005.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Idéias e letras, 2007, 338p.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991,177p.
_____. *Modernidade e Identidade*. São Paulo: Zahar, 2002, 212p.

GOMEZ, C. M.; THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do Trabalho e desproteção social: desafios para saúde coletiva. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.411-21,1999.

GONÇALVES F°, J. M. Humilhação social – um problema político em psicologia. In: *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.9, n.2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365641998000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de novembro de 2008. doi: 10.1590/S0103-65641998000200002.

GONZALES, R. C. F. *Sujeito e trabalho: uma leitura psicanalítica da escolha profissional*. Rio de Janeiro, 2001, 109p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GORZ, A. Prefácio e Morte e ressurreição do sujeito histórico: a não-classe dos proletários pós-industriais. In: *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p.9-22; 85-93.

HELOANI, R. J.; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 17(2), abril-junho de 2003, p.102-8.

HELSINGER, L. A. *O tempo do ser-vil: o mercado perverso da servidão*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, 276p.

HERRMANN, F. *O divã a passeio*. São Paulo: Vozes, 1992, 233p.

_____. Duas notas sobre o itinerário da psicanálise. In: *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.13, n.3, p.79-88, 2003.

_____. Pesquisa Psicanalítica. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.56, n.4, p.37-45, 2004.

_____. Clínica Extensa. In: BARONE, L. M. C. (org.) *A Psicanálise e a Clínica Extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.17-31.

HERRMANN, L. Introdução à Teoria dos Campos: conceitos metodológicos. In: BARONE, L. M. C. org. *A Psicanálise e a Clínica Extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.33-39.

_____. Campo transferencial: nos rastros de uma teoria para a clínica. In: *Percurso 37 – Carvalho*. Disponível em:

<www2.uol.com.br/percurso/main/pes38/38_txt_Leda.htm>

HIRATA, H.; PRÉTECEILLE, E. Trabalho, exclusão e precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.47-80, julho/dezembro 2002.

IANNI, O. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004, 183p.

JAQUES, M. G. O nexos causal em saúde / doença mental no trabalho: uma demanda para a Psicologia. In: *Revista Psicologia & Sociedade*, v.19, n.spe 1, p.112-9, 2007.

JONES, E. (1953) Hábitos de vida e trabalho. In: *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, p.376-98, 1989.

KAËS, R.; FAIMBERG, H. et al. *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, 228p.

KELLER, A. F. *Michaelis: dicionário: alemão-português, português-alemão*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

KOLTAI, C. Memória e transmissão. In: *Trauma, memória e transmissão: A incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 24/10/2009.

KUPFER, M. C. M.; VOLTOLINI, R. Uso de indicadores em pesquisas de orientação psicanalítica: um debate conceitual. In: *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, v.21, n.3, p. 359-64, set/dez 2005.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13 (Supl.2), p.7-19, 1997.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.) *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2004, 346p.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, 705p.

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 174p.

_____. *A sublimação*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 212p.

LAURELL, A. C. e NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (1979) Prólogo da primeira edição. In: BREILH, J. *Epidemiologia: economia, política e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1991, p.9-15.

LEITE, M. P. Trabalho e sociedade em transformação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n.4, p.66-87, julho/dezembro 2000.

_____. As novas configurações do trabalho. In: *Jornal da UNICAMP*. Campinas, 11 a 17 de agosto de 2008, p.3.

LINHART, D. *A desmedida do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2007, 244p.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.115-45.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.

LOWENKRON, T. S. A investigação psicanalítica está ameaçada de extinção? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, 20, 2005. Brasília. *Mesa redonda Psicanálise e Pesquisa*. Brasília: Federação Brasileira de Psicanálise, 2005.

LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACHADO, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.13 (Supl.2), p.33-45, 1997.

_____. A propósito da vigilância em saúde do trabalhador. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, n.10, v.4, p.987-92, 2005.

MAHONY, P. J. O mundo freudiano do trabalho. In: ROTH, M. S. (org.) *Freud: conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.35-42.

MARTINS, S. R. *Clínica do Trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, 126p. (Coleção Clínica Psicanalítica v.51).

MASLACH, C.; LEITER, M. P. *Trabalho: fonte de prazer ou desgaste?* Campinas: Papirus, 1999.

MELLO, S. M. T. *Trabalho: sintoma ou sublimação*. São Paulo, 2000, 102p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

MENDES, A. M. B. Algumas contribuições teóricas do referencial psicanalítico para as pesquisas sobre organizações. In: *Estudos de Psicologia*. Natal, v.7, n.spe, p. 89-96, 2002.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.25, n.5, p.341-9, 1991.

MENEZES, L.S. A Lei imperativa do desejo. *Boletim Formação em Psicanálise*, São Paulo, ano 8, v.7, n.2, p. 31-51, julho-dezembro de 2008.

_____. *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo / FAPESP, 2006, 240p.

_____. *Desamparo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, 126p. (Coleção Clínica Psicanalítica v.45).

_____. Uma experiência psicanalítica na vigilância em saúde do trabalhador: a psicanálise em extensão. In: *Boletim Formação em Psicanálise*, São Paulo, ano 16, v.16, p. 31-51, 2008.

_____. A escuta analítica como um instrumento no processo de investigação na Vigilância em Saúde do Trabalhador: O caso de uma Escola de Educação Infantil. In: COLÓQUIO DE QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E TRABALHO: CLÍNICA E GESTÃO, 2008, São Paulo. *Resumos*. São Paulo: UNIFESP, 2008, p.54.

_____. O método psicanalítico: a clínica extensa e a precarização do trabalho. In: ENCONTRO DA TEORIA DOS CAMPOS, 5, 2008, São Paulo. *Resumos*. São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 2008, p.22-3.

MERCURE, D.; SPURK, J. *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005, 278p.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.27-44.

MIJOLLA, A. *Dicionário Internacional da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MIJOLLA-MELLOR, S. A escrita é um escudo para a loucura. In: *Boletim Online Departamento de Psicanálise*, São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, n.5, junho de 2008.

MINAYO-GOMEZ, C. e THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13 (Supl.2), p.21-32, 1997.

MINERBO, M. Inconsciente: um resgate de sua dimensão social-história. In: *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.10, n.1, p.335-45, 1999.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v.19, n. spe.1, p.14-20, 2007.

NOGUEIRA, L. C. Aula – A pesquisa em psicanálise. In: *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.12, n.1/2, p.83-106, 2004.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.53, p.112-29.

OCARIZ, M.C. A concepção freudiana de sintoma. In: *O sintoma e a clínica psicanalítica: o curável e o que não tem cura*. São Paulo: Via Lettera, 2003, p.31-99.

ODDONE, I. et al *Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1986, 133p.

OLIVEIRA, J. C. e UDIHARA, M. L. Construindo práticas, integrando áreas, vencendo desafios: a experiência do centro de referência em saúde do trabalhador da Lapa – Município de São Paulo. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (orgs.) *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: EDUFES, 2001, p.345-361.

OLIVEIRA, L. R. Prólogo a primeira edição em português. In: *Epidemiologia: economia, política e saúde*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 31-4.

PAULANI, L. M. Individualismo, neoliberalismo e pós-modernismo. In: *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 115-40.

PEIXOTO Jr. *Metamorfoses entre o sexual e o social. Uma leitura psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 316p.

PEREIRA, M. E. C. *Pânico e desamparo: Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 1999.

PLON, M. A face oculta da análise leiga. In: *Agora*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.91-110.

_____. Da política em o *mal-estar* ao mal-estar da política. In: LE RIDER, J. et al (orgs.) *Em torno do mal-estar na cultura, de Freud*. São Paulo: Escuta, 2002, p.145-85.

POLLAK, M. Max Weber: elementos para uma biografia sócio-intelectual (parte II). In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 85-113, 1996.

PROST, C. Populações em situação de risco e petróleo em região costeira - discussão sobre a Costa Norte. In: LAGE, C. S.; PROST, C.; BRAGA, H. C. (orgs.) *Estratégias ambientais e territoriais*. Salvador: Fast Design, 2006, p. 213-228.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v.4, p.329-48, 2004.

_____. Os efeitos do trauma histórico nas subjetividades. In: *Trauma, memória e transmissão: A incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 24/10/2009.

ROSA, M. D.; CARIGNATO, T. T.; BERTA, S. L. Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneos. In: *Ágora*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.35-48.

ROSA, M. D., VICENTIN, M. C. e CARTROLI, V. S. C. Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. In: *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v.15, n.1, p.51-68, abril/2009.

ROSENBERG, B. *Masoquismo mortífero e masoquismo guardião da vida*. São Paulo: Escuta, 2003, 202p.

ROSENFELD, S. (org.) *Fundamentos da Vigilância Sanitária*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, 304p.

RUFINO, R. Do trabalho psíquico ao trabalho social. In: APPOA (org.) *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p.178-204.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, 63p.

ZIMERMAN, D. E. *Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, B. S. A ciência e o Risco Social. In: *Visão*, 11 de janeiro de 2001, Centro de Estudos Sociais – CEP, Laboratório Associado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

SANTOS, T. C. A escuta analítica no espaço público. In: *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza, v.5, n.2, p.246-60, 2005.

SATO, L. As implicações do conhecimento prático para a vigilância em saúde do trabalhador. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p.871-8 1996.

_____ Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, n.5, p.1147-66, 2002.

_____ BERNARDO, M. H. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. In: *Ciência e saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.869-78, 2005.

SIVIERI, L. H. Saúde no trabalho e mapeamento dos riscos. In: TODESCHINI, R. org. *Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical*. São Paulo: FUNDACENTRO/CUT, 1997, p.75-111.

SOUSA, E. L. A. (org.) *Psicanálise e colonização: Leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, 299p.

SOUZA, M. L. R. Apatia: O silêncio diante da violência. In: *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo (Coleção Clínica Psicanalítica), 2005, p.123-42.

SCOPINHO, R. A. *Vigiando a vigilância: Saúde e segurança no trabalho em tempos da qualidade total*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003, 284p.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Centro de estudos da saúde do trabalhador. *Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a Vigilância da Saúde do Trabalhador da Bahia / SESAB / SUVISA / CESAT* – Salvador: CESAT / SESAB, 2002, 351p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO. Coordenação de Vigilância em Saúde. Subgerência da Vigilância em Saúde do Trabalhador. *Orientações Técnicas e Administrativas na Vigilância em Saúde do Trabalhador* São Paulo: COVISA/GEVISAM/VST, 2007, 70p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO. *Código Sanitário do Município de São Paulo*. São Paulo: SMS, 2004, 68p.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____ Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In: MENDES, R. (org.) *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, p.1142-1182, 2003.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, 204p.

SILVA, L. M. Trabalho e sociabilidade privada: a exclusão do outro um olhar a partir das células de produção. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.21, n.61, p.147-61, 2006.

SILVA Jr., N. O sujeito da perspectiva e a abertura da escuta analítica. *Estados Gerais da Psicanálise* – Encontros Latino-Americanos, 2001, recuperado em 26/02/2008, de <<http://www.estadosgerais.org/encontro/>>.

SOBOLL L. A. P. A disciplina como “coação da conformidade”: Um olhar para a submissão no trabalho. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, E.P. (orgs.) *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007, p.143-54.

SOUZA, E. L. A. (org.) *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, 299p.

SOUZA, M. A cordialidade como mal-estar ou a violência como recalcado. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, n.4, v.2, dezembro de 1999, p.123-42.

SZPACENKOPF, M. I. O. *O olhar do poder. A montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 349p.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.17, v.6, p.1277-311, novembro-dezembro, 2001.

TAVELLA, M. *O Conceito de Masoquismo na Obra de Freud*. São Paulo, 2006, 143p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBOAS, A. N. SUS, modelos assistenciais e Vigilância da Saúde. In: ROSENFELD, S. (org.). *Fundamentos da Vigilância Sanitária*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p.49-60.

THEBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: *A perda da razão social e do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.23-58.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45-57.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR. Relatório de Inspeção Sanitária (Documento técnico). São Paulo: SMS/ COVISA/GEVISAM/VST, set/2008,19p.

WAHRIG, G. *Deutsches Wörterbuch*. Munique: Verlag, 2002.

ZILIOTTO, D. M. *Trabalhador-Consumidor: subjetividade na sociedade consumo e seus efeitos no mundo do trabalho*. São Paulo, 2001 175p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ANEXO A - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS MONOMERO DE ESTIRENO - FISPQ Nº 229 MONOMERO DE ESTIRENO ÚLTIMA REVISÃO: 13/02/04 TOTAL DE PÁGINAS: 11

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA EMPRESA

Nome do Produto: MONÔMERO DE ESTIRENO

Nome da Empresa: Makeni Chemicals Comércio e Indústria de Produtos Químicos Ltda.

Av. Presidente Juscelino, 570 – Diadema – SP – CEP 09950-370

Telefone: (0XX11) 4360-6400 / 0800197597

Telefone de Emergência: 0800-111767

Fax: 4071-0693

E-mail: makeni@makeni.com.br

2. COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE INGREDIENTES

Substância: Monômero de estireno

Nome químico comum ou nome genérico: Monômero de estireno

Sinônimo: Estirol, Feniletileno, Vinilbenzeno

Registro no *Chemical Abstract Service* (nº CAS):100-42-5

Ingredientes que contribuam para o perigo: NºCAS / Concentração % massa

Estireno: 100-42-5 / Mínimo 99,8

P-Terc Butil Catecol: 98-29-3 / Máximo 0,01

3. IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS

Perigos mais importantes:

Perigo de Combustão: A decomposição térmica pode produzir monóxido de carbono e outros vapores tóxicos. Libera vapores infamáveis abaixo da temperatura normal ambiente. Poderá polimerizar explosivamente quando envolvido em incêndio.

Efeitos do Produto:

- Efeitos adversos à saúde humana:

Vias de entrada no organismo: Inalação, olhos, pele, ingestão.

Pele: Pode causar futura irritação

Inalação: Superexposição pode causar irritação ao sistema respiratório e outras membranas mucosas.

Olhos: Pode causar irritação moderada, incluindo sensação de queima, lágrimas, vermelhidão ou inchaço.

Ingestão: Este material pode provocar problemas de saúde ligeiros se for ingerido em grandes quantidades.

Irritação:

Todas as vias expostas

Capacidade de sensibilização:

Nenhuma Conhecida

Efeitos crônicos para a saúde:

A exposição repetida ou prolongada ao estireno pode causar náusea, perda de apetite, depressão SNC (sistema Nervoso Central) e debilidade geral. Este material ou as emissões provenientes dele pode afetar o Sistema Nervoso central e/ou agravar distúrbios do mesmo.

- Perigos específicos:

Informação sobre câncer:

Este material foi classificado pelo IARC como sendo uma substância do grupo 2B (possível cancerígeno para seres humanos).

Classificação do produto químico:

O produto é classificado como perigoso, conforme as recomendações da ONU para o transporte de produtos perigosos, na classe de risco 3 – líquido inflamável. Nome do Produto: Monômero de estireno

Visão geral das emergências:

Líquido, incolor, cheiro aromático de odor doce. Perigo potencial de cancro. Depressivo do SNC, moderado irritante de pele. Perigo se for aspirado. Evitar calor, altas temperaturas e choques.

4. MEDIDAS DE PRIMEIROS SOCORROS

Medidas de primeiros socorros:

- Inalação:

Em caso de mal estar/desmaio, remova a vítima para ambiente ventilado. De oxigênio ou respiração artificial na medida que for necessário. Obtenha atenção médica se persistir dificuldade respiratória.

- Contato com a pele:

Imediatamente remova roupa suja, lave bem antes de usar novamente. Lavar a pele com bastante água e sabão neutro. Enxágüe com água morna por 15 minutos. Se ficar pegajoso, lavar com produto de limpeza sem água.

Obtenha assistência médica se apresentar sinal de doença ou irritação.

- Contato com os olhos:

Em caso de contato com os olhos, lave-os imediatamente com água limpa por um período de 20 a 30 minutos. Retraia as pálpebras constantemente. Obtenha assistência médica de urgência.

- Ingestão:

Se a vítima estiver alerta deve ingerir ½ litro de água morna. Não induza vômito. Risco de danificar os pulmões excede o risco de envenenamento. Obtenha assistência médica de urgência.

Proteção do prestador de socorros e/ou notas para o médico:

Não há informação disponível sobre desintoxicação. O tratamento de exposição demasiada deve ser concentrado no controle dos sintomas e das condições clínicas do paciente. Trate sintomaticamente.

5. MEDIDAS DE COMBATE A INCÊNDIO

Meios de extinção apropriados:

Incêndio Pequeno: Usar pó químico seco, CO₂, água pulverizada ou espuma regular.

Incêndio Grande: Vaporização de água, nevoeiro de água e/ou espuma.

Meios de extinção não apropriados:

Não use fluxo contínuo de água. Pode espalhar o fogo.

Métodos especiais:

Combater o incêndio o mais longe possível ou usar suporte de mangueira não tripulado ou agulheta monitorada.

Retirar os recipientes da área de incêndio se puder, fazê-lo sem risco. Arrefecer os recipientes com grande quantidade de água até extinção completa do fogo. Afastar-se imediatamente em caso de aumento da intensidade do ruído dos dispositivos de ventilação de segurança ou da descoloração do tanque. Ficar sempre longe dos tanques envolvidos em fogo.

Proteção dos bombeiros:

Usar máscara de respiração autônoma em modo de pressão positiva (SCBA).

6. MEDIDA DE CONTROLE PARA DERRAMAMENTO OU VAZAMENTO

Precauções pessoais:

- Remoção de fontes de ignição:

Eliminar todas as fontes de ignição. Todo o equipamento usado quando manusear este produto deve ser aterrado.

- Controle de poeira:

Informação não disponível.

- Prevenção da inalação e do contato com a pele, mucosas e olhos:

Não tocar ou andar sobre material derramado

Precauções ao meio ambiente:

Parar vazamento se puder fazê-lo sem perigo. Evitar entrada nos circuitos de água, esgotos, cavernas ou áreas fechadas.

- Sistemas de alarme:

É recomendável o uso de alarme sonoro.

Métodos para limpeza

- Recuperação:

Usar ferramentas limpas, anti-faísca para coletar o material derramado.

- Neutralização:

Uma espuma que superasse os vapores pode ser usada para reduzir vapores. Absorver ou cobrir com terra, areia ou outro material não combustível e transferir para os recipientes apropriados.

7. MANUSEIO E ARMAZENAMENTO

Manuseio:

- Medidas Técnicas:

Prevenção de incêndio e explosão:

Não manusear perto do fogo, faíscas ou chamas. Recipientes metálicos utilizados na transferência desse material devem ser aterrados e amarrados.

Precauções para manuseio seguro:

Usar apenas com ventilação e EPI adequados. Evitar o contato com os olhos, com a pele e com as roupas. Não entrar na área de armazenamento a não ser que esteja bem ventilada.

Armazenamento:**- Medidas técnicas apropriadas:**

Os recipientes de metal usados para armazenamento deste material devem ser aterrados. Monitorar o inibidor para manter a concentração adequada.

- Condições de armazenamento:**Adequadas:**

Conservar os recipientes bem fechados quando não estiverem em uso armazená-los em lugares bem ventilados.

De sinalização de risco

Os recipientes devem ser claramente rotulados.

Produtos e materiais incompatíveis:

Isolar de produtos incompatíveis, tais como oxidantes.

- Materiais seguros para embalagem:**Recomendadas:**

Em condições normais este produto pode ser armazenado satisfatoriamente em recipientes de aço carbono sem revestimento interno.

Inadequadas:

O alumínio não é recomendado para armazenagem e transporte.

8. CONTROLE DE EXPOSIÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL**Medidas de controle de engenharia**

Usar processo de isolamento, exaustor de ventilação local ou outros comandos automáticos para conservar os níveis de partículas em suspensão no ar abaixo dos limites de exposição recomendados.

Parâmetros de controle específicos:

-Limites de exposição ocupacional: não disponível.

-Indicadores biológicos: não disponível.

-Outros limites e valores: não disponível.

Procedimentos recomendados para monitoramento: devem ser seguidos os procedimentos recomendados pelo ministério do trabalho.

Equipamento de proteção individual apropriado**- Proteção respiratória**

Mascara panorâmica com filtro de vapores orgânicos combinado.

- Proteção das mãos

É necessário o uso de luvas.

- Proteção dos olhos

Use óculos de proteção para produtos químicos e máscara facial para proteção contra respingos, quando houver risco de contato.

- Proteção da pele e do corpo

Use luvas de proteção resistentes a substâncias químicas tais como as de borracha, neoprene ou vinil.

Use roupa de proteção para minimizar o contato com a pele, mangas compridas, avental botas e capacete de boa resistência.

Medidas de higiene

Use boas praticas de higiene pessoal. Lave as mãos antes de comer e beber, fumar ou usar o banheiro.

Imediatamente remova roupas sujas e lave bem antes de usar novamente.

Outras informações sobre controle de exposição

Chuveiros de emergência para lavagem de olhos e banho devem ser disponíveis nas proximidades de qualquer ponto potencial de exposição. A seleção do equipamento de proteção pessoal adequado deve ser baseada na avaliação das características de proteção do mesmo em relação à tarefa ou tarefas a serem executadas, condições presentes, duração de uso e perigo e/ou potencial perigo que pode ser encontrado durante a utilização.

9. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS

Aspecto: Líquido incolor com leve odor de éter.

a) pH: não aplicável

b) Temperaturas específicas ou faixas de temperaturas nas quais ocorrem mudança de estado físico:

- **Ponto de ebulição:** 146° C

- **Faixa de destilação:** não disponível.

- **Ponto de fusão:** -31° C

c) Temperatura de decomposição: não disponível

d) Ponto de fulgor: 41°C

e) Temperatura de auto-ignição: 285°C

f) Limite de flamabilidade inferior/superior: 1,8/ 14%

g) Pressão de vapor: 6,2 mm Hg a 25°C

- h) Densidade do vapor:** 2,62
- i) Densidade:** 0,96 a 20° C (água =1)
- j) Solubilidade:** 100% em água
- k) Coeficiente de partição octanol/água:** -0,77
- l) Taxa de evaporação:** 0,56(acetato de butila = 1)

10. ESTABILIDADE E REATIVIDADE

Estabilidade química: Este material é estável com nível apropriado de inibidor TBC (p.tercbutil catecol), mas reage sem isso.

Condições a evitar: Evitar descargas de eletricidade estática ou outras fontes de ignição. Níveis de inibidor esgotados. Prolongado contato com ar ou oxigênio. Contaminantes. Altas temperaturas e severas condições oxidáveis.

Materiais ou substâncias incompatíveis: Peróxidos. Fortes agentes oxidantes, oxigênio puro. Contaminantes e catalisadores para vinil polímeros. Acido sulfúrico. Componentes de álcali-metal-grafite. Cloreto de alumínio.

Ácidos fortes. Bases fortes. Cobre e suas ligas. Borracha. O contato prolongado com metais, tais como alumínio, estanho, chumbo, e zinco pode produzir gás inflamável de hidrogênio.

Aditivos e inibidores: ter butil catecol. Para manter a estabilidade química do produto é necessário que se mantenha o nível mínimo de inibidor TBC.

Produtos perigosos da decomposição: Na decomposição libera vapores ácidos, monóxido de carbono e dióxido de carbono; a altas temperaturas gera gases tóxicos e irritantes.

11. INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS

Informações de acordo com as diferentes vias de exposição

- Toxicidade aguda

Cancerígenos:

A agência internacional de pesquisa do câncer declara que o estireno é possivelmente carcinogênico para seres humanos (grupo 2B) com base em evidência inadequada em humanos, evidência limitada nos animais e outros dados relevantes. De acordo com o relatório do IARC, estes outros dados relevantes incluem estudos demonstrando que o estireno é metabolizado em seres humanos em óxido de estireno, um agente que é conhecido como indutor

de câncer em duas espécies animais. Após essa avaliação do IARC, um bioteste de longo prazo realizado em ratos expostos a vapores de estireno a 20, 40, 80, 160 ppm mostrou um aumento estatístico significativo na incidência de adenomas de pulmão, bem como alterações degenerativas na mucosa das fossas nasais. Além disso, diversos testes 'in vitro' demonstraram que o estireno é mutagênico. Entretanto, ao contrário do que ocorre em algumas espécies animais, o homem aparentemente é capaz de desintoxicar prontamente o óxido de estireno gerado por exposições ao estireno.

Além disso, os estudos em seres humanos expostos ao estireno por longos períodos não demonstraram nenhum efeito carcinogênico.

- Efeitos locais

Irritante das membranas mucosas. Moderado irritante dos olhos.

12. INFORMAÇÕES ECOLÓGICAS

a) Mobilidade: Miscível com água podendo contaminar esgotos, rios, córregos e outras correntes de água.

b) Persistência/degradabilidade: Este material é volátil e de baixa solubilidade em água. Meia vida por oxidação: 0/528 dias. Degradabilidade Biótica: BOD 65%.

c) Bioacumulação: Este material não deve bioacumular

d) Comportamento esperado: Este material deve ser rapidamente biodegradável.

e) Impacto ambiental: pode haver contaminação do meio ambiente.

f) Ecotoxicidade: Este material pode ser prejudicial às espécies aquáticas.

13. CONSIDERAÇÕES SOBRE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO

Métodos de tratamento e disposições

- Produto

Informação não disponível, deve ser consultada a legislação local.

- Restos de produtos

Fazer todo o possível para obedecer aos regulamentos aplicáveis. Aterro sólido em áreas permitidas. Use transportadora registrada. Evite chamadas. Ter certeza de que as emissões atendam aos regulamentos aplicáveis. Queimar líquidos concentrados em sistemas designados para material de baixo ponto de ignição.

Diluir com combustível limpo, de baixa viscosidade. Evitar sobrecarregar/envenenar área de biomassa. Lixo líquido diluído pode biodegradar.

- Embalagem usada

Informação não disponível, deve ser consultada a legislação local.

14. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE

Regulamentações nacionais e internacionais

- Terrestres

Nacional

Decreto Lei nº 2.063/83

Decreto 96.044/88

Portaria Nº 204/97 MT

Normas do CB 16 da ABNT

Regulamentos técnicos do INMETRO

Internacional

Mercosul

Decreto nº 1797/96

- Marítimo

IMDG – Internacioal maritime dangerous goods code

- Aéreo

Nome do Produto: Monômero de estireno

FISPQ Nº: BE 645

Pagina 10/10

Data da Ultima Revisão: 22/01/2002

ICAO – TI – International civil aviation organization – Technical Instruction

IATA – DGR – International air transport association – Dangerous goods regulation

Para produto classificado como perigoso para o transporte

Terrestre

Numero ONU: 2055

Nome apropriado para o embarque: Estireno, monômero, inibido

Classe de risco: 3 – líquido inflamável

Número de risco: 39

Grupo de embalagem: III

Fluvial

Numero ONU: 2055

Nome apropriado para o embarque: Estireno, monômero, inibido

Classe de risco: 3 – liquido inflamável

Número de risco: 39

Grupo de embalagem: III

Marítimo

Numero ONU: 2055

Nome apropriado para o embarque: Estireno, monômero, inibido

Classe de risco: 3 – liquido inflamável

Número de risco: 39

Grupo de embalagem: III

UN/NA ID: UN 2055

Proper shipping name: styrene monomer, stabilized

DOT Hazard class: 3, PG III

IMDG Hazard class: 3, PG III

Aéreo

Numero ONU: 2055

Nome apropriado para o embarque: Estireno, monômero, inibido

Classe de risco: 3 – liquido inflamável

Número de risco: 39

Grupo de embalagem: III

UN/NA ID: UN 2055

Proper shipping name: styrene monomer, stabilized

DOT Hazard class: 3, PG III

IMDG Hazard class: 3, PG III

15. REGULAMENTAÇÕES

Deve-se consultar a legislação federal, estadual e local para demais regulamentações que regimentam o manuseio de produtos químicos.

Informações sobre riscos e segurança conforme escritas no rótulo:

- R10 - Inflamável.

- R36/37/38 - Irritante para os olhos, vias respiratórias e pele.

- R45 - Pode causar câncer.
- R48 - Risco de efeitos graves para a saúde em caso de exposição prolongada.
- R52 - Nocivo para os organismos aquáticos.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Declaração de responsabilidade:

As informações contidas nessa ficha de segurança foram obtidas de fontes confiáveis e representam o melhor conhecimento sobre a composição, manuseio, transporte, armazenagem do produto, medidas cabíveis em caso de acidentes, riscos e perigos a saúde ou segurança pessoal, na data de sua publicação. Portanto, recomendamos que as informações aqui contidas sejam seguidas para o uso adequado do produto, devendo o usuário manter boas condições de trabalho, segundo as legislações locais, nacionais e internacionais. As condições ou métodos de manuseio, armazenagem e disposição do produto estão fora do nosso alcance e conhecimento. Por essa e outras razões, nós não assumimos perdas, danos ou custos surgidos ligados a manuseio, armazenagem, uso e disposição deste produto. Se o produto for usado como componente em outro produto, esta ficha de segurança não será mais válida. Procedência: Lyondell.